

Ilda Figueiredo

encabeça a lista da CDU às eleições para o Parlamento Europeu que integra ainda Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro, Manuela Cunha, Honório Novo e José Saramago.

Pág. 32

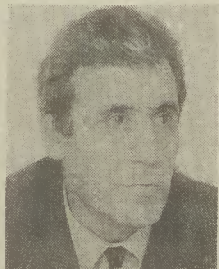
EM FOCO

A estratégia do cinismo

Para o Governo importa mais dar relevância ao estilo do que à substância da política.

Acima de tudo, importa-lhe que os trabalhadores retenham o que parece e não aquilo que é.

■ Jerónimo de Sousa



Pág. 18



6.º Congresso

Lutar

é construir o futuro



JCP em luta pelo futuro



6º Congresso

Juventude Comunista Portuguesa

Local: Boimolhos de Alentejo - 11 e 12 Março 1999

Centrais

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 25 de Fevereiro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1317 • Director: José Casanova

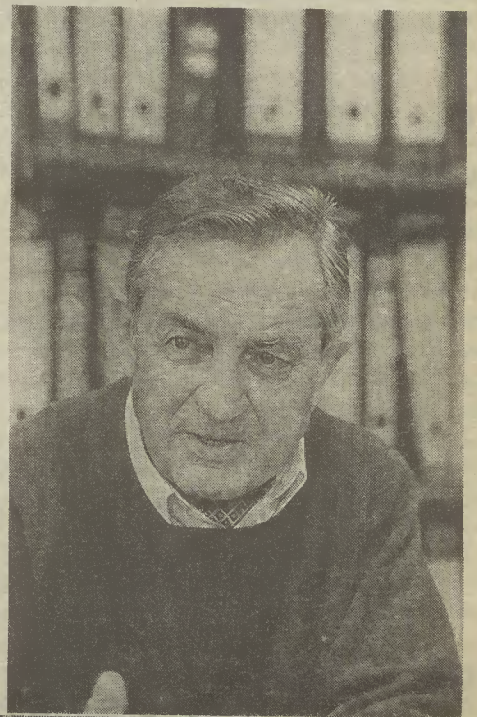
5ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal

UM PARTIDO MAIS FORTE

Reportagem na pág. 5

Discurso de Carlos Carvalhas nas págs. 20 e 21

OCTÁVIO PATO Milhares de amigos na despedida



Carlos Carvalhas: «Tudo o que devemos a Octávio Pato tem um valor e um significado que, desta ou daquela forma e por muitos caminhos, sempre sobreviverão à sua morte.» Págs. 6 e 7

PCP! A luta continua!



Carlos Carvalho na 5ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal (foto de José Frade)

RESUMO

17 Quarta-feira

Os estudantes de Belas-Artes do Porto decidem continuar a ocupação das instalações da Faculdade, depois do reitor ordenar a realização de eleições urgentes para a Assembleia de Representantes ■ O Parlamento debate a situação do Teatro de São Carlos e da Orquestra Sinfónica Portuguesa ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, inicia uma visita a Angola ■ A Turquia mostra imagens de Abdullah Öcalan amarrado e de olhos vendados, enquanto que, em Berlim, numa manifestação promovida por curdos, três pessoas são mortas a tiro por seguranças do consulado de Israel ■ O líder dos mineiros romenos, Miron Cozma, é preso pela polícia.

18 Quinta-feira

A Ordem dos Médicos levanta processos disciplinares aos clínicos que receitaram medicamentos para emagrecer que fizeram com que três mulheres entrassem em coma ■ Mais de mil militantes pró-curdos e defensores dos direitos humanos turcos são presos na Turquia ■ Na Grécia, três ministros são demitidos devido ao seu envolvimento na entrada ilegal de Öcalan no país ■ O primeiro contingente das tropas senegalesas abandona a Guiné.

19 Sexta-feira

Octávio Pato, membro do Secretariado do Comité Central do PCP, falece em Lisboa ■ Os trabalhadores da Corticeira Amorim entram em greve, exigindo aumentos salariais de 20 por cento ■ Inicia-se o Congresso do PSD ■ O Ministério da Cultura distribui 420 mil contos em subsídios pontuais para o teatro, dança e música ■ O governo turco promete um julgamento justo para Öcalan e amnistia parcial para militantes do PKK.

20 Sábado

Tem lugar a 5.ª Assembleia da Organização Regional de Setúbal, com a participação de Carlos Carvalho na sessão de encerramento ■ A sindicância à Junta Autónoma das Estradas conclui que a empresa pagou prémios a empreiteiros para acabar obras antes dos prazos previstos sem qualquer cobertura legal ■ Toma posse o novo governo da Guiné-Bissau ■ O Grupo de Contacto para a ex-Jugoslávia volta a adiar o prazo para o fim das conversações sobre o Kosovo, desta vez até terça-

-feira ■ As tropas turcas anunciam a retirada parcial do Norte do Iraque ■ No Iraque, a comunidade xiita e o exército entram em conflito, na sequência do assassinato do ayatollah Mohammad Sadeq al-Sadr.

21 Domingo

A imprensa noticia que existem cerca de 40 matadouros a operar ilegalmente em Portugal ■ Pais, alunos e professores portugueses manifestam-se junto à Embaixada de Portugal em Bona para protestar contra a exclusão das áreas consulares de Düsseldorf, Osna-brück e Frankfurt do concurso para professores de português no estrangeiro ■ Um grupo de 17 timorenses chega a Lisboa para defender a independência do território ■ No fim de um encontro de dois dias, os primeiros-ministros da Índia e do Paquistão comprometem-se a reduzir o risco de «utilização accidental de armas nucleares».

22 Segunda-feira

O Tribunal de Vila Real absolve os acusados do caso padre Max por falta de provas ■ Jorge Sampaio inicia uma visita à Madeira ■ O primeiro-ministro da Tunísia chega a Portugal ■ No dia em que se inicia o Conselho de Ministros da Agricultura, milhares de agricultores europeus manifestam-se em Bruxelas contra a reforma da PAC ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, anuncia que Xanana Gusmão será libertado qualquer que seja o futuro de Timor-Leste ■ A Turquia encerra a sua fronteira com o Irão, na sequência das manifestações de protesto dos curdos iranianos contra a prisão de Öcalan.

23 Terça-feira

A CDU apresenta Ilda Figueiredo como cabeça de lista às eleições europeias de Junho; entre os candidatos figura igualmente José Saramago, Nobel da Literatura ■ O Presidente da República, Jorge Sampaio, inicia um périplo pelo país em visita a empresas ■ A Itália anuncia a candidatura de Romano Prodi à presidência da Comissão Europeia ■ Em cumprimento das sanções da ONU contra a UNITA, a França expulsa Isaiás Samakuva do seu território ■ Uma avalanche de neve soterra 56 pessoas na Áustria, provocando a morte de pelo menos 13 pessoas ■ Öcalan é formalmente acusado de traição por um juiz turco, o que pode levar à sua condenação à morte ■ As conversações sobre o Kosovo são adiadas por 15 dias a pedido dos independentistas albaneses.

Foram não sei quantos mil os que acompanharam o corpo de Octávio Pato ao cemitério do Alto de S. João e que, mal terminou a intervenção do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, lhe deram a continuidade adequada gritando, de punhos cerrados, «PCP!», «A luta continua!». Esse grito - porque expressa com rigor o papel e a intervenção dos comunistas portugueses, desde sempre, na vida nacional - sintetiza exemplarmente a vida do militante comunista Octávio Pato: o seu valioso contributo na construção da grande força democrática e revolucionária que é o PCP e na afirmação dos ideais comunistas junto da sociedade portuguesa; a sua participação activa na resistência e no combate à ditadura fascista; o seu empenho mobilizador na construção do Portugal democrático decorrente da Revolução de Abril; a sua permanente dedicação à luta dos trabalhadores e do povo pela democracia, pela liberdade, pelo progresso social; a sua total disponibilidade para retomar e continuar essa luta em todos os momentos e situações; enfim, a sua postura de homem generoso, solidário e fraterno e que, a estes valores, conferiu o conteúdo que lhes dá a verdadeira dimensão revolucionária.

Por muitas voltas que se queira dar - e há quem dê - à História de Portugal nas últimas oito décadas, não é possível passar ao lado da intervenção determinante do PCP, do seu papel marcante na vida nacional durante todo esse período. Nem é possível, com seriedade e rigor, dividir essa intervenção em duas fases: uma louvável - a da resistência antifascista; outra condenável - a do período posterior ao 25 de Abril. (E, mais do que isso, ambas envoltas no espesso manto de pecado democrático tecido pelos que vêem no capitalismo e na sua essência opressora e exploradora «a ordem natural das coisas».) Tão-pouco é aceitável a manobra que empurra alguns fundamentalistas para a via da diminuição da importância da resistência dos comunistas portugueses ao fascismo, reduzindo-a a uma «fé cega» e escamoteando o seu conteúdo revolucionário, ou seja, fingindo não perceber que a coragem, a persistência e a determinação dos comunistas na sua luta contra o fascismo constituíram sempre actos de lucidez revolucionária suportados por ideais que incorporam o que de mais nobre e digno existe no pensamento e na condição humana. Esta pretensa «fé cega» dá lugar, na visão fechada e sectária desses praticantes do anticomunismo integral (quando abordam o período pós-25 de Abril), à não menos pretensa «fé totalitária» com a qual diabolizam a coerência e a firmeza de princípios do PCP, a sua postura frontal ao lado dos explorados e contra os exploradores, a sua persistência na luta difícil por uma sociedade nova.

Abordar tais questões na perspectiva acima criticada e a pretexto da morte de Octávio Pato afigura-se, assim, coisa deslocada e reveladora, no mínimo, de clamorosa falta de sensibilidade. Mas foi isso que aconteceu,

nomeadamente no «editorial» do «Público» de sábado passado. Enaltecendo, aparentemente, o exemplo de resistente de Octávio Pato, o editorialista, José Manuel Fernandes, acaba por acusá-lo - e, com ele, todos os seus camaradas de luta e de ideais - de sinistros e maléficos desígnios. De facto, segundo o Director do «Público», a prática resistente de Octávio Pato deveu-se à tal «fé cega»; a sua intervenção visando a construção em Portugal de uma democracia ao serviço dos interesses da esmagadora maioria dos portugueses, no respeito pelos ideais de Abril, não era mais do que o produto da tal «fé totalitária»; e o objectivo último da luta dos comunistas - a criação de uma sociedade sem exploradores nem explorados, sem opressores nem oprimidos - mais não é do que um projecto de matriz intrinsecamente criminosa... A este estado de delito democrático, o editorialista contrapõe, implicitamente, a sua sociedade luminosa, humanista e humanizada - esta em que vivemos, dominada por uma nova ordem mundial imperialista de cariz totalitário, assente na exploração e na opressão, geradora da injustiça e do crime, com dezenas de milhões de seres humanos morrendo de fome todos os anos...

Milhões de pessoas em todo o Mundo não desistem do sonho de construir uma sociedade nova, fraterna, solidária. Sonho pelo qual estão determinadas a lutar com a persistência, a determinação e a coragem que homens como Octávio Pato lhes legaram.

a acentuação acelerada das injustiças sociais com o consequente agravamento do fosso entre ricos e pobres, o recurso crescente ao uso e abuso da força e do poder, a utilização forçada dos dispositivos de alternância como única resposta à inevitável falência de um sistema político - são sinais e exemplos do enfraquecimento crescente das bases sociais do domínio político do capital. E é igualmente verdade que milhões de pessoas em todo o Mundo não desistem do sonho de construir uma sociedade nova, fraterna, solidária. Sonho pelo qual estão determinadas a lutar com a persistência, a determinação e a coragem que homens como Octávio Pato lhes legaram.

Disse Carlos Carvalhas: «Tudo o que devemos a Octávio Pato tem um valor e um significado que, desta ou daquela forma e por muitos caminhos, sempre sobreviverão à sua morte. Porque a luta dos comunistas não se faz por mera justaposição ou simples sequência da acção e do papel das sucessivas gerações de comunistas. Faz-se também e sobretudo do património comum de experiência, de luta e de valores que umas gerações legam às outras e que estas também concebem e renovam, e faz-se da síntese criadora que só a capacidade, o esforço e o mérito de cada um conjugados com o trabalho colectivo e a solidariedade na acção, asseguram.» Ou seja, e como disseram milhares de pessoas, no sábado, no cemitério do Alto de S. João: «PCP!», «A luta continua!».

Avante!

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
— 1600 - 196 Lisboa. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 — 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Cape Rota - Linho - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Mnia
Sector IX
Rua B Lj. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Razo
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Sempre a aprender

A cerimónia organizada pelo Governo no Teatro Camões, para a apresentação do «Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social», causou-nos consideráveis perplexidades.

Já não falamos no formato da iniciativa - puro «remake» de tantas outras dos governos de Cavaco Silva para promover tantos outros faiscentes planos, só que um «remake» agora melhorado com uns elementos audiovisuais e uns holofotes que acompanhavam o artista principal, de acordo com as sábias indicações desse invisível ministro da propaganda que dá pelo nome de Edson Athayde.

Já não falamos do lema da iniciativa, nem mais nem menos que «uma visão estratégica para vencer o século XXI», através do qual ficámos a saber que o novo século que aí vem é uma coisa que, no interesse nacional, tem de ser vencida se não mesmo derrotada e exterminada.

Não, não é disso que vimos falar, embora tudo isso ilustre um estilo que, como se vê, não é assim tão diferente do estilo do cavaco, e tudo isso ilustre uma férrea vontade do Governo do PS de conseguir que espectáculo do poder e o poder do espectáculo entorpeçam o espírito crítico.

De facto, o que nos deixou baralhados foram algumas passagens do discurso do Primeiro-Ministro.

Assim, por exemplo, nem queríamos acreditar quando o Primeiro-Ministro surgiu diante dos nossos olhos a explicar que há na vida do nosso país uma longa tradição de incapacidade para criar bases sustentadas de desenvolvimento, de esbanjamento de recursos ou de sobrevivência à custa de recursos conjunturais - primeiro o ouro do Brasil, depois as remessas dos emigrantes e depois os fundos comunitários - e a lembrar-nos que ainda hoje não produzimos grande parte do que comemos.

E não queríamos acreditar porque tudo isto nos parecia uma antiga e conhecida conversa do PCP que, por não ceder às sucessivas mitologias do «sucesso» e aos brilhantes conjunturais ou superficiais, sempre foi castigada pelo PS e pela direita como sendo expressão de uma manifesta incapacidade do PCP de entender as grandes mudanças ocorridas no país.

De igual modo, também não queríamos acreditar quando ouvimos o Primeiro-Ministro a prometer agora a recuperação em duas

décadas do nosso atraso em relação aos outros países europeus mais desenvolvidos.

De facto, depois de anos e anos de lavagem ao cérebro com a história de Portugal no «pelotão da frente» (PSD) e de Portugal no «centro da construção europeia» (PS) julgávamos sinceramente que isso estava tudo resolvido e superado.

É certo que tínhamos notado que, curiosamente, nos últimos dois meses já tinham quase desaparecido da circulação as mais entusiásticas milongas do PS e do PSD sobre o enorme papel que, integrando o núcleo fundador do euro, Portugal passaria a desempenhar na «construção europeia», falando-se agora mais de dificuldades e riscos, como é patente a respeito da Agenda 2000.

Mas nada que nos levasse a pensar que essa coisa vulgarmente chamada «problemas de fundo» ou «problemas estruturais» do nosso país, em vez de ser apenas uma teimosa fixação do PCP, fosse uma realidade indiscutível, forte e preocupante.

E, para não concluirmos com qualquer coisa sobre o azeite e a verdade, digamos apenas que uma pessoa está sempre a aprender.

■ Vítor Dias

Entre a comédia e a tragédia

Um espectáculo de óbvio e repetitivo ilusionismo foi transmitido obsessivamente nas últimas semanas por televisões, rádios e jornais: o dos congressos do PS e do PSD, apresentados e representados nos Coliseus de Lisboa e do Porto.

Perante tais encenações não pode nem deve remeter-se o público a simples, irónico, atónito, cansado espectador enganado.

Torna-se necessário caracterizar a peça em cena, na sua sucessão de actos, até ao último descer do pano. E situar os seus autores e actores, no tempo e no espaço do espectáculo, de modo a compreender enredos e intrigas, a aperceber os gestos falsos, a patear as fífias.

Estes congressos, com efeito, não mais foram do que «shows» do grande teatro montado por PS e PSD que saltimbanicamente percorre o país, com máscara de comédia em boca de cena mas tendo tragédia como pano de fundo. É que por detrás dos tartufos que lembram a comédia de Molière, há sofrimentos que Ésquilo, já nos tempos da Grécia antiga simbolizava na sua tragédia «Prometeu Agrilhoado».

Molière, com efeito, facilmente reconhecera o seu personagem Tartufo no burlesco diálogo dúplice e dúbio, com que PS e PSD contracenam, como falsos devotos da democracia. Como Tartufo, querem apenas conquistar-lhe o dote. Nem sequer têm interesse em suscitar-lhe amor, desde que descansadamente possam viver à custa dos seus bens.

É certo que se lhe exibem fiéis e apaixonados. Os maus tratos virão para depois do casamento.

Nos seus congressos, PS e PSD quiseram apresentar-se como donos da Nação, reduzindo a democracia a um simples jogo de «alternância de governo». Mas se atentarmos bem, essa «bipolarização» lembra o jogo das salas de espelhos deformantes nas feiras. Entra uma pessoa e fica reflectida em imagens diferentes, mais gorda ou mais magra, mais alta ou mais baixa, mas sempre a mesma pessoa.

Também PS e PSD, mais ou menos bem discursantes, condensam uma mesma identidade política, com o efeito de imagens de feira, onde sérios de espanto ou num longo tropeçar de rir compreendemos a profunda lição didáctica de um espelho que só enganadoramente varia as figuras para distrair o público.

Pois não se viu o PSD, no seu congresso, acusar o PS de praticar «uma política que subordina o país aos interesses do capital» e armar-se em defensor das «legítimas e urgentes preocupações sociais» - isto quando o governo PS aplica empenhadamente a mesma política que o PSD praticou enquanto foi governo?

E não vemos o PS ao mesmo tempo perfilar-se como quem tendo ganho a pasta do governo a mete debaixo do braço bem apertada, enquanto atira para a gaveta as esperanças pelas quais foi eleito?

Para apreciar o burlesco destas atitudes basta rever a cronologia entendimental destes dois parceiros, com múltiplas vénias a fazer tratos, a trocar contratos entre si, a mercadejar interesses nos bastidores, enquanto no palco esbracejam e gritam um contra o outro - tendo como moeda comum a venda de direitos, valiosos direitos conquistados, e que agora são oferecidos a quem der mais, num contrato, anti-social e antiético.

É preciso pensar em voz alta contra o hipnotismo laboratorial de nos entorpecer com a alternância do espelho deformante.

Por que, sobrepondo-se à comédia da corrida em disputa dos favores do grande capital, há uma tragédia: a do povo que sofre essa política. Um povo que querem agrilhoar, como o Prometeu de Ésquilo, castigado, agrilhoado, por se ter atrevido a lançar-se ao assalto do céu.

É possível, indispensável, dar volta à tragédia. Com uma ruptura deste cenário, para que o pano possa subir com uma nova cena, em que o público invada o palco com alegria, como um novo Prometeu, sem grilhões, libertado, autor e actor do seu destino.

■ Aurélio Santos

DE IMERALI a Rambouillet

São muitas as reflexões sobre matéria de fundo suscitada pelo rapto, sequestro e prisão de Abdulah Ocalan nas masmorras turcas de Imerali. Escolhemos quatro.

A «questão curda». Tornou-se irrecusável a sua existência. Ela diz respeito a uma vasta região e a vários estados (Turquia, Iraque, Irão, Síria) onde habita um povo milenar envolvendo mais de 30 milhões de pessoas. Mas diz particularmente respeito à Turquia, que não pode mais negar a sua existência. Das montanhas do Sudeste da Anatólia, onde reside longe dos «media», e da emigração e exílio, o movimento de libertação do povo curdo lançou-se às ruas, na Turquia e por essa Europa fora, para manifestar com veemência a sua revolta e indignação para com aqueles que, como os governos e serviços secretos dos EUA, da Grécia e de Israel, intervieram na obscura e criminosa operação que conduziu Ocalan à prisão. A questão curda, demonstrando uma indiscutível base de massas, conquistava assim nova visibilidade. E novas vidas eram ceifadas pela repressão ou imoladas pelo fogo no altar da revolta e do desespero. Quantas mais vítimas será ainda necessário acrescentar às muitas dezenas de milhar que a polícia e o exército turcos já provocaram, para que o povo curdo da Turquia veja finalmente respeitada a sua dignidade e reconhecidos os seus direitos?

O regime turco. Fica ainda mais exposta a sua verdadeira natureza ditatorial e repressiva. Com o inadmissível acto de pirataria internacional que capturou Ocalan. Com novas incursões terroristas no Kurdistão iraquiano para golpear os refugiados (envolvendo 10 mil homens, helicópteros de combate Cobra e caças bombardeiros F-4). Com a violenta repressão das manifestações de indignação e protesto populares em Dyarbakir, Istambul e outras cidades. Com sedes de organizações democráticas assaltadas e saqueadas. Com o encarceramento de dirigentes e milhares de militantes do Partido Democrático do Povo (HADEP) e outros democratas turcos.

Cobrindo a repressão com promessas de «perdão» dos guerrilheiros e de «investimentos» no Kurdistão, o regime turco procura roubar perspectivas, desmoralizar e alcançar a rendição do PKK e do movimento de libertação nacional do povo curdo da Turquia. E mesmo apresentar-se perante o mundo com uma nova face, exibindo um novo primeiro-ministro social-democrata, sintonizado com a «onda rosa» europeia. Aqui chegados, é bom não esquecer que foi com o mesmo social-democrata Bulent Ecevit como primeiro-ministro que a Turquia invadiu Chipre em 1974. Até hoje.

A «Europa» que aí está. Mais precisamente esta União Europeia e as suas grandíssimas responsabilidades pela política de repressão e genocídio do povo curdo da Turquia. Fechando os olhos. Passando à ditadura atestados de bom comportamento (como Chirac quando afirma em Washington «saber que o processo - de Ocalan - será justo»). Cedendo às pressões dos EUA em defesa do seu aliado estratégico. Recusando o elementar direito de asilo político. Respondendo a actos de terrorismo de estado com piedosos votos de tratamento «humanitário» e julgamento «equitativo». Tudo confirmando como é mais necessário e actual do que nunca o combate contra esta «Europa» dos monopólios e das grandes potências, injusta, hipócrita e desumana. E por um novo rumo de construção europeia, assente na cooperação entre povos e países soberanos e orientada para a democracia, o progresso social e a paz. O que sublinha a importância das eleições para o Parlamento Europeu em 13 de Junho.

A solidariedade. Necessária e urgente para com a luta libertadora do povo curdo, exigindo o respeito pela integridade física e a libertação de Ocalan, o fim da repressão contra os democratas turcos e os combatentes curdos, uma solução política que respeite os legítimos direitos e aspirações nacionais do povo curdo da Turquia. Solidariedade que, nestes dias de novas e graves ameaças contra a soberania e a integridade territorial da Sérvia e da nova Jugoslávia, é tanto mais importante quanto ela responde à imperiosa necessidade de intensificar por toda a parte a resistência à brutal imposição de uma «nova ordem» imperialista hegemonizada pelos EUA e tendo a NATO como «braço armado». NATO que protege e alimenta o regime ditatorial de Ankara. NATO que, está dito preto no branco, pretende introduzir-se em força na nova Jugoslávia, seja qual for o resultado da farsa de Rambouillet.

■ Albano Nunes

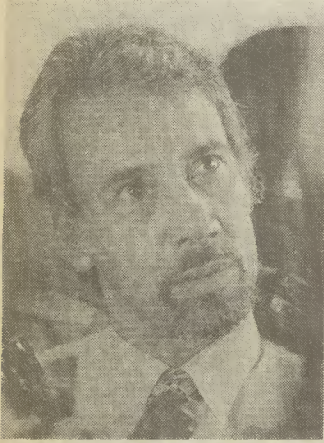


Foto: Jorge Caria

Saldos - Só vê-los?

Indonésia já admite libertar Xanana

O regime indonésio, pela voz do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, admitiu formalmente esta semana que irá libertar Xanana Gusmão, quer Timor-Leste «se torne independente ou continue na Indonésia».



Entretanto, foi libertado João da Câmara, o último timorense que se encontrava detido em Cipinang, a prisão onde se encontrava Xanana, em mais uma cedência do regime indonésio. O líder timorense, agora em prisão domiciliária, recebeu no princípio desta semana três líderes

militares indonésios, num encontro para se alcançar um compromisso que ponha fim às hostilidades em Timor-Leste. Xanana Gusmão deixou claro aos indonésios e ao mundo que não aceita um desarmamento da guerrilha e exige a desactivação e desarmamento das milícias pró-indonésias que o regime de Jacarta está a promover, à pressa, no território. «Tenciono apresentar claramente todas as posições da resistência e nomeadamente tentar fazer ver que as Falintil não podem ser nunca equiparadas aos grupos de civis armados que actuam agora no terreno», frisou Xanana Gusmão. Entretanto, o ministro da Economia indonésio, Ginandjar Kartasasmita, afirmou que «se Timor-Leste escolher separar-se da Indonésia, a região da Gap pertencerá automaticamente Timor-Leste». A «região Gap» consiste na zona marítima timorense rica em petróleo, que o regime indonésio acordou explorar com a Austrália através de um chamado «Tra-



CE recusa adiar fim das duty-free

A Comissão Europeia recusou adiar o fim das lojas *duty-free* (vendas livres de impostos) nas viagens aéreas e por *ferry* intercomunitárias, contrariando assim a posição do Conselho de Viena de Dezembro pas-

sado que, pressionado pela Alemanha, França e Inglaterra, «recomendou» que o encerramento das *duty-free* fosse prorrogado por mais cinco anos. A decisão de abolir estas «lojas-francas» teve por objectivo recuperar impostos que, só em 1996, ascenderam a uma perda de 401 milhões de contos para os

Estados membros, com relevo para a Alemanha, a França e a Inglaterra, os mesmos que agora, perante a eminência da perda global de 22 mil postos de trabalho que o encerramento das *duty-free* acarretará, querem prorrogar o prazo de encerramento para não se confrontarem, de imediato, com os custos soci-

ais desta medida. Em Portugal, este encerramento acarretará a perda de 4000 postos de trabalho, informação que o Governo português não forneceu à Comissão Europeia, para estranheza da Associação Portuguesa de *Duty-free*, que entregou esses dados ao Executivo de António Guterres.

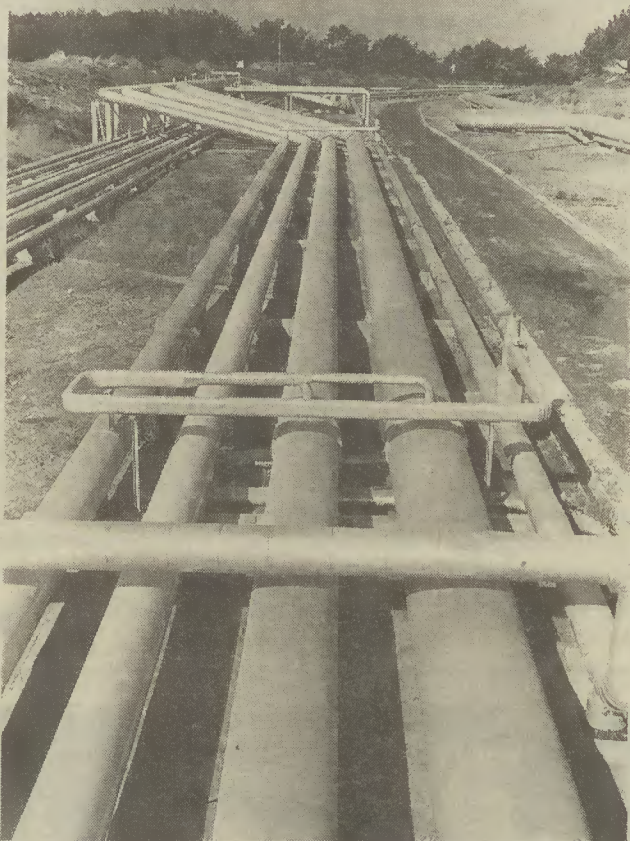
MDLP responsabilizado no «caso padre Max»

A repetição parcial do julgamento do chamado «caso padre Max», ordenada pelo Supremo Tribunal de Justiça e realizada no Tribunal de Vila Real, absolveu de novo os quatro arguidos, um, acusado da autoria moral do atentado à bomba

que em 2 de Abril de 1976 assassinou o padre Maximiano de Sousa e a estudante Maria de Lurdes, os outros acusados da autoria material. Todavia, a sentença agora proferida pelo Tribunal de Vila Real responsabilizou directamente, e

pela primeira vez, o chamado «Movimento Democrático de Libertação Nacional» - MDLP - de ter estado «na base de todos os factos ocorridos», classificando esta organização terrorista de extrema-direita «como uma organização

violenta com objectivos antedemocráticos», o que também acontece pela primeira vez. Brochado Coelho, advogado das vítimas, considerou «o resultado sumariamente positivo, visto que a intenção e o objectivo das vítimas e dos seus familiares não era a punição individual, mas sim a descoberta da verdade», acrescentando que a acusação vai «analisar a sentença e depois irá decidir se recorre, ou não, desta decisão do Tribunal de Vila Real». O MDLP ensanguentou o país com atentados contra forças e pessoas de esquerda no chamado «verão quente», após o 25 de Abril.



Matérias-primas a preços de há 30 anos

O índice dos preços das matérias-primas caiu 20% no ano passado, baixando a valores só verificados em Agosto de 1968, ou seja, há 31 anos. Os colapsos mais flagrantes verificaram-se no café, no açúcar, no trigo, na soja, no cobre e no petróleo. A explicação para uma tal baixa de preços está na produção excedentária e na retração no consumo, tudo devido às crises na Ásia, Rússia e América Latina. Em relação ao café, à soja e ao açúcar, as quebras dos preços deveram-se a uma produção mundial excedentária e a um aumento das exportações do Brasil após a queda do real,

enquanto uma produção também excedentária e uma agressiva «guerra de exportações» entre os EUA e a União Europeia atiraram o trigo para preços de há 21 anos. O aumento desmesurado de excedentes no cobre é igualmente responsável pela degradação dos preços, agravada pelo arrefecimento da procura deste minério pela indústria automóvel, enquanto a superprodução do petróleo pela OPEP e a quebra da procura está na base do colapso deste mercado, que não parará de se degradar se não se tomarem medidas drásticas para reduzir a produção

Investimento em queda

Segundo uma apreciação do Diário de Notícias/Negócios sobre relatórios do Instituto Nacional de Estatística (INE), os indicadores disponíveis para 1999 «apresentam uma tendência preocupante, com expectativas de redução do investimento empresarial, de maior abrandamento na indústria transformadora, construção e comércio e de novo amortecimento das exportações, com uma evolução claramente desfavorável da procura externa». Pormenorizando, o DN afirma que se esperam, para este ano, fortes decréscimos do investimento mobiliário e dos serviços prestados às empresas (menos 43,8%), na hotelaria e restauração (menos 34,5%), na indústria extractiva (menos 23%), na construção (menos 21%), no comércio (menos 12,9%) e nos transportes, armazenagem e comunicações (menos 12,3%). Por outro lado, o Indicador de Actividade Económica,

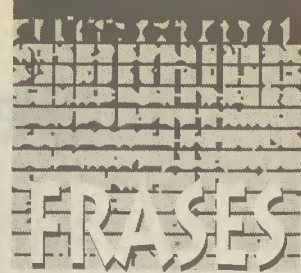
do INE, aponta uma recuperação do crescimento no último trimestre do ano passado, enquanto o indicador correspondente do Banco de Portugal diz precisamente o contrário, mas ambos coincidem num ponto: o crescimento do segundo semestre ficou aquém do verificado no primeiro, pelo que o aumento do PIB deverá ter ficado abaixo dos 4% afirmados pelo Governo. Quanto ao desemprego, é adquirido que continuou a aumentar no ano passado, apesar da insuficiência dos dados disponíveis.

Euro cai de novo

O euro sofreu a semana passada uma depreciação de 7% face ao dólar, apenas sete semanas depois de ter surgido como o grande «rival» da moeda norte-americana. Esta queda é explicada com várias razões: a OCDE previu que a economia da União Europeia vai crescer menos de 2%, enquanto aponta 2,5 a 3% para o crescimento nos EUA, a contracção no PIB alemão e a quebra na produção industrial em França fizeram temer uma

recessão na zona do euro e, finalmente, já se considera que o Banco Central Europeu (BCE) tomou uma decisão errada ao recusar baixar as taxas de juro na altura do lançamento da nova moeda europeia, apesar da insistência política para que o fizesse, dado o previsível «arrefecimento» da economia da Comunidade. As perspectivas continuam negras, admitindo-se que a nova moeda europeia desça de novo, a curto prazo

recessão na zona do euro e, finalmente, já se considera que o Banco Central Europeu (BCE) tomou uma decisão errada ao recusar baixar as taxas de juro na altura do lançamento da nova moeda europeia, apesar da insistência política para que o fizesse, dado o previsível «arrefecimento» da economia da Comunidade. As perspectivas continuam negras, admitindo-se que a nova moeda europeia desça de novo, a curto prazo



“Octávio Pato não estará mais do nosso lado. Mas estará a memória do seu exemplo, do seu empenhamento, da sua generosidade.”

(Carlos Carvalhas, dos jornais)

“Um militante do PCP dedicado, que nunca procurou vantagens pessoais e nunca fez baixa política. (...) Pato era muito directo nas suas opiniões e essas são qualidades necessárias para a vida política.”

(Álvaro Cunhal, idem)

“(Octávio Pato foi um resistente) cheio de valor, que serviu totalmente as ideias em que acreditava (...) manteve sempre, mesmo perante as circunstâncias mais adversas e terríveis, uma coragem abnegada e um espírito de sacrifício nunca desmentidos.”

(Jorge Sampaio, idem)

“Embora não compartilhando muitas das suas ideias e dos seus objectivos políticos, sempre tive por Octávio Pato o maior respeito e a maior consideração.”

(António Guterres, idem)

“Um dirigente partidário tão interveniente e dedicado à causa do seu partido.”

(Torres Pereira, idem)

“(...) Era um grande resistente, um homem com uma mística comunista e com uma fidelidade absoluta aos ideais do comunismo.”

(Mário Soares, idem)

“Era um homem de extrema perseverança e de grande juventude, pois conseguiu ser jovem a analisar as coisas, a encarar a vida pessoal e política, um homem de grande frescura de espírito.”

(José Manuel Tengarrinha, idem)

5.^a Assembleia Regional de Setúbal

O pavilhão da Siderurgia Nacional, em Paio Pires, encheu com os 785 delegados e centenas de convidados que participaram na 5.^a Assembleia da Organização Regional de Setúbal, realizada no passado sábado, com a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP (ver discurso de encerramento nas páginas 20/21).



Um partido mais forte ao lado dos trabalhadores

Ao longo do dia, foram feitas dezenas de intervenções, que assinalaram os progressos do Partido no distrito, bem como as insuficiências e obstáculos que se colocam à afirmação política organizada dos comunistas. Mas a Assembleia foi um momento importante de reflexão e análise do trabalho e de definição de orientações para a actividade futura, tal só foi possível graças à grande participação dos militantes no debate preparatório.

Como referiu, na abertura da Assembleia, Jorge Pires, membro da Comissão Política, «desde o início do ano, cerca de 2500 camaradas participaram em mais de 130 reuniões e assembleias, onde o anteprojecto de resolução foi debatido e os delegados foram eleitos». Contudo, a preparação da 4.^a AORS não se limitou aos primeiros dois meses de 1999, notou Jorge Pires, sublinhando que, «muitas das ideias e propostas hoje avançadas são fruto de um amplo debate iniciado com o Encontro Distrital de Quadros de Abril» do ano passado, durante o qual se realizaram 45 assembleias, nove das quais de âmbito concelhio.

Um caminho de luta

Referindo-se às importantes alterações na correlação de forças no plano eleitoral, Jorge Pires recordou que a CDU obteve nas legislativas de 1995 o seu pior resultado de sempre, embora tivesse passado de terceira para segunda força mais votada. A vitória do PS acabou por permitir que «todo o aparelho desconcentrado do Poder Central no distrito fosse,

como nunca se tinha visto, colocado ao serviço dos interesses eleitorais do PS nas eleições para as autarquias locais». Contudo, como frisou de seguida, não foi essa a principal razão da perda de posições importantes, nomeadamente as presidências das câmaras de Sesimbra e Montijo. Nas causas destes resultados, explicou Jorge Pires, esteve em primeiro lugar «o afastamento da gestão em relação a alguns aspectos centrais do nosso projecto autárquico, fundamentalmente no que diz respeito à ligação com as populações».

Todavia, esta derrota não desanimou os comunistas de Setúbal que apontam como objectivo para 2001, «não só recuperar as presidências perdi-

das em 1997, mas também recuperar de vez a maioria na Câmara de Setúbal, para que este concelho, capital do distrito, tenha o estatuto que merece no contexto da Área Metropolitana de Lisboa e do País».

O reforço eleitoral do PCP é um objectivo a atingir já nas próximas eleições para o Parlamento Europeu e Assembleia da República, para o que é «indispensável intensificar a acção do Partido, aumentando-lhe a capacidade de iniciativa e de ligação à sociedade, assumindo directamente as reivindicações e aspirações quer dos trabalhadores quer das populações».

Destacando «a forma clara» com que a Resolução Política

assume as dificuldades, insuficiências e erros do trabalho do Partido na Região, Jorge Pires observou que «o caminho que decidimos percorrer juntos e que nos há levar à conquista dos nossos objectivos não é uma linha recta». À insatisfação com o estado da organização, com as insuficiências da intervenção e tristeza e preocupação com os resultados das legislativas e das autárquicas, Jorge Pires contrapôs «a convicção de que podemos ser melhores e temos capacidades suficientes para encontrar as soluções mais adequadas».

O aumento da militância é sem dúvida um dessas soluções: «É fundamental que os militantes assumam o Partido como seu»,

disse acrescentando mais adiante que «muitas das dificuldades que temos hoje resultam do enfraquecimento da organização nas empresas. Esta não é só uma questão orgânica, é sobretudo uma questão ideológica. No desenvolvimento da luta de classes, o embate fundamental é aquele que se concretiza no dia-a-dia no local de trabalho. É ali que se confrontam as duas classes antagónicas da sociedade portuguesa e é a partir deste confronto que se esclarece e clarifica a coincidência de interesses entre o grande patronato e aqueles que no poder político desenvolvem políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores e do povo. É neste confronto que os trabalhadores aprofundam a sua

consciência de classe e política», disse Jorge Pires.

Eleita nova Direcção

Com um total de 71 membros, a nova Direcção Regional de Setúbal tem uma média etária de 43 anos e uma maioria de operários (43). Integram-na 15 mulheres (21%) três jovens até 20 anos e seis até 30 anos. Da composição DORS fazem parte 50 camaradas com actividade em estruturas unitárias e institucionais, e 16 foram eleitos pela primeira vez.

O balanço da organização apurou mais de 28 mil militantes, sendo que nos últimos quatro anos foram recrutados mais de 1400 membros, 45 por cento dos quais têm menos de 30 anos. Aliás, a campanha em curso de recrutamento está especialmente direccionada para os trabalhadores, jovens e as mulheres. No momento da Assembleia tinham sido recrutados 402 camaradas e até Outubro próximo a Organização propõe-se atingir a meta de mil novos militantes.

A resolução aprovada assinala ainda a saída da Organização Regional de Setúbal das organizações concelhias de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines e a sua integração numa estrutura regional do Litoral Alentejano. Contudo, a direcção política para as estruturas de carácter distrital nas áreas institucionais e outras estruturas unitárias (nomeadamente a dos trabalhadores) continua a ser da responsabilidade da DORS, em estreita ligação com a futura Direcção da Organização Regional do Litoral Alentejano.

Por um desenvolvimento integrado

A taxa de desemprego no distrito de Setúbal continua a ser das mais elevadas a nível nacional. Cerca de 12,5 por cento da população continua desempregada, isto apesar de alguns importantes investimentos feitos na região nos últimos anos. Falamos designadamente da Auto-Europa, que recebeu apoios do Estado português superiores a 100 milhões de contos, e é responsável neste momento por cerca de quatro mil postos de trabalho directos e mais de três mil indirectos. Contudo, por um lado, as novas unidades não conseguiram compensar o desmantelamento de parte importante dos sectores produtivos, que se traduziu no encerramento de total ou parcial de empresas e no despedimento de milhares de trabalhadores. Por outro lado, o à-vontade como se comportam as multinacionais no nosso país, parecendo desconhecer qualquer obrigação de carácter social, não permite olhar o futuro com tranquilidade. Atentos, os comunistas de Setúbal chamaram a atenção para a recente saída da Ford do capital social da Auto-Europa e manifestaram-se preocupados quanto ao que poderá acontecer depois de 2001.

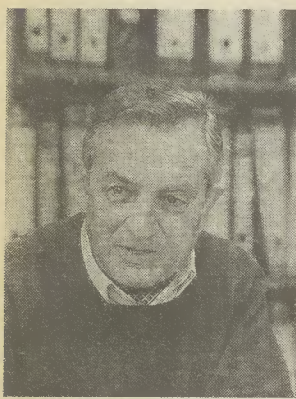
A caracterização económica e social do distrito mostra ainda uma agudização da crise na agricultura e na pescas, e destaca as consequências dos processos de liberalização e privatização já concretizados ou em curso, nomeadamente nos transportes, comu-

nicacões, portos, electricidade e serviços do Estado, cuja subordinação à lógica do lucro têm limitado o seu acesso aos cidadãos e contribuído para a redução da qualidade.

A par desta realidade, o distrito apresenta uma outra que é construída todos os dias pelo poder local, onde os comunistas e milhares de outros democratas têm contribuído ao longo dos últimos 25 anos para que Setúbal ocupe um dos primeiros lugares no que respeita a índices de qualidade de vida.

Com o objectivo de proporcionar uma vida melhor às populações, o PCP insiste na elaboração de um Programa Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (PROIDDS), que tem hoje o apoio da generalidade das organizações económicas, sociais e culturais. Para os comunistas trata-se de um desenvolvimento integrado que articule de forma equilibrada o crescimento e económico, o ordenamento do território e a defesa do ambiente, do património cultural e da qualidade de vida.

A concretização deste plano necessita do empenhamento e apoio financeiro do Governo, razão que levou a Assembleia a lançar um apelo a todos os agentes e estruturas que intervêm no processo de desenvolvimento para que unam esforços na exigência deste programa juntamente com os autarcas e deputados do PCP na Assembleia da República.



Octávio Pato

Milhares de amigos na despedida

Nota Biográfica

Octávio Floriano Rodrigues Pato nasceu em Vila Franca de Xira, em 1925, tendo começado a trabalhar aos 14 anos de idade na indústria de calçado e como empregado de comércio. Era membro do PCP desde 1941, funcionário do Partido desde 1945 e membro do Comité Central desde 1949.

Iniciou a sua actividade revolucionária aos 15 anos na Federação da Juventude Comunista Portuguesa. Após a reorganização de 1940/41 fez parte do Comité Local de Vila F. Xira e do Comité Regional do Baixo Ribatejo. Na região de Vila F. Xira, teve participação activa na preparação, organização e desencadeamento das grandes greves de 8 e 9 de Maio de 1944, que abrangeram todo o Ribatejo, a região de Lisboa e Loures. Em 1945, perante as ameaças repressivas do fascismo, é obrigado a passar à clandestinidade, ficando a dirigir as organizações juvenis e estudantis do Partido. Em 1946, tendo em vista a necessidade de impulsionar um grande movimento unitário de massas da juventude, foi destacado para essa actividade e, numa situação de semiclandestinidade e usando o nome Octávio Rodrigues, foi um dos fundadores e dirigentes do MUD-Juvenil (Movimento de Unidade Democrática Juvenil).

Em 1947, voltou à mais rigorosa clandestinidade, continuando a trabalhar no sector das organizações de juventude e passando a integrar a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP. Em 1949, foi eleito para o Comité Central como membro suplente e em 1952, já como efectivo, foi designado para o Secretariado do Comité Central. Como membro do Comité Central, trabalhou nas Direcções das Organizações Regionais de Lisboa, do Norte e do Sul, bem como na Redacção do «Avante!», tendo sido também responsável pelo controlo das duas tipografias clandestinas centrais. Em Dezembro de 1961 foi preso pela PIDE.

Barbaramente espancado e torturado (impedido de dormir durante 18 dias e noites seguidos e 4 meses incomunicável), recusou-se a responder a quaisquer perguntas. Foi espancado no decorrer do próprio julgamento no Tribunal Plenário de Lisboa pela firme defesa política que aí fez. Condenado a oito anos e meio de prisão, indefinidamente prorrogáveis por "medidas de segurança", foi libertado em 1970 após um grande movimento de solidariedade.

Tendo voltado pouco depois à luta na clandestinidade, era, no período que antecedeu o 25 de Abril, membro do Secretariado e da Comissão Executiva do Comité Central, tendo a seu cargo, entre outras tarefas, a responsabilidade pela Redacção do «Avante!». Depois do 25 de Abril, Octávio Pato foi deputado e Presidente do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia Constituinte (1975), candidato à Presidência da República em 1976, e deputado à Assembleia da República de 1976 a 1991; membro da Comissão Central de Controlo e Quadros de 1988 a 1992; membro da Comissão Política de 1974 a 1988, e do Secretariado do Comité Central de 1974 até ao seu falecimento.

«Continuas ao nosso lado!» Estas palavras ouvimo-las arrancadas a vozes embargadas pela emoção da despedida a Octávio Pato, marcadas pela confiança de que muitos saberão continuar as suas lutas e seguir-lhe o exemplo.

Muitos milhares de camaradas e de amigos, na grande maioria trabalhadores e povo anónimo, se juntaram no Alto de São João, uns aguardando a chegada do cortejo, outros incorporados nele. Desde a tarde de sexta-feira, ininterruptamente, o Centro de Trabalho Vitória recebia a presença comovida de militantes comunistas, de nume-

rosas personalidades e de muitos cidadãos que se juntaram a prestar homenagem ao combatente antifascista, ao dirigente do PCP cujo exemplo de coragem e de coerência na defesa de ideais que lhe sobrevivem.

Uma hora antes do tempo marcado para o funeral entrar no cemitério já na alameda central frente ao portão

muita gente aguardava, recordando, em numerosas conversas em voz baixa, o camarada falecido. Dispostas junto às árvores, coroas de flores que já tinham chegado do CT Vitória, assinalavam o último caminho. Viriam ainda mais três carrinhas cheias de flores, homenagens de organizações do Partido, de estruturas sindicais, de autarquias, de colectividades, de personalidades destacadas da vida política e cultural de todo o País.

Foi difícil ao carro fúnebre abrir depois passagem através da multidão onde se distinguíam dirigentes do PCP, capitães de Abril, numerosas

personalidades de que procuramos dar conta na lista, necessariamente insuficiente, de gente destacada que se despediu do camarada.

Um longo aplauso acompanhou o féretro à campa. Punhos levantados. Cravos erguidos. Bandeiras vermelhas. Ao findarem as palavras de Carlos Carvalhas, que transcrevemos nestas páginas, espontaneamente levantaram-se vozes em torno dos dirigentes do Partido: «Força, PCP!» E, em quadras dispersas, uma canção vibrou: «Avante, Camarada!».

Octávio Pato continua a nosso lado.

Carlos Carvalhas: «O exemplo

Camaradas e amigos,

A morte dos que nos são mais queridos ou próximos provoca sempre, todos o sabemos, uma dor que é maior que todas as outras dores, uma amargura que é mais forte que todas as outras amarguras e uma tristeza que é mais funda que todas as outras tristezas

E é certamente assim que muitos nos sentimos quando aqui vimos hoje despedirmo-nos de Octávio Pato, nosso camarada de

luta e de ideais, nosso companheiro em tantas e tantas batalhas, cidadão vertical e destacado obreiro da democracia portuguesa, grande e respeitada figura de militante e dirigente comunista em quase seis décadas de vida e intervenção do Partido Comunista Português.

Como todos também sabemos, nenhuma palavra nem nenhuma maneira de dizer podem rasurar, esconder ou contornar esta dor, esta amargura e esta tristeza, que, não o esqueçamos, inevitavelmente atinge de uma forma particularmente sofrida a sua família a quem renovamos o nosso abraço de sincera e fraterna solidariedade no momento difícil por que passam.

Mas há palavras que é preciso dizer quando nos despedimos de Octávio Pato para fazer alguma justiça em relação aquilo que o PCP e os comunistas portugueses, os trabalhadores, o povo português, Portugal e sua democracia indiscutivelmente lhe devem.

Entre muitas outras coisas, devemos-lhe o tocante exemplo da sua generosa entrega, logo



A última homenagem

«Com profunda tristeza, o Secretariado do Comité Central do PCP comunica o falecimento de Octávio Pato.» Estas as primeiras palavras da nota em que é anunciada a morte do dirigente comunista e que evoca o «seu alto exemplo de grande figura da resistência e combate à ditadura fascista e da construção do Portugal democrático saído da

Revolução de Abril, com uma vida inteira generosamente dedicada à luta dos trabalhadores e do povo português pela liberdade, pela democracia e pelo progresso social, à afirmação na sociedade portuguesa dos ideais do socialismo e do comunismo e ao fortalecimento do PCP como uma grande força democrática e revolucionária».

No funeral de Octávio Pato - partilhando a última homenagem ao dirigente comunista - estiveram presentes o Presidente da República, Jorge Sampaio, Almeida Santos, Presidente da Assembleia da República, e o Presidente do Conselho de Ministros, António Guterres. O governo fez-se representar pelos ministros Jorge Coelho e João Cravinho e a Câmara Municipal de Lisboa pelo seu Presidente, João Soares.

Na tarde de sexta-feira, largas centenas de pessoas prestaram a última homenagem a Octávio Pato, no Centro de Trabalho Vitória, onde esteve em câmara ardente.

Uma homenagem múltipla

Vários partidos políticos se fizeram representar. O Partido

Socialista, por António José Seguro; o Partido Ecologista «Os Verdes», por Isabel Castro; a Intervenção Democrática, por Blasco Hugo Fernandes, Herberto Goulart, Dulce Rebelo, João Corregedor e António Gonçalves; a UDP, por Mário Tomé e Luís Fazenda; o PSR, por Francisco Louçã, e a Política XXI, por Miguel Portas, António Matos Gomes e Rogério Moreira.

Sindicatos e associações estiveram igualmente presentes, com destaque para a CGTP-IN, a Associação 25 de Abril, representada por Pezarat Correia e Vasco Lourenço (que representou também o general Garcia dos Santos) e ainda o Sport Lisboa e Benfica, representado pelo seu vice-presidente, José Capristano. De referir que no jogo Benfica/Guimarães foi guardado um minuto de silêncio em memória de Octávio Pato.

De entre as muitas dezenas de personalidades presentes contavam-se, nomeadamente, os jornalistas Carlos Vargas e Catarina Portas, os generais Vasco Gonçalves e Ramalho Eanes, os almirantes Rosa Coutinho, Martins Guerreiro e Durand Clemente, José Fonseca e Costa, realizador de cinema, Luiza Irene Dias Amado, Luís Cília, Maria Barroso, Maria Eugénia Varela Gomes, Mário Ruivo, Mário Soares, ex-presidente da República, o historiador José Mattoso, Manuel Alegre, deputado do PS, Miguel Galvão Teles, o encenador Rui Mendes, Sérgio Carvalhão Duarte, médico, o professor universitário Sotto Mayor Cardia, Stela Piteira Santos.

Centenas de mensagens

Centenas de mensagens escritas foram enviadas pelas organi-





que nos deu e o valor que sobrevive»

aos 15 anos, à causa da libertação do povo português da odiosa ditadura fascista e dos ideais do socialismo e do comunismo traduzida no seu ingresso na Federação da Juventude Comunista Portuguesa em 1940, da sua entrada para as fileiras do PCP em 1941, a sua passagem a funcionário do Partido em 1945.

Devemos-lhe a persistência, a audácia, a coragem, a firmeza de convicções, a capacidade de trabalho e o espírito de iniciativa com que honrou as exigências e as responsabilidades da luta clandestina do nosso Partido ao longo de quase três décadas.

Devemo-lhe, entre tantos outros períodos e batalhas cruciais, a sua participação na organização das grandes greves de 8 e 9 de Maio de 1944, o seu papel e o seu trabalho na fundação e actividade do MUD- Juvenil, o seu trabalho à frente de diversas organizações regionais do Partido em todos esses longos e duríssimos anos em que o nosso Partido enfrentou a brutalidade da repressão do regime fascista, que hoje alguns pretendem insolentemente retocar pela mentira e pela complacência, em todos esses longos e duríssimos anos em que a generosidade, a capacidade política, a incedível determinação de militantes, quadros e dirigentes como Octávio Pato e tantos outros já falecidos ou ainda felizmente no nosso convívio puderam assegurar não apenas que o PCP sobrevivesse mas que se fortalecesse e sempre renovasse as suas sólidas raízes na classe operária, no povo e na sociedade portuguesa.

Devemos a Octávio Pato a contribuição da sua presença e destacadas responsabilidades na acção clandestina no interior do país nos anos que imediatamente precederam o 25 de Abril, no quadro

da sua reafirmada entrega à luta concretizada logo após a sua libertação da cadeia de Peniche em 1970, após nove anos de prisão.

Devemos a Octávio Pato a sua contribuição dinâmica e empenhada no processo em que, a seguir ao 25 de Abril, o PCP conseguiu o feito de grande alcance histórico de realizar uma audaciosa inserção nas novas condições de luta criadas pela conquista da liberdade, assegurar de forma criativa a sua passagem de partido clandestino a um grande partido de massas, e dar uma incomparável contribuição para o processo de democratização da vida nacional e para a revolução democrática, ao mesmo tempo que respondia com grande êxito às tarefas da sua estruturação nacional e do fortalecimento da sua organização e intervenção nas mais diversas esferas da sociedade portuguesa.

E devemos ainda a Octávio Pato que, em coerência com o seu exaltante percurso de revolucionário e de comunista, do 25 de Abril de 1974 até aos últimos momentos da sua vida, tenha assumido tantas e por vezes tão difíceis tarefas e responsabilidades no quadro da direcção do PCP nestes últimos 25 anos em que vivemos do melhor e do pior, em que vivemos vitórias e derrotas, em que vivemos alegrias inesquecíveis e amarguras profundas, mas em que sempre soubemos viver com uma grande confiança no valor dos nossos ideais, com legítimo orgulho na nossa história e no que representámos, representamos e havemos de representar no nosso país para a conquista de novos horizontes de felicidade e emancipação humana.

Tudo o que devemos a Octávio Pato tem um valor e um significado que, desta ou daquela forma e por muitos caminhos, sempre sobreviverão à sua morte.

Porque a luta dos comunistas portugueses não se faz por mera justaposição ou simples sequência da acção e do papel das sucessivas gerações de comunistas.

Faz-se também e sobretudo do património comum de experiência, de luta e de valores que umas gerações legam às outras e que estas também

concebem e renovam e faz-se da síntese criadora que só a capacidade, o esforço e o mérito de cada um conjugados com o trabalho colectivo a solidariedade na acção asseguram.

Aqui quisemos portanto dizer da nossa gratidão pelo muito que devemos ao camarada Octávio Pato de que agora nos despedimos.

Mas queremos crer que Octávio Pato seria o primeiro a achar que falta dizer alguma coisa mais.

E essa alguma coisa mais é a evocação de um grande valor e de uma atitude que, ontem como hoje, conserva importância e actualidade no património do nosso Partido.

Essa alguma coisa mais é que, no nosso Partido, é bom que se reconheça o valor dos homens e mulheres comunistas individualmente considerados e o que todos lhes devemos. Mas tem ainda mais valor os homens e as mulheres comunistas que são capazes de compreender que muito do que cada um vale e das marcas que cada um deixou no seu tempo também é indissociável do que viveu e aprendeu com os outros comunistas, do que viveu e aprendeu na calor e na aspreza das batalhas travadas pelo Partido, de que viveu e aprendeu nas experiências e no enriquecimento humano, cívico e político que só a comunhão de ideais, a acção comum e a solidariedade de combate podem forjar.

Octávio Pato não estará mais ao nosso lado nos combates e trabalhos que temos pela frente, sempre com os trabalhadores, sempre pelos interesses e aspirações do nosso povo, sempre pela causa da democracia, do socialismo e do comunismo.

Mas estará ao nosso lado a memória do seu exemplo, a memória do seu empenhamento, a memória da sua generosidade, a memória de que dedicou 60 anos da sua vida a trabalhar e a lutar para que, hoje infelizmente já sem ele, continue a haver razões para que não nos falte a força de alma, a convicção num projecto político transformador e revolucionário, a capacidade de agregar novas energias para responder aos novos desafios, a determinação e a esperança no êxito da luta do Partido Comunista Português e no seu presente e futuro.

Em nome do PCP, e certamente expressando também o sentimento da família de Octávio Pato, a todos que aqui vieram queremos agradecer o conforto da sua companhia, do seu calor humano, da sua amizade e da sua solidariedade.

Mensagem

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou, à família do dirigente comunista, a seguinte mensagem:

À camarada Paula Henriques e família de Octávio Pato

Transmitimo-vos os nossos sentimentos de enorme pesar e tristeza por motivo do falecimento do camarada Octávio Pato.

Acompanhando-vos nesta hora de dor e luto, temos bem presente o seu exemplo de uma vida consagrada à causa dos trabalhadores, da liberdade e do socialismo.

organizações e instituições, como a URAP e a Embaixada de Cuba.

É extensa a lista de personalidades que enviaram mensagens escritas, e que inclui Jorge Sampaio, António Guterres (em nome do Conselho de Ministros), Mário Soares, Vasco Cabral, vereadores da Câmara Municipal de Lisboa do CDS/PP, o presidente do Sport

Lisboa e Benfica, João Vale e Azevedo, o comandante Gomes Motta, Vasco Vieira de Almeida, Luís Catarino, Raul Castro, Cândido de Azevedo, Luís Azevedo, Lopes Almeida, Levy Baptista, comandante Costa Santos.

Muitas dezenas de outras personalidades manifestaram ao Partido Comunista Português e à família sentidas condolências.



zações do PCP, direcções regionais, comissões concelhias e de freguesias, organismos e células de empresas e de diferentes sectores de trabalhadores.

A CGTP-In e dezenas de sindicatos e comissões de trabalhadores enviaram igualmente mensagens de pesar, assim como a Associação Nacional de Municípios, Câmaras Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesia. Mensagens escritas foram também enviadas por associações e colectividades de vários pontos do país.

De entre as mensagens de partidos políticos contam-se as do Partido Ecologista «Os Verdes», do Secretariado Nacional do PS, do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, da Comissão Política da Figueira da Foz do PS, da Intervenção Democrática e do PSR. E ainda de outras

Agricultura do Norte em debate no Porto

Mais de 200 agricultores, dirigentes associativos e técnicos agrícolas, comunistas e não comunistas, de 22 organizações da lavoura, participaram durante todo o dia de domingo, no Instituto Superior de Engenharia do Porto, num debate sobre «A agricultura do Norte em debate».

A iniciativa, promovida pela Direcção Inter-regional do Norte do PCP, contou com a presença de deputados do PCP, de Agostinho Lopes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, e de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

«A situação da agricultura no Norte», «O associativismo e o cooperativismo agrícola da região» e «A reforma da PAC», foram temas em debate, introduzidos respectivamente por João Duarte, do CC e da DOR de Viana do Castelo, Armando Carvalho, dirigente da Câmara Agrícola do Norte e da CNA, e Honório Novo, deputado no Parlamento Europeu. Lino de Carvalho, deputado na Assembleia da República, falou da actividade do PCP na AR referente às questões agrícolas.

No debate, muito participa-

do, intervieram técnicos agrícolas, pastores, viticultores do Douro, dirigentes da associação de produtores, dirigentes de organizações socioprofissionais, dirigentes de cooperativas agrícolas, professores de estabelecimentos de ensino ligados à agricultura e à economia agrária e consumidores. Vinte e cinco intervenções que enriqueceram o debate e permitiram aprofundar os assuntos trazidos à discussão, levantar novos problemas e fazer propostas, nomeadamente ao Grupo Parlamentar do PCP, para que este as acolha em próximas iniciativas legislativas.

O debate demonstrou que esta política, ou falta de política agrícola em Portugal, não serve os interesses dos agricultores nem os interesses do país. A preocupação pelo futuro da agricultura portuguesa, em

especial do Norte, foi referida pela generalidade dos intervenientes, que também salientaram que tem sido o PCP o partido que mais se tem preocupado com a situação da agricultura, em especial com a agricultura familiar, determinante económica e socialmente no Norte.

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, encerrou os trabalhos, assumindo o compromisso de que o PCP tudo fará para dar voz aos anseios e justas aspirações dos agricultores do Norte, confrontados com um conjunto de problemas, como o envelhecimento da população e o êxodo da população rural para as grandes cidades com todos os problemas de inserção social daí decorrentes, o endividamento; a falta de valorização dos produtos nacionais; a injustiça na distribuição das ajudas em que 10% das explorações agrícolas açambarcam 90% dos fundos; o elevado custo dos factores de produção comparados com os dos restantes países da União Europeia; o conseqüente abandono das terras.

Afirmou que o PCP, quando



Muitos agricultores participaram no debate organizado pelo PCP no Porto, com a presença de Carlos Carvalhas

estão em curso as negociações para a reforma da PAC, estará atento e combaterá qualquer posição do governo português no sentido de voltar a trocar a agricultura portuguesa por mais fundos para as áreas não agrícolas, como aconteceu na reforma da PAC de 1992, pois não podem ser os agricultores a voltar a pagar a factura!

Recusou também aceitar a renacionalização da PAC, por ser injusta e sobrecarregar o Orçamento do Estado português ou por decisões em que não é ouvido. Defendeu que a



reforma da PAC deve reequilibrar as ajudas, limitar as ajudas por agricultor, não diminuir o preço da carne, do leite e dos

cereais e não permitir que as cotas de produção estrangulem e impeçam o desenvolvimento da nossa agricultura.

Madeira

CDU defende apoio a pescadores

A crise que atinge os pescadores da Madeira assume hoje níveis que levam ao desespero e desânimo. Uma situação que a CDU da Madeira tem vindo a acompanhar, promovendo encontros com os pescadores e pela apresentação, na Assembleia Legislativa Regional, de iniciativas que visam dar resposta a este grave problema.

Todas as áreas do sector produtivo da Região Autónoma da Madeira enfrentam, actualmente, uma crise aguda. Realidade comum que atinge também as pescas, dependentes da captura de certas espécies específicas dos mares da Madeira, quer espécies residentes quer espécies migratórias.

Neste momento, os pescadores e as suas comunidades atravessa-

ram uma grave crise económica e social, sem qualquer tipo de solução eficaz à vista, enquanto o governo regional ignora ostensivamente os apelos de apoio.

Uma situação que afecta outros sectores da população, para além dos pescadores e das suas famílias, em particular os comerciantes locais, que já não podem garantir o crédito no fornecimento de bens alimentares, uma prática tradicio-

nal nas comunidades piscatórias e essencial para a sobrevivência das famílias.

É neste quadro que a CDU/Madeira tem vindo a intensificar os seus contactos com as comunidades piscatórias, especialmente na zona do Caniçal, onde os pescadores dependem, em grande parte, da pesca do atum.

Domingo passado, a CDU teve novo encontro com os pescadores, para definir estratégias de luta que passarão, forçosamente, por tomadas de posição públicas contra a crise e pelos apoios extraordinários.

Em conferência de imprensa realizada no passado dia 17 o Grupo Parlamentar da CDU sublinhou que, «no pleno cumprimento

das suas funções sociais, tem o Estado o dever de assumir imediatamente uma intervenção de emergência para que se atenuem as marcas da crise vivida nas comunidades piscatórias atuneiras. Enquanto expressão directa de solidariedade, considera a CDU/Madeira que deverá ser diligenciada uma acção extraordinária de apoio aos pescadores afectados pela actual crise na pesca do atum.

«Tendo conhecimento das dificuldades vividas actualmente pelos pescadores e suas famílias, a CDU/Madeira considera ser da mais elementar exigência de justiça social garantir um apoio directo aos pescadores do atum, de modo a se suprirem as dificuldades registadas».

Nesse mesmo dia, o Grupo Parlamentar da CDU apresentou, na Assembleia Legislativa Regional, uma iniciativa legislativa que visa a atribuição, a estas comunidades de pescadores, de um subsídio com carácter de emergência, com o objectivo de solucionar esta crise provocada pela falta de atum.

A curto prazo, o Grupo Parlamentar da CDU tenciona apresentar outra iniciativa legislativa, sob a forma de Projecto de Decreto Legislativo Regional, que crie, a nível da Região, um Fundo de Compensação Salarial a aplicar a todos os intervenientes nesta actividade para fazer face a problemas semelhantes no futuro.

Reformados manifestam-se em Lisboa

«Uma vida melhor, mais justa e digna» é a exigência fundamental que irá juntar, no próximo sábado, em Lisboa, reformados, pensionistas e idosos. Uma manifestação convocada pelo MURPI, e que terá lugar na Praça da Figueira, em Lisboa, com início às 14h.30.

Os reformados exigem pensões dignas, um aumento intercalar de 3.000 escudos no 2.º semestre de 1999, a reposição dos direitos adquiridos e manifestam-se ainda em defesa do Sistema Público de Segurança Social e por um Serviço Nacional de Saúde universal, geral e gratuito.

Na convocatória para esta manifestação, o MURPI lembra que, quando na oposição, Guterres defendia e prometia, entre outras coisas, que as pensões mínimas se deveriam aproximar do salário mínimo nacional, que o Serviço Nacional de Saúde não podia ser transformado num negócio e muito menos destruído, passes para os transportes e medicamentos gratuitos, além de subsídio de renda de casa, para os pensionistas com rendimento inferior ao salário mínimo nacional.

Promessas que estão bem longe da realidade actual, em que as pensões mínimas estão cada vez mais longe do salário mínimo e os aumentos são antecipadamente engolidos pelos aumentos de preços dos bens de consumo essenciais.

CNA exige medidas para suinicultura em crise

Neste mês de Fevereiro, os suinicultores estão a vender os seus animais 30% abaixo do próprio custo de produção. Este um indício claro da crise que este sector atravessa e para a qual a Confederação Nacional da Agricultura - CNA pede medidas urgentes.

Em conferência de imprensa realizada, em Lisboa, sexta-feira passada, a CNA sublinha o peso económico e social deste sector, que corresponde a mais de 40% da produção animal, quase 20% do Produto Agrícola Bruto e perto de 30.000 explorações.

A situação actual é grave e passa por um grande endividamento e descapitalização, tanto mais que os investimentos efectuados nos últimos dois anos, quando a situação

do mercado parecia estabilizada, continuam por recuperar. O crédito tornou-se impossível e nalguns casos as fábricas de rações recusam os fornecimentos habituais. Teme-se que desapareçam 50% dos suínos portugueses.

As causas desta situação estão no aumento da produção a nível europeu, em simultâneo com dificuldades na exportação, em virtude das crises financeiras no Leste/Rússia e países da Ásia, grandes importadores do mercado da União Europeia. Não por acaso o mercado português tem vindo a ser invadido por carne estrangeira, em particular de Espanha, a preços arrasadores para a produção nacional.

De notar que, contrariamente a vários países europeus, altamente excedentários,

Portugal está muito longe de ser auto-suficiente.

As medidas entretanto tomadas não foram eficazes, por falta de condições reais e/ou por atrasos na sua implementação, pelo que outras medidas se impõem.

A CNA propõe que, a nível europeu, sejam accionados em pleno, e com verbas suficientes, os instrumentos contidos nesta Organização Comum de Mercado.

A nível nacional, a Confederação Nacional da Agricultura considera essenciais medidas como o reforço da fiscalização, a redução de custos dos factores de produção, linhas de desendividamento em condições suportáveis, linha de relançamento, isenção durante um ano das contribuições para a Segurança Social sem perdas de

direitos, criação de um Seguro Pecuário ou de Rendimento da Exploração que ponha os suinicultores, bem como outros produtores, ao abrigo de situações deste tipo.

Também na avicultura a situação de mercado é muito difícil, com grandes quebras de preços, devido a importações da U.E.

Os grandes grupos económicos têm vindo a organizar-se no sentido de asfixiar a pequena e média produção, através do controlo dos preços, quer das aves quer das rações, deixando de fornecer rações e concentrando a produção.

Uma situação que - a não serem tomadas medidas urgentes - tenderá a eliminar milhares de pequenos produtores nesta área.

Bloqueado acordo UE/África do SUL

Portugal, Espanha, França e Itália impediram na passada terça-feira a União Europeia de aprovar o acordo de comércio e cooperação com a África do Sul. A decisão foi tomada durante uma reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da UE, no Luxemburgo, onde a parte portuguesa exigiu garantias sobre o desaparecimento da produção sul-africana de vinhos com a designação Porto, no final do período de transição de doze anos previsto no projecto de acordo.

As negociações deste acordo são lideradas pelo Comissário português João de Deus Pinheiro que em declarações à Agência Lusa minimizou a posição do Governo português afirmando que são «questões de semântica e não de substância».

E acrescentou: «Penso que será chover no molhado, porque as garantias já lá estão» no acordo.

Este não é contudo o entendimento do ministro dos Negócios Estrangeiros português Jaime Gama que confirmou as notícias já anteriormente avançadas sobre a indefinição do acordo quanto ao fim da produção de vinho sob a designação de Porto.

Segundo Jaime Gama, existem riscos de se criar um precedente perigoso para a salvaguarda das denominações de origem dos produtos agrícolas europeus em negociações futuras com países e blocos económicos fortes como a Austrália, Nova Zelândia, Mercosul ou os EUA.

Recorde-se, que recentemente, o deputado comunista Honório Novo questionou a Comissão sobre o conteúdo do Acordo, manifestando fundadas preocupações de que os interesses de Portugal não estavam a ser salvaguardados.

Têxteis sob pressão

A redução ou mesmo eliminação dos direitos aduaneiros para diversas categorias de produtos do têxtil-vestuário poderá ser mais uma das cedências que a Comissão Europeia está disposta a fazer no âmbito do acordo comercial com a África do Sul. Baseando-se em representantes do sector, o deputado comunista Sérgio Ribeiro interroga a Comissão sobre a veracidade destas informações, segundo as quais estaria em causa uma «liberalização assimétrica, com uma maior abertura do mercado comunitário» e pergunta quais são as categorias abrangidas, o calendário e nível de redução ou eliminação de direitos e quais as contrapartidas negociadas.

O deputado europeu recorda a importância do sector têxtil na União Europeia, o qual representava, em 1996, oito por cento do emprego na indústria de transformação, e o seu grande peso económico e social em alguns países e regiões comunitários, como é o caso de Portugal.

Contudo, refere Sérgio Ribeiro, entre 1990 e 1996, o sector perdeu 600 mil postos de trabalho e existem previsões que indicam a extinção de mais 800 mil empregos nos próximos anos, em resultado da cada vez maior liberalização comercial, nomeadamente através de acordos bilaterais e da abertura do mercado aos países candidatos ao alargamento da União. Para além de ter sido um dos mais afectados pela «crise asiática», o sector tem sido utilizado como «moeda de troca» em algumas negociações globais.

Coreanos reforçam indústria naval

Ao contrário dos cálculos da Comissão Europeia, a intervenção financeira do FMI, que devia apenas «evitar o descalabro do sistema bancário coreano», permitiu afinal perdoar as enormes dívidas aos estaleiros navais daquele país e financiar reaproveitamentos de capacidade extra na construção naval, durante o ano de 1998.

Confrontando estes factos com uma resposta da Comissão, de Fevereiro de 98, o deputado comunista Honório Novo sublinha que a «Coreia alcançou uma fatia de cerca de 30 por cento na angariação de novas encomendas», o que se deveu fundamentalmente à distorção dos preços nesta actividade, e que «este aumento da capacidade construtiva poderá ter consequências irrecuperáveis para a indústria naval comunitária».

Deste modo, o deputado quer saber qual é a avaliação da Comissão e que medidas pensa tomar para defender o sector e assegurar uma concorrência leal a nível mundial. Designadamente, questiona a actual regulamentação comunitária que apenas permite ajudas públicas para reestruturações do sector naval, com a condição de que não seja aumentada a capacidade construtiva, deixando de fora, por exemplo, financiamentos para concursos.

Crise das vacas loucas Estados-membros violam legislação comunitária

O relatório sobre a doenças das «vacas loucas», votado na passada semana, na Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu, chama a atenção para o «forte aumento da incidência da BSE em Portugal» e considera a «situação catastrófica no que se refere à não aplicação da legislação comunitária» na luta contra a doença na maior parte dos Estados-membros.

O projecto de relatório, que acabou por ser alterado graças à intervenção do deputado comunista Honório Novo (ver caixa), apontava em concreto a situação portuguesa, chegando mesmo a «congratular-se» com a decisão da Comissão de 18 de Novembro, de proibir, até 1 de Agosto próximo, a exportação de animais vivos, farinha de carne e de ossos de mamíferos, carne de bovino e produtos à base de carne de bovino provenientes de Portugal.

Como declarou ao «Avante!» Honório Novo, «não era correcto que o relatório se congratulasse com a imposição de um embargo a Portugal e por isso propusemos não só que a expressão *congratula-se* fosse substituída por *toma nota*, como também que se instasse o Governo português e a comissão para que em estreita cooperação, criem condições indispensáveis ao levantamento do embargo, o mais rapidamente possível».

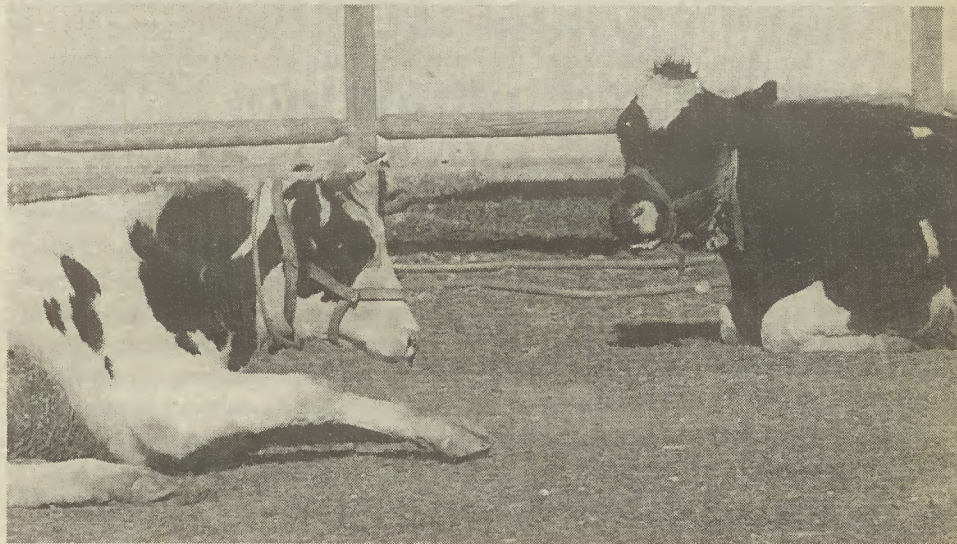
Apesar desta última parte não ter sido aprovada pela Comissão (por dez votos contra cinco a favor e duas abstenções), tendo o relator alegado não ser a Comissão da Agricultura o «lugar mais indicado» para se efectuar um pedido daquela natureza», os deputados do PCP vão voltar à carga já na próxima sessão plenária, onde, para além de insistirem na necessidade de pôr fim ao embargo a Portugal, exigem uma intervenção diferente da Comissão Europeia em matéria da BSE.

Designadamente, numa proposta reclamam a criação ao nível

todos os Estados-membros, bem como sobre os respectivos resultados.

Segundo Honório Novo, «não se compreende que Portugal não receba qualquer ajuda pelos prejuízos directos e indirectos provocados pela BSE, quando se sabe

mente não se conhecem as inspecções realizadas em todos os Estados-membros, observando no entanto que o relatório do Parlamento Europeu constata a interposição de acções por incumprimento do Tratado contra um total de 13 Estados-mem-



Portugal ainda não beneficiou de apoios comunitários para compensar os prejuízos da doença bovina da BSE

O interesse nacional e o desinteresse de alguns

Por proposta dos deputados do PCP, em vez de se congratular o Parlamento Europeu limita-se a «tomar nota» do embargo a Portugal, o que representa um passo positivo com vista ao rápido levantamento da proibição sobre os produtos bovinos portugueses.

Como se provou, a discussão e votação do Relatório sobre a BSE, na Comissão da Agricultura do PE, revestia-se de um óbvio interesse nacional, mas infelizmente tal não foi o entendimento dos eurodeputados do PS, PSD e CDS/PP, os quais não só não apresentaram

qualquer proposta de alteração ao texto inicial, como nem sequer participaram na discussão e votação da emenda apresentada por Honório Novo, o único português presente.

Na próxima sessão plenária, marcada para Março, os deputados do PCP vão voltar a apresentar propostas de alteração ao relatório. Espera-se que desta vez os representantes portugueses das outras forças políticas compareçam e ajam em conformidade com o tal interesse nacional que está sempre presente nos discursos e tantas vezes ausente nos actos.

comunitário dos mecanismos adequados de compensação aos rendimentos dos agricultores afectados pelo embargo; noutra exigem que a Comissão Europeia informe o Parlamento sobre todas as inspecções efectuadas em

que o Reino Unido recebeu apoios financeiros» numa situação análoga.

O deputado europeu, que lamentou ainda o silêncio do Governo português nesta matéria, explicou também que actual-

bro, na sequência de controlos efectuados pelo Serviço Alimentar e Veterinário. Assim sendo, é legítimo perguntar por que é que destes 13 países apenas a Portugal é imposto um embargo às exportações?

Polícia põe Bruxelas em estado de sítio Agricultores manifestam-se contra a baixa dos preços

O centro de Bruxelas esteve na passada segunda-feira cercado por arame farpado e fortemente vigiado por cinco mil polícias que seguiram todos os movimentos dos agricultores europeus.

Várias dezenas de milhares de agricultores (70 mil segundo os organizadores e 30 mil segundo a polícia) encheram as ruas da cidade para protestar contra a reforma da Política Agrícola Comum, designadamente contra a proposta da Comissão Europeia de baixar significativamente os preços agrícolas.

No âmbito da Agenda 2000, a Comissão Europeia defende a redução dos preços agrícolas garantidos de 15 por cento para o leite, 20 por cento para os cereais e 30 por cento para a carne bovina. Em contrapartida, propõe a

atribuição de ajudas directas aos rendimentos agricultores, medida contestada por estes por não compensar as previsíveis perdas.

A Comissão pretende deste modo reduzir as despesas com a agricultura que representam mais de 16,1 milhões de contos do orçamento comunitário, para financiar a adesão de novos Estados-membros da Europa de Leste.

Ao chegarem à capital belga, os agricultores europeus (entre eles contava-se uma pequena delegação portuguesa), depararam-se com um enorme dispositivo policial que colocou literalmente em estado de sítio a capital belga. Estradas de acesso à cidade foram fechadas, assim como uma estação de comboios e duas estações de metro. O bairro

europeu onde se encontram edifícios do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia e do Conselho dos Quinze, foi cercado por barreiras metálicas e permaneceu fechado às pessoas e ao trânsito. Comércio, escolas e instituições comunitárias estiveram praticamente encerrados, nomeadamente o Parlamento Europeu, onde por questões de segurança, foram anuladas todas as sessões e dispensados todos os funcionários.

Esta decisão foi mal recebida pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica que em missiva enviada ao secretário-geral do Parlamento Europeu deu conta do seu descontentamento e desacordo com a medida, a qual podia ser «muito mal interpretada pelos

agricultores europeus e as suas organizações representativas».

Nas ruas, esperavam os manifestantes cerca de cinco mil polícias, 40 dos quais a cavalo, 17 canhões de água, 170 mil litros de água e quatro mil granadas de gás lacrimogéneo. Este ambiente acabou por provocar incidentes entre manifestantes e polícia, de que resultaram mais de uma dezena de feridos, tendo sido efectuadas 12 detenções.

Entretanto, as forças policiais retiraram 200 autocarros vindos de França com o pretexto de serem revistados, acabando por atrasar a sua chegada a Bruxelas, o que aconteceu já perto das duas da tarde quando a manifestação já começava a desmobilizar.

TRABALHADORES

Concurso literário

Para assinalar «25 anos de Abril», a União dos Sindicatos do Porto e a Associação Benéfica de Empregados do Comércio do Porto promovem um concurso, aberto a obras inéditas, de autores ainda não editados, nas modalidades de ficção (Prémio Soeiro Pereira Gomes), poesia (Prémio Agostinho Neto), memorialismo testemunhal (Prémio Mário Sacramento), quadra popular (Prémio António Aleixo) e textos de viagem (Prémio Ferreira de Castro). Os trabalhos devem ser entregues na USP/CGTP até 14 de Março. Do júri fazem parte Mário Cláudio, José Viale Moutinho, Manuel António Pina, Francisco Duarte Mangas e Ana Luísa Amaral, entre outros escritores e jornalistas. Além de prémios pecuniários entre 20 e 200 mil escudos, os autores dos melhores trabalhos de cada modalidade serão distinguidos com uma obra inédita do artista plástico José Rodrigues.

De verdes a despedidos

Transformar falsas situações de trabalho independente em contratos de trabalho a termo certo, com duração até 18 meses, significa abrir caminho ao despedimento de milhares de trabalhadores precários «sem qualquer reconhecimento dos direitos adquiridos pela existência de relações de trabalho *de facto* e ao arripio da própria jurisprudência neste domínio». A posição foi tomada pela direcção do Sindicato dos Jornalistas, num comunicado sobre a proposta de lei entregue na AR no início de Fevereiro, com a qual o Governo diz visar a regularização excepcional das situações de falso trabalho independente, mas que «concede ao patronato um instrumento fácil para branquear a sua prática prolongada de recurso ao trabalho precário». Deixando um apelo ao Governo, aos grupos parlamentares, ao PR e ao Provedor de Justiça, para que seja retificado o caminho apontado na proposta de lei, o SJ salienta que «tem conseguido demonstrar a existência de relações de trabalho *de facto* e, nessa medida, logrado a justa reintegração de jornalistas precários despedidos das empresas ou a adequada indemnização», pelo que «não aceita, para resolver a insuficiência da fiscalização que ao Estado incumbe, este lavar de mãos legislativo». «Jogando com a boa-fé e algum desconhecimento da lei por parte dos trabalhadores, muitos destes vão ser compelidos a assinar contratos a termo certo, com o argumento de ser a única via para regularizar a sua situação laboral, perdendo assim os direitos que lhes confere a relação de trabalho subordinado pré-existente e extensamente reconhecida pela jurisprudência e pela doutrina», previne o sindicato.

USB/CGTP denuncia fraude para deslocalizar A Grundig fechou o *hi-fi* mas a OEM é que despediu

A União de Sindicatos de Braga vai pedir ao Procurador-Geral da República e ao Provedor de Justiça que investiguem o despedimento de 180 trabalhadores da Grundig/OEM, após a transferência para a Alemanha do fabrico de produtos de alta fidelidade.

«A Grundig recorreu nos últimos 18 meses a uma empresa fantasma, a OEM, como modo de proceder à rescisão de contratos», acusou Adão Mendes, coordenador da USB/CGTP, em conferência de imprensa dada anteontem, realçando que «o Governo foi conivente e o Estado foi burlado».

Os responsáveis da USB e das estruturas representativas dos trabalhadores do Complexo Grundig-Blaupunkt chamaram os jornalistas para denunciarem as circunstâncias em que se desenvolveu o processo de transferência da produção *hi-fi* para a Alemanha, que consideraram «pejado de desonestidade». As ORTs acusam a multinacional alemã de tentar esquivar-se às suas obrigações como entidade patronal de facto, notando que os pagamentos aos trabalhadores foram feitos a partir de uma conta bancária particular com sede em Lisboa.

Na conferência de imprensa foi detalhadamente descrito o método «maquiavélico» que levou a água ao moinho da Grundig. «Sustentando que as suas obrigações eram de ordem moral e não jurídica, a Grundig pôs à disposição de cada trabalhador uma indemnização por extinção de posto de trabalho, desde que fosse rescindido por ini-

ciativa própria o contrato individual de trabalho junto da OEM»; em alternativa, os trabalhadores poderiam insistir em defender o seu vínculo contratual à Grundig, «ficando à espera de uma decisão judicial que poderia demorar vários anos», durante os quais estariam sem trabalho nem salário.

A decisão de encerrar a produção audio *hi-fi* em Braga foi tomada pela Grundig no final de 1996. A transferência da produção de aparelhos da gama média para a Áustria e Hungria provocou o despedimento de 500 pessoas em 1997. Levantaram-se dificuldades à concentração da produção dos aparelhos de topo de gama na Alemanha, pelo que a Grundig optou por mantê-la em Portugal durante 1998.

Em Janeiro de 1998, a norueguesa OEM passou a administrar directamente a alta fidelidade da Grundig em Braga. O processamento dos salários e demais actos da gestão de recursos humanos continuaram a ser feitos pela Grundig. A OEM fornecia os produtos *hi-fi* conforme planeado, mas os fornecedores começaram a queixar-se de falta de pagamentos, deixaram de ser entregues os descontos dos trabalhadores para a Segurança Social e o IRS, e repetiram-se situações de salários em atraso. Face aos protestos, a Grundig responsabilizava a OEM, e esta acusava a Grundig. Os trabalhadores decidiram exigir em tribunal que a Grundig fosse reconhecida como sua entidade patronal, e o receio do confronto jurídico levou a multinacional alemã a desembolsar o dinheiro para as indemnizações, evitando que fossem postos a nu os detalhes desta «deslocalização».

Greve da Corticeira Amorim pode alastrar às outras empresas

As comissões sindicais das empresas corticeiras do Grupo Amorim propuseram à *holding* uma reunião negocial, a realizar ontem. «Se a administração não aceitar, ficou decidido que será convocada imediatamente uma greve de dois dias não só na Corticeira Amorim, mas em todas as empresas corticeiras do grupo», disse à Agência Lusa um dirigente sindical.

Manuel Mendes falava no final da reunião das comissões sindicais, que segunda-feira analisou a estratégia a seguir após o êxito verificado na greve de dia 19, na Corticeira Amorim, com uma adesão de 90 por cento. «Se ainda houve alguém a trabalhar, isso deve-se aos contratos a prazo, que impedem os trabalhadores de aderir, com medo da sua não renovação», acrescentou Manuel Mendes, sublinhando que «nem sequer foi preciso fazer piquetes de greve, a adesão foi totalmente espontânea».

Os trabalhadores da Corticeira Amorim pretendem uma actualização salarial de 5 mil escudos sobre o ordenado base, um aumento de 60 escudos no subsídio de refeição e o pagamento de 10 mil escudos no Natal.

A União dos Sindicatos de Aveiro, numa nota de imprensa emitida no dia da greve, salienta que «as reivindicações são justas e inatacáveis», lembrando que o volume de negócio do Grupo Amorim foi, em 1997, de 40 milhões de contos, a par de uma redução de dez por cento no emprego. A Corticeira Amorim, que apresen-

tou um volume de negócio superior a 7 milhões de contos, propõe uma actualização salarial média de 1375 escudos, dependente da aceitação de um plano de férias, posição que «é provocatória, na medida em que não só reduz substancialmente os salários reais, como reserva para si própria a totalidade dos ganhos de produtividade».

Robinson

Os trabalhadores da corticeira Robinson, de Portalegre, decidiram suspender ao fim de 24 horas a greve de oito dias iniciada dia 17 e que levou à paralisação total da empresa. Os trabalhadores reivindicam os salários em atraso que incluem o mês de Dezembro, metade do subsídio de Natal e retroactivos de 1998 e o mês de

Janeiro do ano em curso. A suspensão da greve ficou a dever-se ao facto de os trabalhadores terem aceiteado uma proposta segundo a qual duas empresas estrangeiras, uma americana e outra japonesa, clientes da corticeira presidida por Carlos Melancia, se comprometeram a disponibilizar verbas no prazo de três dias, que permitiriam o pagamento de um mês de salários em atraso.



Os trabalhadores reagirão «à altura» a qualquer tentativa de impor a redução dos efectivos na Telecom (foto de arquivo)

«Cortes» na PT terão resposta sindical

O Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual, manifestando preocupação face aos indícios de que existe «no seio da administração» da Portugal Telecom um plano de redução de efectivos, preveniu que «qualquer alteração ao diálogo existente terá uma resposta à altura».

Numa informação aos trabalhadores da PT, distribuída depois da reunião de dia 9, em que o presidente da empresa expôs as linhas para as alterações estratégicas no corrente ano, o sindicato reafirma que «é frontalmente contra esta política de redução de efectivos e o consequente aumento de trabalho dos empreiteiros e *outsourcings*». «Muitas dúvidas» sus-

cita ao SINTTAV a alteração verificada na chefia da Direcção Geral de Recursos, que passa a ser exercida por Manuel Lancastre, engenheiro que «não tem passado nas telecomunicações, trabalha na PT apenas há cerca de um ano, participou no estudo da compra da Telesp Celular do Brasil, estando antes ligado à Mackesy, empresa especializada e obstinada em estudos para redução abrupta de postos de trabalho».

Quanto à redução de custos, apresentada por Murteira Nabo como a prioridade para 1999, o sindicato «espera que os exemplos venham de cima, ao contrário do que tem acontecido ultimamente».

Tesouro a 90 por cento

A greve de três dias levada a cabo na semana passada pelos trabalhadores da Direcção-Geral do Tesouro manteve índices de adesão da ordem dos 90 por cento, provocando o encerramento dos sectores-chave, informou o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores. Numa nota de imprensa distribuída sexta-feira, último dia de paralisação, o sindicato adianta que a falta de resposta do Ministério das Finanças levará a convocação de um plenário para analisar a situação, «podendo vir a ser decididas formas de luta para continuar a exigir uma revalorização profissional e pela criação de carreira e categorias similares às da Administração Fiscal e Aduaneira e a criação de um Fundo de Regularização de Tesourarias».

Vila Franca

Até ao fim desta semana devem ser transferidos para novas instalações, num edifício junto à estação da CP, todos os serviços e os cerca de 70 trabalhadores do serviço local de Vila Franca de Xira do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo. O compromisso foi obtido depois de uma série de acções de protesto levadas a cabo pelos funcionários, face a péssimas condições de trabalho, higiene e saúde, nas instalações situadas junto do Hospital, «que ameaçavam gravemente a saúde dos trabalhadores que aí prestavam serviço, bem como a dos utentes que aí se deslocavam», refere uma nota do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores. Este informa ainda que vão ser disponibilizados os resultados das análises efectuadas no início deste ano e em 1998 pelo Instituto Ricardo Jorge, enquanto as baixas verificadas terão o tratamento correspondente a acidentes de trabalho; aos trabalhadores deverá ser facultado acesso a consultas de medicina do trabalho.

IPSS

A resposta da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social à proposta de negociação de um contrato colectivo de trabalho para todas as instituições vai ser analisada na próxima quinta-feira, em reunião da comissão negociadora sindical. A proposta foi apresentada no dia 17 de Fevereiro à UIPSS, que deveria dar uma resposta até final do mês.

TRABALHADORES

No primeiro dia de visitas a empresas Pessoal da Unicervi apela à acção do PR

Os trabalhadores da distribuidora da Centralcer foram ao encontro de Jorge Sampaio, para lhe expressar o seu descontentamento face à inacção do Governo, que deixa impunes os responsáveis pela destruição da empresa e pela grave ameaça ao emprego e à subsistência de dezenas de famílias.

Os trabalhadores da distribuidora de bebidas - que reuniram de manhã para analisar as acções a desenvolver passados dois meses de terem, sem resposta, solicitado a intervenção dos ministérios da Economia e do Trabalho - esperavam o Presidente da República perto do Castelo de Palmela, à hora de almoço.

Raul Picasinos, dirigente do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, criticou a tentativa de despedimento colectivo e alertou Jorge Sampaio para iniciativas de especulação imobiliária com os terrenos da empresa. O secretário de Estado Vítor Ramalho, que inte-

grava a comitiva do PR, prometeu convocar uma reunião de trabalhadores e administrações da Unicervi e da Centralcer, empresa que é acusada de ter asfixiado financeiramente a distribuidora de Palmela (que também tem instalações em Grândola). A ameaça de encerramento, a partir de Março, atinge também a Cervibel, distribuidora para a área de Beja, que tem os mesmos accionistas que a Unicervi.

O PR iniciou anteontem uma visita de três dias por empresas do país para salientar a importância da «inovação e qualidade».

O CESP/CGTP viu com sur-

presa que o périplo tenha começado pela Makro, onde se verificam «várias situações de ilegalidade». O sindicalista Manuel Guerreiro reconheceu, em declarações à Lusa, que se verificaram «alguns progressos» no comportamento recente da empresa grossistas, mas insistiu que «a Makro continua a desrespeitar a legislação laboral, furtando-se ao pagamento do trabalho suplementar e nocturno, procurando impor a mudança de contratos a tempo inteiro para tempo parcial e procedendo à marcação de férias sem consulta prévia», mantendo «uma prática social penalizadora dos direitos dos trabalhadores».

Os abusos patronais foram igualmente denunciados ao PR e aos jornalistas durante a visita à Indelma, empresa fabricante de material eléctrico instalada no concelho do Seixal e que foi visitada por Jorge Sampaio terça-feira à tarde.

STAL define agenda de lutas

«É inadmissível e deplorável o desrespeito que este Governo tem demonstrado pelos trabalhadores da Administração Local», considerou a Direcção Nacional do STAL, que, na sua reunião de quinta e sexta-feira, em Beja, decidiu elaborar um «caderno de medidas imediatas», a apresentar ao executivo de António Guterres e Jorge Coelho.

Na reunião foi afirmado o empenho do sindicato em «intensificar o esclarecimento e denúncia junto da população e dos trabalhadores» e ficaram marcadas acções públicas de envergadura para 12 de Março (iniciativa no Terreiro do Paço, para denunciar os atrasos na regulamentação da legislação sobre o suplemento de insalubridade, penosidade e risco), 24 de Março (problemas específicos dos bombeiros) e 9 de Abril (manifestação nacional, para a qual o STAL vai encetar

contactos com outras estruturas sindicais).

«Revisão do regime de carreiras e negociações salariais marcam, de forma profundamente negativa, o início do ano», protesta o STAL, na nota divulgada após a reunião, em que condena «a mentira e a demagogia, profundamente apoiadas pelas subservientes pseudo-organizações sindicais da UGT». O sindicato condena o Governo por, reconhecendo a existência de carreiras necessitadas de melhorias substanciais, nada fazer e impor aumentos salariais de apenas três por cento, afastando ainda mais os salários mínimos nacional e da Função Pública (índice 100).

Na Amadora foi entretanto suspensa a greve marcada para os primeiros 5 dias de Março, revelou a Lusa, citando declarações de uma dirigente do STAL após uma reunião, na segunda-feira, com o presidente da Câmara e o

vereador responsável pela Higiene e Salubridade. Contra a anunciada privatização, os trabalhadores apresentaram uma série de propostas que permitiriam melhorar significativamente o serviço e às quais o executivo municipal deverá responder na próxima quinta-feira.

O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa convocou para ontem à tarde um plenário no Pavilhão Carlos Lopes, em protesto contra a forma como a CML pretende aplicar a revalorização salarial decorrente da revisão de carreiras da Administração Pública, concluída no final de 1998, com atraso e sob críticas dos sindicatos. «Apesar de ser uma mísera revalorização, a CML, através de documento feito chegar a este sindicato, pretende pagar aos seus trabalhadores apenas no mês de Abril», protesta o STML, em nota de imprensa.



O PCP está a levar a cabo uma acção de esclarecimento acerca dos perigos da proposta governamental sobre as férias, que ainda deve passar pela discussão pública

CGTP responde ao pacote laboral

Reúne amanhã em Lisboa o plenário nacional de sindicatos da CGTP-IN, que vai decidir as acções com que a central pretende mobilizar os trabalhadores para responderem ao agendamento da discussão na AR dos primeiros documentos do pacote laboral. A reunião foi convocada de emergência pela Comissão Executiva, que analisou na sua reunião de segunda-feira as informações sobre o calendário parlamentar e as matérias laborais, onde surge o dia 11 de Março como o arranque, embora as peças mais gravosas só devam subir a plenário já no mês de Abril.

A par do plenário nacional, estão a ser marcadas reuniões distritais e de sectores, para organizar acções de protesto, paralisações e uma concentração-manifestação nacional.

O secretariado da Federação Intersindical da Metalurgia, Metalomecânica, Minas, Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, reunido terça-feira em Leiria, anunciou que vai propor amanhã a data de 25 de Março para «uma grande jornada de luta a nível nacional com paralisações em todo o País e uma «grande iniciativa de massas» em Lisboa. João Paulo, do Secretariado da Fequimetal, disse à Lusa que as acções de protesto «surgem porque é necessário repudiar as alterações à legislação laboral tal como o Governo preconiza» em matérias como a generalização do trabalho a tempo parcial, o regime de férias, o conceito de remuneração, o lay-off ou o trabalho nocturno.

Para ontem estava convocada um plenário distrital da União dos Sindicatos de Lisboa, onde estas questões também iam estar em foco.

Alerta na TAP

Um plenário com cerca de 400 trabalhadores da TAP decidiu anteontem mandar a direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos para prosseguir os contactos institucionais, disponibilizando-se para «desenvolver as acções de luta adequadas à defesa dos seus legítimos interesses».

A moção, aprovada por unanimidade e aclamação e divulgada pelo Sitava, dirige três exigências à administração da TAP e ao Governo: «a suspensão do processo de privatização em curso, invertendo a tendência da cedência à Swissair das áreas mais importantes da TAP», «a garantia de respeito pelos direitos contratuais dos trabalhadores e dos postos de trabalho» e «o início imediato das negociações de revisão salarial».

No documento salienta-se que «a luta pela defesa da TAP, dos postos de trabalho e dos direitos dos trabalhadores não é incompatível com a luta por melhores salários» e «passa igualmente por dizer não às

alterações à legislação laboral em apreciação na AR». Daí a decisão de «participar, com os restantes trabalhadores portugueses, na luta contra o pacote laboral, devendo o Sitava, na oportunidade, subscrever pré-avisos de greve que a gravidade da discussão na AR venha a determinar», uma vez que, «se com a privatização da TAP os actuais direitos dos trabalhadores ficariam ameaçados, mais difícil seria mantê-los com as alterações pretendidas».

O sindicato admite, na moção que o plenário aprovou, que «no actual contexto da liberalização do transporte aéreo, é importante obter acordos comerciais com outros parceiros, passe ou não por alianças estratégicas, mas com o objectivo de complementaridade da actividade da TAP, mantendo, contudo, a sua identidade, dimensão e imagem junto do mercado». Só que o que se verifica é o prosseguimento de «uma política de cedências a favor da Swissair e na sua dependência».

Ex-Renault

Passados sete meses, os cem trabalhadores da antiga fábrica da Renault em Setúbal que foram seleccionados para a Desenvolpura ainda estão sem emprego, apesar de esta empresa ter efectuado o recrutamento e ter anunciado os salários e funções a desempenhar. Para ontem à tarde foi convocada uma reunião destes trabalhadores, nas instalações da Sodía (ex-Renault), onde iam ser analisados os resultados de uma audiência no dia anterior com o secretário de Estado adjunto do ministro da Economia.

Somincor

O anúncio do congelamento de salários e despedimento de 25 quadros técnicos da Somincor, feito na semana passada, surpreendeu os representantes dos trabalhadores. Eduardo Lázaro, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira, estranhou o anúncio destas medidas, quando é esperada a realização de uma reunião com a administração, para discutir matérias salariais. Em declarações à Lusa, aquele dirigente explicou que «o sindicato aguarda que o presidente da Somincor, Soares Carneiro, convoque uma reunião para se iniciarem as negociações», e que o entendimento que o STIM dá ao congelamento «passa pela manutenção dos valores salariais, sujeita à aplicação da respectiva taxa de inflação». Ao «Público», Eduardo Lázaro disse anteontem haver «grande apreensão» entre os trabalhadores e criticou a forma desumana como foram anunciados os despedimentos. A decisão da administração das minas de Neves Corvo «não tem o aval dos mineiros, porque não acreditam que por detrás dela possam estar boas intenções», comentou o sindicalista.

Torraltá

Um plenário de trabalhadores realizado na passada quinta-feira em Tróia reclamou da administração da Torralta «uma resposta satisfatória e condigna» às reivindicações apresentadas na negociação do Acordo de Empresa para o corrente ano. Na moção aprovada pelos trabalhadores e divulgada pela Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo protesta-se contra a forma como a administração está a conduzir o processo de reequadramento, «atingindo ofensiva e ilegalmente direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores», que reafirmaram a sua disponibilidade para a luta e mandaram os seus representantes «para desencadear as formas de acção que forem julgadas adequadas, podendo estas ir até à declaração de greve, caso a administração não venha a alterar a sua posição».

Por melhores salários na ABB

Cerca de 100 trabalhadores da ABB/Sorefame marcharam desde as instalações da empresa até ao Centro de Emprego da Amadora, para protestar contra a redução dos efectivos da empresa e a escassez do aumento salarial proposto pela administração, exibindo um cartaz onde se lia «Não a aumentos de miséria, Sorefame em luta».

António Tremoço, do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, explicou à Lusa que esta acção concluiu uma série de greves, em dias alternados, desde 2 de Fevereiro, em repúdio contra o aumento de dois por cento que a administração propôs para este ano, enquanto o sindicato exige um aumento de dez contos para todos. Por outro lado, «a Sorefame tem uma carteira de encomendas para os próximos cinco anos, mas continua a reduzir os seus trabalhadores

efectivos, recorrendo ao trabalho temporário alugado», disse o sindicalista, que acusou o Governo de ser o principal responsável pela situação.

Actualmente existem cerca de 700 trabalhadores na ABB/Sorefame, dos quais 300 estão na área da produção. O número de trabalhadores contratados através de empresas de trabalho temporário atinge os 300, «enquanto há efectivos que estão encostados porque não lhes dão trabalho», afirmou António Tremoço.

Por seu turno, o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul anunciou, em nota de imprensa, que vai pedir a intervenção da Inspeção do Trabalho, face ao recurso à prepotência e intimidação na ABB/MSET, onde foi declarada greve de 4 horas na passada sexta-feira.

Insegurança na Venda Nova



Uma vaga de assaltos está a provocar um crescente clima de insegurança entre os

moradores e comerciantes da Venda Nova, Amadora, ganhando força a reivindicação de que urgem medidas por parte do Governo, nomeadamente no que se refere à instalação de uma esquadra da PSP. Preocupado com esta situação, que não é nova, está também o deputado comunista António Filipe. Em requerimento dirigido ao Governo, recorda que pelo menos desde a posse do Governo que estão anunciadas medidas de reforço do policiamento na Amadora, incluindo a abertura de novas esquadras, sem que até à data qualquer dessas medidas tenha tido expressão prática. Depois de chamar a atenção para o receio de sair à rua que se instalou em muitos moradores em consequência dos assaltos, que atingem sobretudo mulheres e idosos, António Filipe interpela o Ministério da Administração Interna no sentido de saber as medidas por este projectadas com vista a melhorar as condições de segurança da população da freguesia da Venda Nova.

Co-incineração vai a votos



Os partidos da oposição deverão aprovar hoje, na generalidade, o projecto de

lei do PSD sobre a co-incineração em Portugal. Apesar das reservas que lhe suscita o artigo que no diploma refere a proibição da co-incineração, a bancada comunista, segundo declarações de Octávio Teixeira à Lusa, manter-se-á fiel à deliberação já aprovada pelo Parlamento de suspender todo o processo e revogar as decisões daí decorrentes, como a escolha dos locais de tratamento e queima dos resíduos. O líder parlamentar do PCP considera, concretamente, que é um "erro dizer co-incineração nunca", sem a realização de estudos científicos, tal como o foi optar por esta decisão sem os mesmos. Segundo Octávio Teixeira, a bancada do PCP votará favoravelmente na generalidade o projecto laranja, mas com a indicação expressa e clara de que não aceita que, sem a realização dos estudos necessários, se elimine de vez a opção da co-incineração.

Medidas contra a corrupção

Impunidade dos criminosos aumenta a desconfiança dos cidadãos

O combate à criminalidade organizada no domínio económico e financeiro esteve em debate no Parlamento. Inscrito na ordem do dia por iniciativa do Governo, que submeteu a plenário duas propostas de lei sobre a matéria, este continua a ser um tema de importância extrema para o próprio Estado democrático. São os seus fundamentos e o próprio funcionamento das instituições que estão seriamente comprometidos pela corrosão provocada pelo fenómeno da corrupção, esteja esta associada ou não à criminalidade organizada.

Não se pode dizer, pois, que este não seja um tema da maior actualidade, seguramente acrescida com a revelação feita pelo general Garcia dos Santos de factos relacionados com a Junta Autónoma das Estradas (JAE), susceptíveis, como frisou no debate o deputado comunista António Filipe, de «indiciar a prática de irregularidades e de actos de corrupção» na gestão daquele organismo público.

A apresentação pelo Governo de dois diplomas visando, por um lado, o aperfeiçoamento da legislação de combate à corrupção e, por outro lado, a adopção de medidas de protecção de testemunhas em processo penal - aprovados com os votos favoráveis do PS e a abstenção de todas as restantes bancadas parlamentares - não pode assim deixar de ser interpretada como uma consequência directa do impacto público provocado pelo caso JAE, o que em si mesmo constitui já um inegável mérito da sua revelação.

O pior que entretanto poderia acontecer - e este foi um alerta deixado pela bancada do PCP para o que considerou ser um «risco» - seria «tentar responder

com medidas pontuais a situações que o não são».

Com isto quis António Filipe dizer que o que «estaria mal, seria considerar que, descobertos eventualmente alguns casos de corrupção na instituição A ou B, ou feitas algumas sindicâncias ao funcionamento de um ou outro serviço, estariam apaziguadas as consciências, estaria erradicado o fenómeno da corrupção no aparelho de Estado».

Ora é aqui que reside verdadeiramente o nó da questão, porquanto, como foi dito, «se é certo que não vivemos num país de corruptos», não é menos verdade que «ninguém conhece a extensão exacta do fenómeno», tanto mais que se trata de uma criminalidade a que é «muito difícil descobrir o rosto e em que a vítima não está em condições de apresentar queixas».

E do que ninguém tem igualmente dúvidas, como decorre das múltiplas referências que o tema suscita nos órgãos de comunicação social, é que raramente são conhecidos desenvolvimentos quanto ao apuramento dos factos e à responsabilização dos infractores, o que levanta legitimamente na opinião



O combate à criminalidade organizada impõe hoje medidas de protecção às testemunhas e seus familiares

pública, como lembrou António Filipe, «um clima de desconfiança e de afirmação de que é generalizado o compadrio, o nepotismo, o clientelismo e o aproveitamento pessoal dos cargos públicos».

Recordada a este propósito foi ainda a generalizada impunidade com que actuam os chamados criminosos de colarinho branco, escapando às malhas da justiça pelos mais variados crimes de ordem económica e financeira, desde a corrupção ao desvio de fundo, passando pelas facturas falsas ou pelo branqueamento de capitais.

Reconhecida que é a importância de legislar sobre esta matéria - e as propostas agora aprovadas na generalidade podem ser um interessante ponto de partida -, trata-se agora, em sede de especialidade, de redigir textos finais que melhorem as propostas do

Governo, procurando corrigir o que nelas mereceu reservas e críticas por parte das bancadas da oposição.

É o caso, por exemplo, do levantamento do segredo fiscal nos processos por crimes de corrupção, fraudes e infracções económico-financeiras, matéria em relação à qual António Filipe considera que os «mecanismos legais» de cooperação das instituições financeiras com as autoridades judiciais podem ser claramente aperfeiçoados, por forma a obter uma mais «pronta e eficiente» investigação criminal.

Quanto à dispensa de pena para os corruptores activos que tenham praticado o acto a solicitação do funcionário, prevista no diploma do Governo relativo à chamada «lei da corrupção», entende a bancada do PCP que uma tal medida «carece de uma atenta ponderação na especiali-

dade», em ordem a evitar, designadamente, que o «recurso a esta possibilidade abra caminho para o aparecimento impune de denúncias infundadas».

Também o diploma sobre a protecção de testemunhas em processo penal mereceu algumas reservas por parte do Grupo comunista. Se não há dúvidas quanto à necessidade de adoptar determinadas medidas de protecção das testemunhas e seus familiares - António Filipe considerou-as mesmo um «imperativo do combate à criminalidade organizada» -, já o mesmo não se pode dizer relativamente à ocultação da identidade da testemunha, que, podendo ser justificável em casos excepcionais, levanta em todo o caso questões que se prendem com a salvaguarda dos direitos de defesa, designadamente com o «respeito pelo princípio do contraditório».

Promover a música e os músicos portugueses

O desenvolvimento e democratização da cultura tem sido muitas vezes sacrificado à «lei do lucro das indústrias de produção cultural». A afirmação é da deputada comunista Luísa Mesquita, para quem as «opções culturais», de igual modo, têm sido muitas vezes determinadas pelo «economicismo». Visado directamente nas suas críticas era o PSD, responsável, em sua opinião, por ter incrementado «estratégias destruidoras do nosso tecido artístico», seja pela via de «mecenatos e fundações», seja pelo ostracismo a que votou muitos agentes culturais.

Mas se o parceiro que lidera a nova «AD» foi alvo de violentas críticas - estava-se num debate sobre a nova Orgânica do Teatro Nacional de S. Carlos suscitado pelo CDS/PP -, a política do Governo nesta área, embora em registo diferente, não foi igual-

mente poupada pela bancada do PCP.

Antes, porém, Luísa Mesquita não deixou passar em claro a falta de autoridade dos populares para questionarem uma política que nunca anteriormente lhes mereceu qualquer reserva ou reparo.

Importa criar condições para abrir as portas do Teatro Nacional de São Carlos ao País



Por si trazida à colação foi, concretamente, a postura de silêncio a que sempre se entregou o CDS/PP quando esteve em causa a extinção das orquestras sinfónicas da RDP e do Teatro Nacional de S. Carlos, um pesado silêncio que manteve quando ocorreu o processo de

extinção em 1992 da empresa pública que geria aquele Teatro, silêncio este de que não saiu quando, por outro lado, estavam em xeque os direitos fundamentais dos trabalhadores.

Não sendo um acto de contrição por todos estes silêncios, resulta claro que o agendamento do CDS/PP na passada semana só poderia ser - disse-o Luísa Mesquita com ironia - «um concerto sem instrumentos e sem músicos ou uma ópera sem cantores e sem cenários».

Avaliando as opções de política cultural do Governo PS, sobretudo na área da música e da ópera, a parlamentar do PCP não encontra razões para qualquer manifestação de euforia. Depois da razia de «estruturas estáveis de

produção cultural» e da «azáfama demissionista do Estado na formação dos valores culturais nacionais» que caracterizaram a acção do Executivo anterior, Luísa Mesquita considera mesmo que o restabelecimento do Teatro Nacional de S. Carlos como organismo de direito público «era o mínimo que este Governo poderia fazer».

Importa, contudo, ir não só mais longe como percorrer outros caminhos. A eles se referiu a deputada comunista, pondo em evidência, por exemplo, a necessidade de «criar condições para abrir as portas do teatro Nacional de São Carlos ao País», bem como a de criar «condições de trabalho aos músicos da Orquestra Sinfónica Portuguesa», sem esquecer a necessidade de «promover a música e os músicos portugueses» e de «descentralizar as actividades artísticas».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Interpelação do PCP ao Governo comprova Urge uma reforma democrática que garanta o direito à saúde

Em matéria de prestação de cuidados de saúde, continuam a existir motivos de sobra para que os portugueses se sintam preocupados e descontentes. Das listas de espera aos atrasos no atendimento dos utentes, passando pelos aspectos de qualidade e humanização dos serviços, até à carestia dos medicamentos, é todo um vasto conjunto de problemas que testemunha bem a dimensão e gravidade da situação a que se chegou no domínio da Saúde em Portugal.

Faz hoje oito dias, no Parlamento, em interpelação ao Governo por iniciativa do PCP, confirmaram-se uma vez mais os traços essenciais deste quadro, voltando a ser posta em evidência a necessidade de uma «inversão da política neoliberal», responsável pela mercantilização da saúde e pela destruição do Serviço Nacional de Saúde.

Não se pense, todavia, que este foi um debate marcado pela mero enunciado dos problemas, com relatos e descrições de casos, hoje, infelizmente, pela sua própria experiência, sobejamente conhecidos dos portugueses. Não era essa a intenção da bancada comunista, como desde logo ficou claro na intervenção de abertura do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas. O que justificou e impôs a interpelação, como esclareceu o dirigente comunista, foi, sobretudo, por um lado, o «exame das razões» que têm levado a que a situação permaneça no fundamental inalterada, e, por outro lado, as medidas necessárias para as ultrapassar.

Romper com a política neoliberal

O diagnóstico a que a bancada comunista chegou no final do debate, esse, não podia ser mais claro, encerrando contundentes críticas ao Governo: a este tem faltado vontade - disse-o Bernardino Soares -, para «romper radicalmente com as orientações anteriores pondo a política de saúde ao serviço de quem precisa».

É a manutenção das mesmas opções em áreas fundamentais da política de saúde - que pequenos realinhamentos sectoriais não alteraram -, que está na origem dos problemas largamente sentidos pela generalidade dos cidadãos.

Os exemplos dados no decorrer do debate foram, a este respeito, elucidativos. Desde logo, como demonstrou a bancada do PCP, está o próprio acesso aos cuidados de saúde, o qual continua fortemente limitado pelas debilidades dos serviços, ao nível dos recursos, incluindo os humanos, da produtividade ou do equipamento.

Não menos grave é também a promiscuidade entre o sector público e o privado, o que, como observou Bernardino Soares, constitui um «sério obstáculo»

uma gestão racional, eficiente e ao serviço das populações.

Lembrado foi ainda o crónico subfinanciamento do Serviço Nacional de Saúde, situação que o Governo insiste em manter, ao mesmo tempo que pactua com a «pilhagem dos dinheiros do orçamento pelos grandes interesses do sector».

Desbaratar recursos

Esta foi, aliás, uma questão em que as críticas da bancada comunista subiram claramente de tom, levando o Secretário-Geral do PCP a considerar que «não é defensável que continue a penalizar-se a população e a desbaratar os recursos do Serviço Nacional de Saúde e que se assista, passivamente, ao embolsar ilegítimo de recursos públicos pelos grandes interesses económicos».

Também a questão dos instrumentos de gestão e do aproveitamento integral da capacidade do SNS mereceu uma atenção particular da bancada do PCP. Carvalhas considerou mesmo um absurdo que haja tantas demoras e dificuldades de acesso a serviços de saúde, quando, observou, «existem muitos recursos humanos e materiais no Serviço Nacional de Saúde que estão longe de serem integralmente aproveitados».

Por uma nova política

Tão claro e objectivo quanto o diagnóstico descrito sobre os problemas e dificuldades na área da saúde - em relação ao qual a bancada comunista manteve uma postura fortemente crítica - foi, também, por outro lado, o rumo e as medidas de política por si apontadas com vista a inverter a presente situação.

Contrariamente ao que defendem PSD e PP, que apostam na política de privatização do SNS e de mercantilização da saúde, o PCP entende que o caminho é outro, passando, obrigatoriamente, por uma «reforma democrática» que vise garantir a melhor prestação de cuidados de saúde e que não pode deixar de contar com a participação dos profissionais, dos utentes e das comunidades.

Uma reforma do SNS, como o PCP desde há muito vem defendendo através de propostas concretas em vários domínios, que

permita nomeadamente aumentar significativamente a sua produtividade, separar de modo transparente o sector público do privado, e que, como frisou Bernardino Soares, declare guerra aberta «à pilhagem indecorosa dos recursos do SNS».

Só assim será possível - e esta foi uma das conclusões do debate - pôr termo à situação paradoxal em que nos encontramos, em que o País, como recordou Carlos Carvalhas, «gasta com a saúde, em relação ao produto, acima da média da União Europeia», quando, em simultâneo, «são os portugueses os que mais pagam directamente para a saúde, para além do que desembolsam através dos impostos (mais de 40 por cento das despesas de saúde, em 1995, quando a média da EU não excedia os 25 por cento)».



O PCP entende que tem de ser assegurada uma melhor prestação dos cuidados de saúde aos portugueses

Carlos Carvalhas

Não à mercantilização da saúde

Tão importante como ter introduzido no debate variadíssimos testemunhos que nos dão conta dos actuais e velhos (alguns deles crónicos) problemas com que se confrontam os portugueses em matéria de saúde, foi o facto de a intervenção do Secretário-Geral do PCP ter objectivado com grande clareza e rigor as orientações e medidas que devem materializar o que entende por «reforma democrática», garantindo, por esta via, uma inversão da actual política neoliberal traduzida na mercantilização da saúde e na destruição do Serviço Nacional de Saúde.

Reconhecendo a complexidade do processo, pelas suas múltiplas vertentes e objectivos, Carlos Carvalhas não aceita, porém, face à gravidade dos problemas, que haja «mais demoras ou hesitações» em relação ao que considera serem «questões fundamentais».

É uma das que mereceu uma abordagem mais desenvolvida e para a qual chamou a atenção foi, por exemplo, a «do primado do interesse público sobre os interesses privados».

O dirigente comunista afirmou concretamente que estas questões «não podem deixar de ser frontalmente assumidas pelo Governo», sob pena de deixar de fazer sentido falar-se na refor-

ma de um serviço público, para mais numa área de tão decisiva importância social como é a saúde.

E reportando-se directamente à separação do público e do privado no SNS, Carvalhas foi peremptório ao reafirmar a necessidade de «serem urgentemente dados sinais e adoptadas medidas concretas», como sejam, exemplificou, a alteração do sistema que permite o desenvolvimento da medicina privada no interior dos estabelecimentos públicos, ou a adopção de um código de conduta que torne ilícito aos médicos do SNS o desvio de doentes para consultórios privados.

Também a questão dos medicamentos provocou idêntica indignação por parte do dirigente comunista. «O País e os utentes - sublinhou a propósito - não podem continuar à mercê de interesses ilegítimos das multinacionais de medicamentos, que não estão a actuar apenas como fornecedores, mas como entidades que, simultaneamente e por diversas formas, influenciam de forma significativa o perfil de receita dos serviços, conduzindo assim a um largo consumo de medicamentos desnecessários, ineficazes e dispendiosos.»

PCP reivindica para o Alentejo Novo hospital regional

O Grupo Parlamentar do PCP vai solicitar a presença da ministra Maria de Belém Roseira na comissão parlamentar de Saúde para uma interpelação sobre a construção de uma unidade hospitalar no Alentejo. O anúncio foi feito pelo deputado comunista Lino de Carvalho no decorrer de uma visita realizada na passada segunda-feira a várias unidades de Saúde em Évora.

Lino de Carvalho, que integra uma delegação composta por vários dirigentes locais e regionais do PCP, afirmou, por outro lado, ser necessário proceder à regulamentação de um projecto de lei do PCP já aprovado pelo Parlamento, o qual, no entender da bancada comunista, contribuirá decisivamente

para resolver os problemas das listas de espera.

«Vamos reclamar que se avance, nomeadamente no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, com a construção de um novo hospital regional para o Alentejo, mas também com a solução, mesmo que provisória, da ligação das duas unidades hospitalares existentes - Hospital do Espírito Santo e Hospital do Patrocínio», revelou o parlamentar comunista.

Para Lino de Carvalho, a abertura do Hospital do Patrocínio ficou a dever-se apenas a «compromissos eleitorais», uma vez que, lembrou, funciona em «pouco mais de 10 por cento» do espaço utilizável e está igualmente por resolver a sua

articulação com o Hospital do Espírito Santo.

A história do Hospital do Patrocínio, recorde-se, arrastou-se desde 1954, ano em que foi criada uma fundação que tinha por objectivo construir uma unidade especializada em doenças oncológicas, apesar da sua edificação ter arrancado apenas em 1972. Desde 1997, na tutela do Ministério da Saúde, devido a um protocolo de cedência estabelecido com a Santa Casa da Misericórdia, o edifício necessita de obras de adaptação para que seja possível funcionar em pleno em apoio ao Hospital do Espírito Santo (distrital).

Com a transferência de serviços a ser feita de modo gradual, permanece ainda por solucionar

o problema da passagem (aérea ou subterrânea) entre os dois edifícios, como foi recordado por Lino de Carvalho, que acentuou ainda a prioridade que deve ser dada à resolução de problemas como as listas de espera e falta de pessoal.

No que se refere a intervenções cirúrgicas, o parlamentar do PCP referiu que, num dos casos, a lista de espera atinge 3200 pessoas, considerando «inadmissível» que um paciente aguarde meses por uma consulta e anos por uma intervenção cirúrgica.

Defendendo a articulação dos meios disponíveis noutros hospitais da região, Lino de Carvalho alertou igualmente para a falta de pessoal médico, de enfermagem e auxiliar.

Tensão na Guiné-Bissau

A tensão voltou a subir na Guiné-Bissau no início da semana, quando os ministros da Economia e Finanças e da Administração Interna do governo de transição foram impedidos por militares senegaleses de entrarem nas instalações das secretarias de Estado da Juventude, Cultura e Desportos e da Comunicação Social. Os ministros pretendiam efectuar um levantamento do estado de vários departamentos governamentais para o reinício da actividade governativa. Os militares senegaleses impediram a entrada dos ministros nas instalações oficiais alegando desconhecimento da visita. Em ambos os edifícios encontram-se instaladas forças militares do Senegal, funcionando no primeiro local uma enfermaria e um aquartelamento, e no segundo o comando militar senegalês e a marinha de guerra guineense.

Negociações no Sudão

O Exército Popular de Libertação do Sudão (EPLS) estuda uma proposta do presidente sudanês, Omar Bashir, para conceder a independência ao sul do país, afirmou segunda-feira em Nairobi um porta-voz do EPLS. Omar Bashir disse sábado, em declarações a uma estação de televisão do Qatar, que estava disposto a aceitar a divisão do Sudão se isso conseguisse acabar com a guerra civil, garantindo que o seu governo está disposto a «abrir as portas» a negociações com o movimento separatista. «A opção da separação em paz é melhor que a unidade numa situação de guerra contínua», disse Bashir. Estima-se que o governo sudanês gasta mais de um milhão de dólares diários na guerra civil que afecta o sul do país desde há quinze anos e provocou já a morte de um milhão de pessoas.

Fracasso em Cartagena

A Conferência dos Países Membros da Convenção da ONU sobre Biodiversidade iniciou-se segunda-feira em Cartagena (Colômbia), sem que o grupo de trabalho encarregado de redigir o texto do protocolo sobre segurança biológica tenha conseguido chegar a acordo. A causa do fracasso, segundo a Lusa, foi a impossibilidade de conciliar os interesses dos países que exportam organismos transgénicos e os que querem comercializar sem taxas, liderados pelos Estados Unidos, e os dos países que receiam que esses produtos possam causar prejuízos, especialmente no Terceiro Mundo. A biotecnologia é um dos

O rapto de Oçalan, a União Europeia e a «nova via» para as masmorras de Ancara

No momento em que a NATO, a União Europeia e os Estados Unidos promovem, na farsa de Rambouillet os pistoleiros da UCK a dirigentes do Kosovo com o intuito de prosseguirem o desmantelamento do que resta da ex-Jugoslávia, a comunidade curda na Alemanha vê essas mesmas potências tornarem possível o rapto, a prisão e a tortura de Oçalan, recusando-lhe asilo político e colaborando na sua captura pelo regime militar da Turquia.

Cenas de imolação pelo fogo como já não se assistia desde a invasão do Vietname pelos americanos acompanharam numerosas acções de protesto.

No seu desespero, a revolta

do povo curdo levantou-se inicialmente contra o governo socialista grego de Costa Simitis, o último dos governos social-democratas europeus a recusar o direito de asilo a Oçalan, ocupando os consulados gerais de Düsseldorf e Frankfurt. Numa outra manifestação contra a participação dos serviços secretos israelitas no rapto do seu líder



Operacionais turcos exibem Oçalan manietado e visivelmente debilitado. Uma imagem de humilhação do dirigente curdo, cujo rapto e prisão suscitou de imediato reacções da comunidade curda espalhada por todo o mundo

PE toma posição

O respeito pela integridade de Oçalan, garantias de um julgamento justo em presença de juristas da União Europeia e a não aplicação em caso algum da pena capital, é o pedido da Comissão dos Negócios Estrangeiros do Parlamento Europeu às autoridades judiciais turcas, em declaração adoptada a semana passada.

A tomada de posição, que conta com o apoio do Grupo Confederal da Esquerda Unitária/Esquerda Verde Nórdica (GUE/NGL, que integra os eurodeputados comunistas portugueses) e de outros grupos políticos do PE, recorda que a pena de morte é proibida pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem do Conselho da Europa, de que a Turquia é signatária.

A declaração exige ainda às autoridades turcas uma explicação completa sobre as circunstâncias da prisão e transferência de Oçalan para Ancara. Segundo Alonso Puerta, presidente do GUE/NGL, tais circunstâncias não respeitaram «a legalidade internacional». Num documento divulgado há dias em Bruxelas, Puerta sublinha o facto de a Comissão dos Negócios Estrangeiros reiterar «a necessidade de encontrar uma solução política para o problema curdo na Turquia», e lembra que o PE, com o apoio do GUE/NGL que votou contra a união aduaneira com a Turquia, «expressou em numerosos relatórios e resoluções a sua opinião de que a Turquia não preenche as condições necessárias para se tornar um estado-membro da UE, porque não respeita os direitos do homem e as liberdades fundamentais, não respeita os direitos da minoria curda e recusa-se a aplicar as resoluções das Nações Unidas para uma solução do problema cipriota».



foram assassinados três curdos por agentes daquele país, frente ao consulado de Israel em Berlim, e dezasseis ficaram feridos, alguns deles ainda em perigo de vida.

Na Associação Democrática do Curdistão em Berlim, onde centenas de pessoas preparavam

um desfile de protesto pelas vítimas, o programa Monitor do primeiro canal da televisão alemã dava a palavra a uma dirigente daquela associação que explicava: «Oçalan era a nossa única esperança para uma solução pacífica do problema do Curdistão. Os governos europeus

fecharam-lhe a porta. A nossa revolta e desespero são muito grande.»

Mas o rapto de Oçalan e a sua prisão contra todas as normas do direito internacional através de um acto de pirataria de Ecevit, a actual marioneta ao serviço dos generais turcos e o interlocutor

privilegiado da Internacional Socialista na Turquia, faz crescer a desconfiança e a desilusão da comunidade curda na Alemanha em relação à social-democracia, tendo conduzido à ocupação de várias sedes do SPD em importantes cidades como Hamburgo e Colónia.

— PCP exige libertação —

A vida de Abdullah Oçalan corre perigo; há que exigir o respeito pela sua integridade física e a sua imediata libertação - alerta o PCP, em nota do seu Gabinete de Imprensa divulgada a semana passada, em que manifesta a «profunda indignação» pelo «rapto, sequestro e prisão nas cadeias turcas» do dirigente do PKK e do movimento de libertação nacional do povo curdo da Turquia.

Para o PCP trata-se de «um inadmissível acto de pirataria que deve ser firmemente condenado como um atentado ao direito internacional e aos direitos humanos mais elementares».

Quem merece ser julgado e condenado é «o regime turco, que tem procurado sufocar pelo terror e a violência as legítimas aspirações nacionais» do povo curdo, afirma o PCP, lembrando que «Ancara não só nega aos 12 milhões de curdos que vivem em território turco os direitos mais elementares (incluindo o uso da própria líng-

ua), como tem praticado uma autêntica política de genocídio que se traduziu já em muitas dezenas de milhares de mortes e no bombardeamento de milhares de povoações onde é mais enraizada a resistência».

Sublinhando o carácter ditatorial do regime curdo, «que ilegaliza e persegue as forças políticas solidárias com a causa do povo curdo, mantém a ocupação ilegal do Norte de Chipre e, com a ajuda dos EUA e de Israel tem sistematicamente violado a soberania do Iraque e da Síria para perseguir e assassinar os curdos turcos que aí se refugiam», a nota do PCP considera que «é tempo de os aliados da Turquia deixarem de fechar os olhos a esta realidade».

Para o PCP, «é urgente que Oçalan e demais presos políticos curdos sejam libertados e se abra um processo visando a solução pacífica do problema nacional curdo na Turquia».

Terrorismo de Estado

Na televisão turca, Ecevit - uma figura política sinistra que aparece sempre nos momentos de crise a procurar salvar a cara dos generais da Anatólia, e que como chefe do Governo da Turquia ordenou a 20 de Julho de 1974 a invasão de Chipre - agradece a colaboração dos governos e países amigos no rapto de Oçalan.

O terrorismo de Estado, desde a guerra do Golfo erigido pela NATO e pelas potências ocidentais como norma do direito internacional, não podia encontrar melhor expressão no chauvinismo do chefe do Governo turco. Bülent Ecevit -

Tortura nas prisões turcas

O Comité para a Prevenção da Tortura (CPT) do Conselho da Europa denunciou a existência «sem quaisquer dúvidas» de torturas e maus tratos em prisões da Turquia, num documento divulgado antecem em Estrasburgo.

O documento, elaborado após a visita de peritos do CPT a vários centros de detenção, em Outubro de 1997, refere que não se fizeram «progressos significativos» em matéria de maus tratos desde as anteriores investigações efectuadas em 1990 e 1996.

Exames médicos feitos em delinquentes comuns e presos políticos provam a prática de torturas, sublinha a investigação do Conselho da Europa, que faz ainda notar que muitos detidos não receberam assistência jurídica enquanto estiveram sob custódia da polícia, nem puderam comunicar com a respectiva família para a informar sobre a sua situação. Esta situação foi denunciada recentemente no Tribunal de Direitos Humanos de Estrasburgo pelos advogados de Oçalan, o dirigente do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) preso a semana passada.

A denúncia do CPT reforça os receios de que Oçalan, cujos advogados holandeses foram impedidos de entrar na Turquia, esteja a ser vítima de tortura. Um receio agravado pelo facto de o governo turco ter informado que «não deseja receber» de momento o presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Russell Johnston, que demonstrou vontade de se deslocar à Turquia para debater com o governo turco a situação de Oçalan.

«Temos grande honra em o receber na qualidade de presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, mas consideramos que a melhor data para essa visita será a partir das eleições legislativas turcas de Abril», disseram as autoridades de Ancara.

«A justiça na Turquia é independente e nunca poderá ser influenciada», referem as autoridades turcas citadas pela Agência Anatólia.

que costuma apresentar-se com o distintivo da social-democracia alemã, a boina típica dos estivadores de Hamburgo, imitando o ex-chanceler Helmut Schmidt - fundou em 1982 com a sua mulher o chamado «Partido da Esquerda Democrática», que dirige como uma espécie de firma da família numa versão «à la turca» percursora da nova via blairista.

Surpreendidos pela amplitude dos protestos, o novo chanceler Schröder e o seu ministro do Interior Schily ameaçavam reprimir com toda a dureza as acções da comunidade curda, enquanto a democracia-cristã exigia o retorno à prática das expulsões do anterior governo Kohl e cuja aplicação conduziu no passado à morte e à tortura de vários cidadãos curdos entregues pela Alemanha ao regime de Ancara.

Enquanto o chanceler fazia sua a doutrina oficial da NATO de que o país não se intromete nas questões da Turquia, o presidente da «Associação para a Defesa dos Povos Ameaçados» responsabilizava a Alemanha, o principal fornecedor das armas com que os generais turcos até agora já bombardearam e arrasaram mais de três mil e oitocentas localidades e expulsaram do Leste da Turquia, em operações de limpeza étnica, mais de três milhões de curdos, perseguidos até em território iraquiano.

No mesmo programa Monitor, um cidadão curdo descrevia o telefonema tido ainda há poucas horas com a mãe, no Leste da Turquia, onde acabavam de chegar mais 10.000 soldados do exército turco: «filho, aqui domina o terror. Os poucos que ainda cá estão procuram vender tudo o que têm e fugir».

A nova via

É inacreditável que o actual secretário-geral da NATO, Solana, um oportunista totalmente fascinado pela nova via dos bombardeamentos à Clinton & Blair e membro do partido socialista de Filipe Gonzales, não abra a boca para condenar o extermínio do povo curdo pelo terrorismo militar de um membro da Aliança.

Que o regime militar da Anatólia e Israel constituam a menina dos olhos do imperialismo americano e da União Europeia no Médio Oriente, compreende-se na medida em que lhes compete ajudar a estabilizar regimes e ditaduras feudais do mais primitivo que existe à face da terra, como os Emiratos do Golfo, o Koweit ou a Arábia Saudita. Que os Estados Unidos e a Alemanha armem até aos dentes esses regimes onde domina a Charia, as mulheres são publicamente apedrejadas até à morte e nem sequer têm o direito de conduzir um automóvel, também tem a sua lógica, já que não se trata de defender os direitos humanos mas os «direitos» das multinacionais do petróleo contra a independência e a liberdade dos povos. Mas que a chamada «terceira via» aplicada no plano internacional pelos governos da União Europeia e particularmente no caso do povo curdo seria uma nova via rápida para as masmorras de Ancara, baseada no rapto, na pirataria, na traição e na espionagem internacional, de certeza que estava longe da imaginação de qualquer social-democrata ou socialista de base mais honesto.

■ Rui Paz

EUA abrem a porta à independência do Kosovo

As negociações de Rambouillet sobre o Kosovo foram adiadas por 15 dias, a pedido dos independentistas albaneses. Em aberto continuam os pomos da discórdia - presença militar da NATO no terreno e desarmamento do Exército de Libertação do Kosovo (UCK) -, agora agravados por uma alteração de última hora introduzida pelos EUA: obrigatoriedade de um referendo dentro de três anos.

«Inaceitável», dizem os representantes jugoslavos à última prepotência norte-americana, que terça-feira alteraram o texto do acordo que servia de base às negociações, incluindo um ponto que abre as portas à independência do território que os sérvios consideram o berço da sua nacionalidade. A pretensão de obrigar à realização de um referendo no Kosovo, dentro de três anos, põe em causa o princípio da indivisibilidade da República Federal da Jugoslávia, que os negociadores internacionais sempre disseram defender, mas isso não parece preocupar os EUA, que assim forjam mais um «argumento» para acusarem Belgrado pelo fracasso das negociações.

A incongruência do que se está a passar nesta região do mundo - e que parece não suscitar a mais pequena indignação da generalidade dos comentadores políticos e dos meios de informação - é total.

O UCK rejeita liminarmente desarmar-se como previsto no acordo político, mas a culpa do falhanço das negociações é dos sérvios.

Os independentistas albaneses não querem a autonomia, mas se falhar a paz no Kosovo a culpa é de Belgrado.

Os EUA pretendem, à revelia de todo o direito internacional, enviar tropas da NATO para a região, mas são os sérvios os «maus da fita» por recusarem este atentado à sua soberania nacional.

A delegação jugoslava em Rambouillet manifestou-se pronta a assinar o acordo político apresentado pelo Grupo de Contacto (França, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Rússia e EUA), sem a alteração respeitante ao referendo, naturalmente, e propôs-se discutir uma «presença internacional», não militar, para garantir a paz no território. A resposta norte-americana limitou-se a novas ameaças de bombardeamentos de alvos sérvios. Onde está a seriedade destas negociações?

Duplicidade

Henry Kissinger, o antigo secretário de Estado de Nixon, mostrou a duplicidade

dos EUA ao estabelecer o paralelo entre a Bósnia e o Kosovo, num artigo publicado no «Washington Post». No primeiro caso, escreve, «a intervenção americana é promovida como meio para unir croatas, muçulmanos e sérvios num único Estado» (...) com o «argumento geopolítico de que um pequeno Estado muçulmano bósnio seria demasiado precário e irredentista. Mas no Kosovo a autodeterminação nacional é evocada para produzir um Estado minúsculo que certamente será irredentista». O que pretendem afinal os EUA?

O fracasso de Rambouillet era previsível. O compasso de espera de 15 dias, alegadamente para os kosovares «ouvirem as bases», é mais uma manobra para encurralar Belgrado e dar tempo ao UCK para definir as suas estratégias de guerra. Como afirmou em Belgrado o vice-primeiro-ministro jugoslavo Vuk Draskovic, os norte-americanos estão «ávidos de sangue sérvio».

A chantagem a que as autoridades jugoslavas têm sido sujeitas pelos EUA mostra, como disse há dias o presidente Milutinovic, «que desde o princípio a questão principal foi a ocupação do Kosovo pela NATO» e a criação de condições para a divisão da Federação. Os jugoslavos consideram isso um atentado contra a sua soberania de Estado independente e membro da ONU e acham ser seu dever defender o país por todos os meios, o que parece surpreender muita gente.

Imprensa britânica denuncia censura

A tentativa do ministro do Interior britânico, Jack Straw, de proibir a publicação de um relatório denunciando a existência de racismo na polícia do Reino Unido desencadeou esta semana uma autêntica onda de protestos na imprensa do país, que acusou o governo de Tony Blair de atentar contra a liberdade de expressão.

O escândalo rebentou na manhã de domingo, quando Jack Straw conseguiu uma ordem judicial para obrigar o Sunday Telegraph a retirar da sua segunda edição os excertos do relatório de sir William Macpherson denunciando práticas racistas da polícia metropolitana de Londres.

A imagem da organização policial, símbolo máximo das forças da ordem e tida até agora como um modelo de isenção, começou a ser abalada com a revelação dos detalhes sobre a investigação do assassinato de Stephen Lawrence, um jovem de origem jamaicana, apunhalado em Londres, sem motivo aparente, em 1993. As demoras na investigação foram tantas que os autores do crime, um grupo de jovens brancos, teve tempo para neutralizar as provas.

O caso tornou-se numa bandeira para todas as organizações defensoras dos direitos humanos, e voltou à ordem do dia com o relatório Macpherson, que qualifica a polícia londrina de «intrinsecamente racista». A situação agravou-se com as declarações de Paul Condon, o responsável das forças policiais,

anunciando não pensar demitir-se. Só faltava mesmo a tentativa de Straw para abafar o assunto para gerar a indignação geral; uma tentativa inútil, já que a ordem judicial chegou depois da distribuição da primeira edição do Sunday Telegraph, que deu a conhecer o caso a milhões de pessoas.

Enquanto o diário sensacionalista The Sun afirmava em editorial que «difícilmente se poderia encontrar uma pandilha tão pomposa e autocrática», referindo-se ao executivo de Tony Blair, o circunspeto The Guardian abordava a questão como reveladora de «uma tendência alarmante para o autoritarismo ao mais alto nível do Governo».

A atitude de Straw, que recebeu o apoio de Blair, foi unanimemente qualificada como uma flagrante violação da liberdade de expressão, de nada servindo ao ministro as explicações dadas segunda-feira numa agitada sessão de emergência da Câmara dos Comuns de que se tratava de «uma informação privilegiada e confidencial» que, na sua opinião, «devia chegar primeiro ao Parlamento». Um argumento que mereceu de Norman Fowler, o porta-voz conservador para as questões da pasta do Interior, um comentário corrosivo: «É inacreditável que o trabalho, campeão das fugas de informação deliberadas para a imprensa, possa incomodar-se tanto por causa desta. Está seguro, senhor Straw, de que não foi um acto deliberado para beneficiar a própria polícia?»

sectores económicos de maior crescimento mundial, comparável ao da informática. Na abertura da sessão extraordinária da Convenção, o Presidente colombiano, Andrés Pastrana, alertou os representantes dos cerca de 170 países presentes em Cartagena que «jamais a humanidade progrediu tanto no conhecimento científico e tecnológico, mas que também jamais demonstrou uma tal capacidade de destruir o ambiente».

Brasil critica FMI

O presidente do Congresso brasileiro, Antônio Carlos Magalhães, criticou a «intromissão» do Fundo Monetário Internacional (FMI) «na vida das nações» e assegurou que essa atitude «nem sempre tem bons resultados». Magalhães falava na abertura das sessões ordinárias do Parlamento, no início da semana, tendo admitido que o seu país necessita da ajuda do FMI, mas sublinhando que isso não lhe dá o direito de «se intrometer» nos «problemas nacionais» do Brasil. O senador, que lidera o Partido da Frente Liberal, reconheceu que as consequências negativas da intervenção do FMI se verificam «sobretudo nas dificuldades que enfrentam os estratos mais pobres do Brasil». As negociações entre o governo do Brasil e o FMI permitiram ao país aceder a um empréstimo escalonado de 41.500 milhões de dólares do FMI, Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e 20 países.

Alemanha recua na questão atómica

O projecto de lei alemão para abandonar a energia atómica está a sofrer as pressões da indústria nuclear alemã, o que levou o ministro do Ambiente, Jürgen Trittin, a renunciar para já à proibição explícita do reprocessamento do combustível nuclear já utilizado. Segundo Michael Schroeren, porta-voz do Ministério citado pelo «El País», a proibição foi «posta entre parêntesis», como «consequência lógica» das conversações travadas entre os empresários da indústria nuclear e o Governo federal no mês passado. Trittin propunha-se proibir o reprocessamento do combustível nuclear em França e no Reino Unido a partir de 1 de Janeiro do ano 2000, mas perante as ameaças litigiosas internacionais por quebra de contratos, o chanceler Schröder exigiu a reelaboração da lei. O Governo deverá examinar a nova proposta legislativa a 3 de Março, estando prevista nova ronda negocial a 9 desse mês.

Texto
Isabel Araújo Branco

Fotos
Jorge Caria

6.º Congresso da JCP

Lutar é construir o futuro

No ano em que se comemora os 20 anos da JCP e os 25 anos do 25 de Abril, o 6.º Congresso dos jovens comunistas promete fazer um debate de fundo da realidade portuguesa e apontar novas propostas. Em entrevista ao *Avante!*, Ricardo Oliveira, membro da Direcção da JCP, aponta a dinamização da luta como um dos objectivos principais.

«Este congresso vai ser um grande sucesso e vai-nos permitir ter uma organização mais forte, com uma maior capacidade realizadora, uma maior afirmação e uma maior intervenção no movimento juvenil», afirma Ricardo Oliveira, membro da Direcção da JCP, em entrevista ao *Avante!*.

De facto, 1999 promete ser um grande ano para os jovens comunistas. Primeiro, pelas comemorações da passagem dos 20 anos da JCP e dos 25 anos do 25 de Abril, e, depois, pela realização das eleições legislativas e europeias. Mas, acima de tudo, o grande acontecimento será o seu 6.º Congresso, a 27 e 28 de Março, amplo local de reflexão e debate sobre a situação política, social e económica da juventude portuguesa.

A sociedade modificou-se e os problemas com que os jovens têm de lidar são diferentes. Eles próprios ganharam novos contornos. O poder pretende transformá-los na «Geração Sem Direitos», acrescentando regularmente novos itens à lista de dificuldades.

Grupos mais discriminados

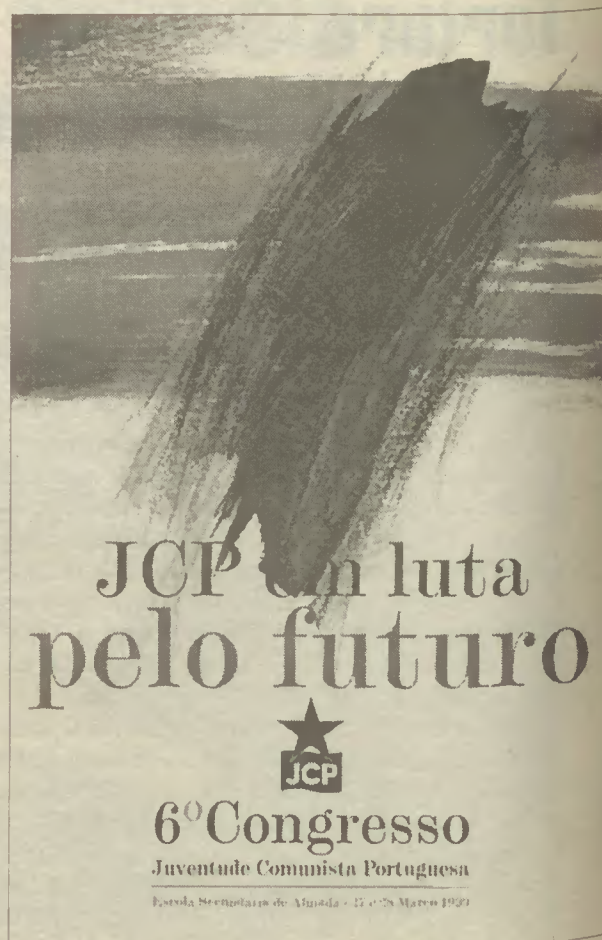
Mulheres, trabalhadores-estudantes e imigrantes

Nos projectos de resolução para o congresso, a JCP aponta como grupos especialmente discriminados as jovens mulheres, os trabalhadores-estudantes e os jovens imigrantes. Ricardo Oliveira explica porque.

«Apesar de muitas evoluções positivas, as mulheres continuam ainda hoje a ser alvo de exploração, na sua condição de trabalhadoras e de mães. Continuam a ser realidade as situações em que as mulheres são forçadas a assinar um documento em que se comprometem a não engravidar, as entrevistas em que se questiona sobre as perspectivas de futuro a nível pessoal e familiar - se pensam casar e ter filhos -, as empresas que não contratam mulheres. Também a nível dos salários e dos contratos isso se verifica, com ordenados mais baixos e uma maior precariedade. As estatísticas do emprego e do desemprego comprovam-no.» Quanto aos trabalhadores-estudantes, a tendência para o

prosseguimento dos estudos não tem sido acompanhado por um investimento do Estado no ensino público. «Muitos estudantes trabalham para poder pagar os seus estudos. Há cada vez mais barreiras para os trabalhadores-estudantes no ensino público: os cursos fecham e os estudantes são empurrados para as privadas, alimentando o negócio das escolas e situações desfavoráveis para os próprios estudantes.» O actual estatuto de trabalhador-estudante é melhor que o anterior, mas persistem alguns insuportáveis. «O grande problema é não existir uma forma que obrigue à sua aplicação por parte das escolas e das empresas», afirma Ricardo Oliveira. Esta situação faz com que «os jovens sejam discriminados na sua componente de estudantes, na sua componente de trabalhadores e na sua componente de trabalhadores-estudantes.» No terceiro grupo encontramos os jovens imigrantes e as segundas

gerações de imigrantes, devido a três grandes razões: por grande parte viver clandestinamente, por serem alvo de discriminação social e por serem vistos como alguém que tira os empregos aos portugueses de origem. «São vistos como os culpados na situação que se vive, como os responsáveis pela insegurança e pelo desemprego. São apontados como os causadores dos males de que eles próprios são vítimas. Estes sentimentos têm sido alimentados por determinados populismos e fenómenos de extrema-direita.» Contudo, Ricardo Oliveira sublinha que «não podemos dizer que apenas estes grupos de jovens são discriminados. A discriminação atinge fundamentalmente as camadas mais desfavorecidas. Verificamos isso nas escolas, nos empregos, na participação social. Estão mais afastados do desporto, estão mais sujeitos aos fenómenos de marginalidade e à toxicod dependência.»



horas de trabalho semanal e as lutas nos sectores de têxteis, calçado e vidro, bem como na Auto-Europa e no Arsenal do Alfeite.

«Verifica-se uma grande participação dos jovens, muitas vezes são eles que estão à frente das lutas. Existem grandes potencialidades para a sua participação, pelas próprias dificuldades a que estão sujeitos», acrescenta.

No ensino

O educação é uma das grandes preocupações actuais. Entre os grandes problemas que a JCP refere temos questões como os cortes orçamentais, as privatizações, a elitização e a precarização, a dificuldade de acesso ao ensino superior, as propinas, o novo modelo de gestão das escolas, as elevadas cargas horárias, o abandono escolar precoce ou o controlo ideológico dos currículos. O ensino estará, de facto, a piorar?

Ricardo Oliveira sustenta que «existem aspectos positivos, ligados aos aspectos tecnológicos e científicos, como o papel que a informática e a internet vão tendo nas escolas. No entanto, o acesso a estes novos instrumentos ainda não está generalizado a todos os estudantes».

A face negra do ensino em Portugal não passa despercebida. «Verificamos que os currículos continuam extensos e desadequados, que a análise e o sentido crítico dos alunos e a capacidade de res-



ponder a novas realidades continua a não ser privilegiada, que os custos de frequência dos estudantes têm tendência para aumentar. Faltam pavilhões gimnodesportivos e ginásios, as escolas não são aquecidas, há um regime disciplinar rigoroso que responsabiliza o aluno por toda a instabilidade e o insucesso e que não procura combater as causas desses fenómenos...»

É por tudo isto que Ricardo Oliveira diz que «a acção do Governo nas questões da educação corresponde a uma paixão passageira, não a um amor».

No fim da década

As grandes diferenças

A situação social modificou-se nos últimos anos em Portugal, particularmente para as classes etárias mais baixas.

«Há alguns aspectos positivos, relacionados por exemplo com os desenvolvimentos tecnológicos e científicos, com uma maior escolaridade e com uma maior apetência para a continuação dos estudos para o seu enriquecimento pessoal. No entanto, verificamos que neste campo as barreiras têm crescido e que em muitos casos o prosseguimento dos estudos não está exclusivamente relacionado com o interesse em aumentar os seus conhecimentos, mas com as dificuldades na procura de um emprego, em constituir família, etc.», refere Ricardo Oliveira.

«Apesar de algumas medidas

Muitas frentes de batalha no seio da globalização

Há que enquadrar «as lutas concretas num contexto global». Como diz o projecto de resolução, «dispersas e diferentes, o nosso trabalho é fazer convergir estas lutas contra a nova ordem capitalista», pois «é o trabalho diário nos mais diversos locais e situações, com a condenação das injustiças e com a apresentação de soluções, que fazem com que a JCP tenha um papel fundamental da defesa e conquista dos direitos da juventude».

«Existem diferenças locais e situações, com a condenação das injustiças e com a apresentação de soluções, que fazem com que a JCP tenha um papel fundamental da defesa e conquista dos direitos da juventude».

Sendo a internacionalização importante, «é nas lutas nacionais que as transformações se conseguem. É essencialmente através das lutas concretas em cada empresa e em cada escola. É lutando pela melhoria das condições e enquadrando-as num objectivo de transformação da sociedade que conseguimos», defende Ricardo Oliveira.

Neste sentido, a JCP desenvolve um trabalho com outras organizações de juventude progressistas e de esquerda no seio da Federação Mundial da Juventude Democrática. Recentemente

Os jovens face à política de direita

«Se é verdade que, fruto da política de direita, os jovens por vezes se dizem descrentes no sistema político, é de sublinhar que a participação do movimento juvenil e dos jovens, movida por causas concretas, tem sido em muitos momentos decisiva na luta contra a política de direita e na defesa dos seus interesses», lê-se no projecto de resolução do congresso.

«Os jovens organizam-se e movimentam-se em torno dos seus gostos, vontades, aspirações e ideais. São causas concretas que motivam os jovens a participar activamente das mais diversas maneiras no dia-a-dia da sociedade. Questões como o ambiente, o combate ao racismo, o desporto, as artes plásticas, o teatro, a música, a cultura, a animação e o convívio, a preservação do património, a sexualidade, a educação e o emprego e os seus problemas concretos no seu local de trabalho, escola ou residência são mobilizadoras da participação no movimento juvenil», considera a JCP.

Verifica-se uma ofensiva contra os direitos dos jovens, paralela à tentativa de transformar a «juventude numa camada apática e alienada, movida por valores supérfluos de consumismo, egoísmo e promoção individual». Contudo, «não se pode caracterizar a juventude de uma forma homogénea», pois de uma forma geral, «os jovens movem-se por ideais justos de transformação e progresso». Prova disso é o facto de a JCP ter recebido 800 novos militantes nos últimos cinco meses.



foi eleito para vice-presidência a nível europeu e tornou-se membro da coordenação tripartida da estrutura regional Europa/América do Norte, juntamente com a União da Juventude Comunista de Espanha e a Organização da Juventude Democrática Unitária do Chipre.

A par do congresso, a JCP promoverá no próximo mês um encontro internacional com outros partidos e organizações juvenis sobre os direitos dos jovens. Emprego, educação, saúde, racismo, marginalidade, desporto, ambiente e cultura serão alguns dos temas a debater.

«Existem alternativas e é através da transformação revolucionária que poderemos ter uma sociedade diferente, sem as explorações que existem neste final de século. É possível mudar através da luta», declara Ricardo Oliveira.

Neste quadro, a solidariedade ocupa um lugar muito importante, seja com a causa timorense, com os movimentos camponeses do Brasil ou do México ou no combate contra o embargo norte-americano a Cuba. Exemplos de solidariedade há muitos, mas há que sublinhar a campanha que a JCP está a preparar para a abolição da pena de morte no mundo.

Porque, como se afirma no projecto de resolução, «vale a pena lutar, não só como forma de sonhar, de viver, de intervir, de pensar, de agir e de estar na vida, mas como forma de construir o futuro. Não basta confiar no futuro, é necessário lutar por ele. A luta é uma atitude revolucionária, uma forma de combate por parte da juventude que está consciente da sua própria situação, dos seus próprios problemas e dos problemas do país».



A estratégia do cinismo

■ Jerónimo de Sousa
Membro da Comissão Política

O ENGENHEIRO GUTERRES, entre dois parágrafos exaltantes do seu discurso social para o Congresso do PS, aproveitou para assinar uma grave proposta de alteração à lei das férias. Na semana seguinte, naquela iniciativa de estádio no Parque das Nações, o Primeiro-Ministro anunciou que numa só geração o País iria recuperar dos seus atrasos. Porém, o Governo, nesse mesmo dia, reclamava da Assembleia da República o agendamento do seu pacote laboral para Março e Abril próximos, que precisamente escolhe como alvo principal da ofensiva demolidora e desregulamentadora dos direitos laborais a próxima geração de trabalhadores.

Na mesma linha e com a mesma escola, o ministro Ferro Rodrigues, em entrevista recente a um jornal, desabafava que aceitaria, satisfeito, mudanças de especialidade na proposta de diploma das férias, designadamente nos casos de penalização por doença prolongada, acidente ou hospitalização (por que carga de água o homem não propôs tais mudanças em Conselho de Ministros?). Mas foi o mesmo ministro que, recentemente, quando os deputados da Assembleia da República, por proposta do PCP, clarificaram o direito às pausas, veio abusivamente a correr fazer um despacho com a interpretação mais conveniente às confederações patronais, com a desvalorização da clarificação feita pela Assembleia da República.

Para o Governo, importa mais dar relevância ao estilo do que à substância da política. Acima de tudo, importa-lhe que os trabalhadores retenham o que parece e não aquilo que é. Por razões óbvias. É que quando os trabalhadores e os jovens, que o não-de ser, tomarem consciência da política real praticada por este Governo, reagirão como reagiram quando o primeiro executivo do PS abriu a primeira fenda do edifício jurídico-laboral com a lei dos contratos a prazo.

Pacote laboral em Abril

Desde o princípio do ano passado, em momentos e formas diferentes, o Governo PS tentou dar forma de lei às orientações e medidas remanescentes do desacreditado "Acordo de Concertação Estratégica" de 96, particularmente tendo como objectivo o "núcleo duro" de alterações legislativas que configuram o pacote laboral.

A intervenção política do PCP e a luta dos trabalhadores e da CGTP levaram a que o Governo recuasse no tempo, sem abandonar o objectivo.

Insiste agora, calendarizando para Março e para Abril o agendamento das peças de maior calibre. O Governo PS quer uma alteração radical na política e no conceito de emprego, através da proposta de trabalho a tempo parcial, com salários mais baixos, com subsídios e direitos parciais, com menos Segurança Social, dando ao patronato o poder de decidir quantos e quais os dias, quantas e quais as horas os trabalhadores ficariam sujeitos a trabalhar.

É uma proposta inaceitável e aberrante, pelo seu carácter imperativo, chegando ao cúmulo de discriminar as empresas que admitem trabalhadores a tempo efectivo, já que as mordomias seriam apenas para aqueles que admitissem trabalhadores a tempo parcial.

O Governo PS quer fazer depender da assiduidade o direito a férias e ao subsídio de férias, não para penalizar o absentista clássico, mas todo aqueles e aquelas que sejam vítimas de uma doença prolongada, que tenham um acidente na sua vida, precisarem de hospitalização ou de acompanhar um familiar mais chegado. No limite, até a acção meritória de um autarca a meio tempo mereceria penalização nas férias e no respectivo subsídio.

O Governo PS quer ainda alterar o conceito de retribuição,

o regime de trabalho nocturno, o *lay-off* e pôr ao nível das organizações de trabalhadores o direito das associações patronais de participar nas leis do trabalho. Todas com o mesmo fio condutor: retirar e desregular direitos, fragilizar a Segurança Social, dar benefício e mais lucro ao capital.

Mas o que leva o executivo de Guterres a escolher Março e, particularmente Abril, para agendar tais propostas, neste ano 25 da Revolução de Abril, acto e processo libertador, de conquista e consagração de

direitos sociais e laborais, alguns deles visados e ameaçados por este pacote laboral?

O que faz correr o Governo na fase final do seu mandato e à beira de dois meses de dois processos eleitorais? Julga segura e arrecadada a maioria absoluta em Outubro?

Ou quer antes e fundamentalmente selar o compromisso estabelecido com as confedera-

Para o Governo, importa mais dar relevância ao estilo do que à substância da política. Acima de tudo, importa-lhe que os trabalhadores retenham o que parece e não aquilo que é.

Cínica e abusivamente exercita palavras e valores mais queridos do movimento operário e sindical, designadamente a solidariedade, o combate à exclusão social, um estilo de *show-off*, procurando capitalizar a sentimentalidade mais beata e coitadista. E, no entanto, basta ler as suas inaceitáveis propostas de lei, ouvir os principais dirigentes da UGT, no seu triste papel de moços de recados, para perceber que o Governo PS não só quer o corte geracional dos direitos laborais como impedir que a geração mais consciente e combativa lute para transmitir esse legado de direitos conquistados e usufruídos em muitas décadas de luta e muitos anos de Abril.

Cínica e friamente, o executivo de Guterres sabe que os jovens de hoje e trabalhadores de amanhã aspiram, prioritariamente, a um emprego e a uma retribuição, independentemente das condições em que assinam (quando assinam) o contrato individual. Por que não-de os jovens lutar por aquilo que não conquistaram nem conhecem, se um contrato a prazo vale mais que nada; se um trabalho à peça, à hora, um recibo verde, um trabalho temporário ou a tempo parcial permite sobreviver ao hoje?

Cinicamente, o Governo PS apela à geração mais consciente, mas também mais fustigada, para que sossegue, já que



**GOVERNO PS
QUER LIXAR-NOS
AS FÉRIAS**

Não vamos nisso!

PCP Mais Respeito por quem trabalha

ções patronais, adiado sucessivamente devido à resposta notável dos trabalhadores que se iniciou em torno das 40 horas e, mais recentemente, pela luta firme da CGTP?

Não será necessário esperar pelo dia do juízo final para responder a interrogações tão prementes.

O Governo decidiu fazer o frete às confederações patronais, não tanto por cedência, mas mais por opção natural, ajustada à natureza da sua política de direita. Fê-lo durante três anos na política de rendimentos e preços, sacrificando os aumentos salariais e favorecendo o lucro através do Orçamento de Estado e da política fiscal. Quer fazê-lo com mais rudeza na alteração das leis laborais, alterando a correlação de forças nas empresas e na contratação colectiva.

este pacote laboral é para os que não-de vir, a Segurança Social há-de suportar nos próximos anos as rescisões forçadas, os subsídios de desemprego prolongados, as reformas antecipadas.

Pode ser que o executivo de Guterres se engane! Por parte do PCP, porque continua inscrita no seu ideal e no seu programa a defesa das grandes causas sociais, não daremos tréguas a estes objectivos do Governo, alertando e mobilizando os trabalhadores e os jovens para travar e afastar esta ameaça tão séria.

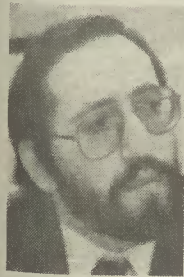
Importante e animador é ver a CGTP-IN unir fileiras, alargar convergências, para responder com a luta a mais esta tentativa de ataque às leis do trabalho, dando a essa luta uma nova dimensão de solidariedade geracional, defendendo direitos que hoje vigoram e devem ser transmitidos aos que não-de chegar ao mundo do trabalho. É esse o sentido da sua convocação urgente para amanhã do Plenário Nacional de Sindicatos.

Importante é comemorar Abril, não só como acto e conquista da liberdade mas como acto e processo de conquista de direitos, indissociáveis dos fundamentos da própria democracia, assim considerados pelos deputados constituintes.

Talvez o PS queira tão-só comemorar o acto de liberdade, renegando a sua valiosa contribuição para que ficasse inscrito em lei o direito a férias, à segurança no emprego, a salários e horários mais dignos, a valorização dos direitos do trabalho. É uma má opção e um mau caminho. Segundo uma afirmação de Guterres no Congresso do PS, o Primeiro-Ministro entrou para a política porque se impressionou com o nível da pobreza e da exclusão nos bairros degradados. É bem possível que saia dela por ter ofendido os direitos e a dignidade de quem trabalha.

Governo e Grão-Pará: o Acordo Global

Para garantir o Grande Prémio de Fórmula 1 em 1998 o Governo PS aceitou trocar os 20 milhões de contos de créditos do Estado sobre o Grupo Grão-Pará por 51% do Autódromo e por um hotel falido e encerrado desde Janeiro de 1995. Por fim, não houve Fórmula 1. O Governo acusou o Grupo Grão-Pará de ter frustrado os interesses do Estado, mas nem por isso pôs em causa o Acordo Global.



■ António Filipe

O Inquérito Parlamentar para apreciação dos negócios do Governo PS com alguns Grupos Económicos tem praticamente concluído o *dossier* relativo ao chamado Acordo Global entre o Estado e o Grupo Grão-Pará, envolvendo as questões relativas ao Autódromo do Estoril, à realização da Fórmula 1 em Portugal, ao Hotel Atlantis Madeira, e claro, às vultuosas dívidas daquele Grupo ao Estado Português. Não sendo possível no espaço de um artigo dilucidar em pormenor o vasto imbróglie que envolveu este negócio, vale a pena, ainda assim, extrair dele algumas notas de síntese.

não podia garantir que o Estado conseguisse provar judicialmente a existência de muito mais que os 4,2 milhões de contos que o Governo PSD havia calculado com referência a 1989.

Este é o primeiro facto espantoso. Em resultado de muitos anos de incúria de sucessivos governos, o Estado colocou-se a si próprio na posição de não poder fazer valer a totalidade dos créditos que sabia deter sobre o Grupo Grão-Pará, no valor de vários milhões de contos.

Isso não foi no entanto obstáculo a que o Governo tenha decidido sentar-se à mesa com os representantes do Grupo Grão-Pará para tentar encontrar uma solução global negociada quanto a essas dívidas. A razão deste tratamento de excepção fica mais clara se pensarmos que uma das empresas do Grupo – a Autodril – era a proprietária do Autódromo do Estoril, único equipamento desportivo apto a albergar o Grande Prémio de Portugal de Fórmula 1, que aí se realizou durante vários anos ao abrigo de um protocolo assinado em 1984 entre a Câmara de Cascais e a Autodril.

Esse protocolo garantia a realização do Grande Prémio no Autódromo até ao ano de 2009, só que nem por isso as relações entre o Estado e a Autodril foram pacíficas, quer no que se refere às condições de utilização, quer no que se refere às obras a realizar no Autódromo. Por isso mesmo, em 1991, o Governo PSD tentou comprar o Autódromo, cedendo à Imobiliária Grão-Pará os créditos que o Estado deti-

nha sobre outras empresas do Grupo. Esse negócio, entretanto, gorou-se, continuando o Estado, de ano para ano, a investir em obras sucessivas no Autódromo destinadas a garantir a qualquer preço a realização da Fórmula 1.

Já com o Governo PS, foi mais uma vez a Fórmula 1, e neste caso a realização do Grande Prémio de 1998, que determinou a negociação do Acordo Global com o Grão-Pará, que, para além de outros aspectos relativamente secundários, consistiu de duas componentes fundamentais: uma relativa ao Autódromo, outra relativa ao Hotel Atlantis Madeira.

No que se refere ao Autódromo, a Autodril comprometeu-se a constituir duas sociedades: uma Sociedade Imobiliária, proprietária do Autódromo, em que 51% do capital social foi entregue ao Estado por conta das dívidas do Grupo Grão-Pará. E uma Sociedade Gestora do Autódromo, em que 51% do capital foi subscrito pelo Estado, destinada a garantir a possibilidade de realizar a Fórmula 1 ao abrigo de objecções colocadas pela Autodril.

Importa referir entretanto que não houve uma avaliação autónoma do Autódromo com vista à celebração do Acordo. Nem havia acordo algum quanto ao seu valor. Em 1993 (última avaliação conhecida), um perito do Estado avaliou-o em 4,3 milhões de contos e um perito do Grupo Grão-Pará avaliou-o em 14,1 milhões. De qualquer modo, o objectivo de ter a Fórmula 1 em 1998 fez com que o Governo tenha aceite, a troco dos créditos do Estado, assumir o controlo do Autódromo e adquirir o Hotel Atlantis, avaliado pelas Finanças em 5,1 milhões de contos (para além de um bloco de apartamentos avaliado em 370 mil contos).

O Hotel Atlantis Madeira constitui um caso dentro deste caso. Em Janeiro de 1995, a empresa proprietária, Interhotel, pertencente ao Grupo Grão-Pará, fechou o hotel, lançando no desemprego 177 trabalhadores, que impugnam judicialmente o despedimento. Desde 1985 que se encontrava pendente uma acção de recuperação da empresa, que foi considerada insolvente em Agosto de 1995.

A Administração justificou o encerramento do hotel com base nos resultados negativos de vários anos, consequência da projectada ampliação do aeroporto da Madeira, que implicaria a sua demolição. Nessa base, o Grupo Grão-Pará reivindicava judicialmente a expropriação do hotel por parte do Estado.

No âmbito do Acordo Global, o Governo aceitou ficar com o Hotel Atlantis, desconhecendo qual o seu destino final. Se os estudos aeronáuticos a realizar concluíssem pela inevitabilidade da expropriação, o que veio de facto a acontecer, a avaliação efectuada poderia revelar-se vantajosa para o Estado. Porém, na hipótese admitida pelo Governo de não haver lugar a expropriação, o

Estado ver-se-ia obrigado a assumir a responsabilidade directa pela exploração de um hotel encerrado há dois anos e meio com a invocação da sua inviabilidade e cuja insolvência havia sido judicialmente declarada, assumindo de igual modo a responsabilidade pela situação dos seus 200 trabalhadores. Nesse caso, a opção do Governo poderia ter méritos do ponto de vista social, embora fosse extremamente pesada do ponto de vista financeiro. O Estado abdicaria dos seus créditos sobre o Grupo Grão-Pará, passando a assumir os encargos que a Interhotel não tinha conseguido solver. Por seu lado, o Grupo Grão-Pará ver-se-ia livre de dois problemas: o das dívidas ao Estado e o da insolvência do hotel, com todas as suas consequências.

O que aconteceu entretanto foi que o Governo, que havia celebrado este Acordo Global tendo a realização do Grande Prémio de Fórmula 1 como pressuposto determinante, acabou por ficar sem esse Grande Prémio, por responsabilidades que imputou inteiramente à má-fé do Grupo Grão-Pará.

Tudo porque, tendo o Tribunal de Contas recusado o visto para a realização de um conjunto de obras no Autódromo adjudicadas sem concurso pela Câmara de Cascais (com a autorização do Governo), o ministro Pina Moura tentou passar para a Sociedade Gestora do Autódromo a responsabilidade pelas obras em falta para garantir o Grande Prémio. Só que as dificuldades criadas pelo Grupo Grão-Pará à transferência dessas responsabilidades acabariam por gorar o objectivo visado pelo Governo.

Nessa altura, o secretário de Estado Vítor Neto, em carta ao Grupo Grão-Pará, considerou-o responsável pela “frustração das expectativas e direitos do Estado”, e ameaçou que o Governo não poderia deixar de tirar desse facto “as devidas ilações”. Perguntam que ilações tirou o Governo? Nenhunas! Seguiu com o Acordo Global, avançou com a Sociedade Gestora e investiu mais 2,3 milhões de contos em obras no Autódromo, na esperança de ainda um dia voltar a ter Fórmula 1. E nem sequer tirou a ilação mais óbvia, que reside no facto do valor do Autódromo e o interesse do Estado na sua utilização serem completamente diferentes conforme haja ou não Grande Prémio de Fórmula 1.

E vejam só como são as coisas: no caso da Torralta, que aqui abordei há uns tempos, o Governo passou a patacos ao Grupo SONAE mais de 30 milhões de contos de créditos do Estado, invocando a falência das empresas e a falta de vocação do Estado para a indústria hoteleira. No caso Grão-Pará, a ânsia de conseguir a qualquer preço realizar o Grande Prémio de Fórmula 1 fez com que o Governo redescobrisse a vocação hoteleira do Estado, aceitando como pagamento dos seus créditos, o Hotel Atlantis, falido, e encerrado há mais de dois anos e meio. Dirão os leitores que houve aqui uma evidente dualidade de critérios, só que pensando bem, num caso estava o Grupo SONAE que queria ficar com a Torralta e no outro estava o Grupo Grão-Pará, senhorio do Autódromo do Estoril, que se queria desfazer do Hotel Atlantis. E isso, só por si, explica muita coisa.

A primeira nota diz respeito à seguinte questão: quanto deviam afinal ao Estado as empresas do Grupo Grão-Pará? Em rigor, o Governo não sabia. O secretário de Estado Vitalino Canas, que chefiou as negociações por parte do Governo, avaliou “grosso modo” essas dívidas em 20 milhões de contos, afirmando porém que



Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas na Assembleia da Organização Regional de Setúbal

Estes são tempos de combate

(...)

Esta nossa Assembleia de Organização decorre numa altura em que é cada vez mais evidente:

1.º que tal como muitas vezes advertimos e como vimos no Congresso do PS, como estamos a ver no Congresso do PSD, vão acentuar-se os ataques verbais entre estes dois partidos, procurando mostrar assim grandes diferenças para disfarçar que ao longo destes três anos PSD e PS estiveram de acordo nas questões mais essenciais;

2.º que independentemente das moções aprovadas no Congresso do PS o que vai prevalecer é a continuação da actual política neoliberal e a ambição do poder absoluto, porque se o conseguissem ficariam com as mãos livres para aprovarem o pacote laboral, aumentarem as portagens da Ponte 25 de Abril e apertarem ainda mais o cinto aos assalariados;

3.º que a AD não é alternativa, nem em termos de opções de políticas que no essencial são as mesmas, nem em termos de poder, pois não tem credibilidade. A AD nem sequer é alternativa para o grande capital que pela voz dos seus maiores expoentes continua a afirmar que no momento actual é o PS quem melhor está em condições de concretizar a política de concentração de riqueza;

4.º que o reforço do PCR, pela sua coerência, pelas suas propostas, pelos valores que defende e pela sua intervenção é fundamental para uma viragem à esquerda na sociedade portuguesa.

A propaganda governamental pode procurar fazer esquecer os acontecimentos, anestesiando descontentamentos, jogar nos factores de diversão, cozinhar estatísticas ou, por exemplo, limpar dos ficheiros,

Mas ainda em relação às promessas, aquilo que o governo prometeu e que não fez nesta legislatura, promete agora, à beira das eleições, que tudo será feito entre o ano 2002 e 2006 no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, que serve de enquadramento ao "novo" Quadro Comunitário de Apoio.

Planos não faltam e promessas também não! Este foi apresentado com toda a pompa e circunstância e pago com o dinheiro dos contribuintes.

Nestas questões também não inovaram. Cavaco Silva apresentou ao país vários planos estratégicos... vários planos para o emprego e também apresentou ao país o plano "Preparar Portugal para o século XXI".

Os resultados são conhecidos. Mas o que para nós é claro é que o país deve entrar no século XXI com um aparelho produtivo robustecido e não com uma agricultura e um sector de pescas arruinados e com uma economia cada vez mais dependente e subcontratada.

Que o País deve entrar no século XXI com salários e reformas dignas e não com os salários e as reformas mais baixas da União Europeia.

Que o País deve entrar no século XXI com um ensino de qualidade e com saídas profissionais que realizem e perspetivem os anseios e esperanças da juventude e não com declarações de paixões serôdas ou eleitoralistas, inconstantes e incoerentes e que se traduzem na prática no insucesso escolar, no desemprego de licenciados e nos empregos precários para uma boa parte da juventude.

Que o País deve entrar no século XXI com uma voz própria na Europa, aberto ao mundo, afirmando a nossa cultura e defen-



milhares de desempregados que se tem verificado nestas últimas semanas, que não altera a realidade.

Ao longo destes três anos o que se pode afirmar é que apesar da baixa do preço do petróleo e de uma conjuntura externa favorável à economia portuguesa, o nosso tecido produtivo não se robusteceu, a balança comercial e também a balança de transacções correntes se têm deteriorado e a distribuição do Rendimento Nacional continua a desequilibrar-se em desfavor dos trabalhadores.

Que apesar da venda das "jóias da família", isto é, que apesar da venda acelerada de importantes empresas públicas e do encaixe de milhões de contos, o governo mostrou que a sua paixão pela educação era muito pouco arrebatadora, que a resolução dos problemas essenciais na saúde marcam passo, que a justiça continua morosa e que a reforma das reformas, a reforma fiscal fica mais uma vez adiada.

Todos os passos do governo estão condicionados pelo marketing político.

Até a questão das quotas de participação das mulheres na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, que vem pela mão do mesmo Partido que deu o dito pelo não dito, acerca da aprovação da Lei sobre interrupção voluntária da gravidez, que se recusou a restabelecer a idade da reforma das mulheres para os 62 anos, que se opôs à semana máxima das 40 horas sabendo o que isto significa de positivo para milhares de mulheres da têxtil e que quer avançar com leis laborais penalizadoras para as mulheres e sobretudo para as mulheres jovens.

É o não cumprimento das promessas, é a continuação de uma política injusta que leva muitos e muitos portugueses a afastarem-se do exercício de cidadania e a divorciarem-se da vida política.

Por outro lado, folhetins como a JAE em que "traham as comadres" mas, ao contrário do ditado popular, pouco se descobrem as verdades, são também contributos para a degradação das instituições e da vida democrática.

dendo o seu diálogo com as outras num processo mutuamente enriquecedor.

Os comunistas no Parlamento Europeu

A vida política já está dominada pelas eleições que este ano se realizam para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República. Naturalmente que nós também estamos a preparar com cuidado estas eleições que são de grande importância para o nosso dever colectivo.

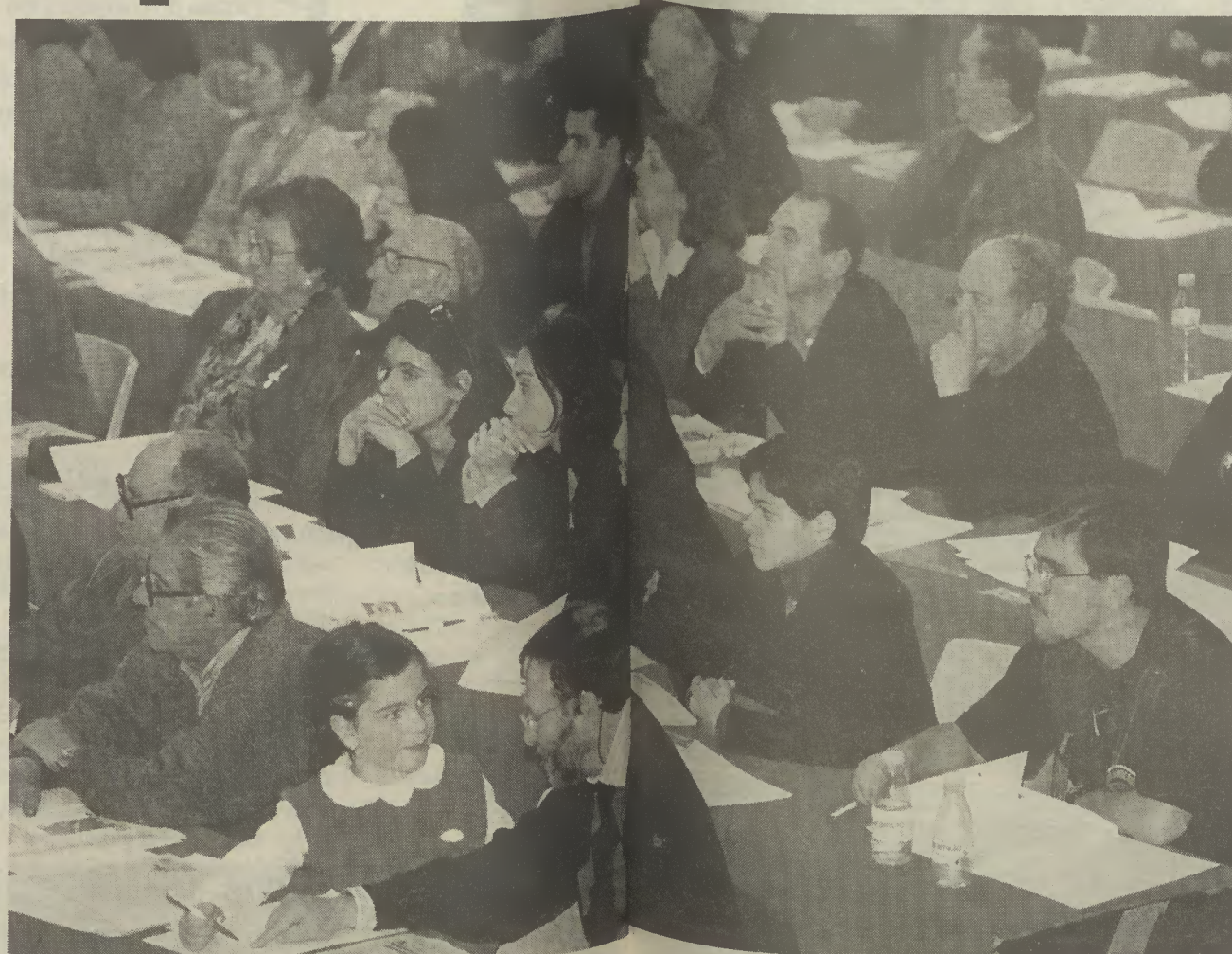
Mas entendemos que estas não se devem sobrepor aos problemas dos trabalhadores e dos cidadãos, que têm que estar em primeiro lugar, que têm que estar no centro das nossas preocupações e nas diversas esferas da nossa intervenção.

Mas falando das eleições para o Parlamento Europeu, entendemos que devemos desde já lembrar algumas das razões por que os portugueses devem reforçar o PCP e a CDU no Parlamento Europeu.

Em primeiro lugar, porque os deputados do PCP no Parlamento Europeu dão garantias como nenhuns de defenderem intransigentemente os interesses nacionais e uma Europa de coesão económica e social.

E essas garantias são garantias reais, têm atrás de si o trabalho feito, as posições tomadas, os Relatórios realizados e as questões levantadas à Comissão.

Nenhum grupo português se pode reclamar de um trabalho tão continuado, tão aturado e qualificado. Por isso mesmo, os deputados comunistas no Parlamento Europeu gozam de um justo prestígio e o seu trabalho tem sido louvado mesmo publicamente pelos nossos adversários políticos.



Também no nosso país o Eng. Guterres e anteriormente Cavaco Silva foram obrigados a elogiar o trabalho dos comunistas do Parlamento Europeu.

Em segundo lugar, porque os deputados comunistas no Parlamento Europeu não estão submetidos à disciplina de grupo sempre que estão em causa interesses nacionais o que lhes confere uma grande autonomia de movimentos e a não determinação das suas decisões pelo peso e a pressão dos grandes países, que são os que mais deputados têm.

Em terceiro lugar, porque os deputados comunistas portugueses, juntamente com outras forças comunistas, ecologistas e progressistas, defendem um novo rumo para a construção europeia, uma Europa de pleno emprego com a harmonização por cima das conquistas sociais, uma Europa liberta dos dogmas neoliberais que faça da convergência real entre as diversas economias o principal objectivo e não os interesses dos mercados financeiros.

Em quarto lugar, porque defendemos uma construção europeia de nações, em cooperação, de aprofundamento democrático, respeitadora das culturas e das decisões dos cidadãos e não uma Europa federalista - no fundo comandada por um directório de grandes potências - tal como o defende envergonhadamente o PS e o PSD/AD e agora de uma forma clara o chefe de lista do PS.

A diluição do nosso país numa Europa federada, uma espécie de EU da Europa, é um projecto que não tem em conta a diferença de processos históricos. Não tem sequer em conta as implosões e as crises, relativamente recentes de federalismo, assentes em línguas, culturas, graus de desenvolvimento, religiões e processos históricos distintos, como é o caso da URSS, da Jugoslávia, da Checoslováquia, ou as grandes tensões actuais que se verificam, por exemplo, na Bélgica e no Canadá.

Em quinto lugar, porque nós concebemos a União Europeia como um factor de paz e de cooperação e não como um bloco político militar numa "lógica de guerra" para pretensamente fazer face à hegemonia dos EUA, ou para ter um papel de "política regional", ou de "sub-política" mundial.

O trabalho realizado, o estudo dos problemas a experiência acumulada no Partido sobre as temáticas da integração, as contribuições e propostas formuladas, são uma garantia para o eleitorado de uma empenhada defesa dos interesses de Portugal e de uma Europa com uma elevada dimensão social, ecológica e progressista.

O nosso Partido quer no Parlamento Europeu, quer na Assembleia da República, não se tem poupado a esforços no sentido de encontrar soluções justas para o nosso país, quer em relação às propostas e aos alertas que temos feito quer na constante procura em potenciar o poder negocial de Portugal, como ainda na semana passada o fizemos no debate de urgência por nós proposto sobre a Agenda 2000.

Pela nossa parte entendemos que o governo português deve ter uma atitude negocial forte, mobilizando os diversos apoios e a opinião pública e não ter uma atitude fatalista e de parceiro bem comportado.

Por isso, entendemos que Portugal não pode aceitar uma redução de verbas para fundos estruturais e deve defender que o actual tecto de

1,27% seja exclusivamente para financiamento para as despesas da UE com a sua actual composição de 15 membros, assim como a sua aplicação deverá ter como principal critério o grau de desenvolvimento de cada país e não tal ou tal região.

Também em relação à PAC que foi elaborada à medida dos interesses das agriculturas do Norte da Europa, Portugal não pode deixar de defender a especificidade da nossa situação e esta é incompatível com a chamada renacionalização dos seus custos em que 25% a 30% das ajudas directas à produção seriam suportados pelos orçamentos nacionais.

A reforma da PAC de 1992 conduzida pela PSD foi lesiva para os interesses da nossa agricultura. É uma experiência a reter.

Pela nossa parte, apresentámos recentemente na Assembleia da República dez propostas em relação à reforma da PAC, que deveriam balizar a posição negocial portuguesa, assegurando a especificidade da nossa agricultura, defendendo o direito a produzir e a concretizar a segurança alimentar, assegurando a modernização, as produtividades e os rendimentos dos agricultores.

Mas não deixa de ser significativo que, apesar de instados pelo PCP, nem o PS nem o PSD, até agora tenham dito algo sobre as notícias referidas na imprensa de que na negociação na União Europeia/Africa do Sul conduzida pelo Comissário Português, este país fica autorizado a continuar a produzir para o mercado interno e alguns mercados externos vinho com o rótulo de Porto.

É uma estranha forma de se defender, no concreto, os interesses de Portugal!

É preciso ter ainda em atenção nestas eleições que não há candidaturas suprapartidárias mas sim partidárias e que o povo português o que vai eleger são 25 deputados em listas de partidos para o Parlamento Europeu e nada mais.

A luta continua

Sem dúvida, os trabalhadores do Distrito de Setúbal são herdeiros e obreiros de um exaltante património de luta e de conquistas sociais e laborais, antes e depois do 25 de Abril. Foram exemplo da luta de resistência ao fascismo, foram protagonistas da construção do regime democrático e na conquista e consagração de direitos que ainda hoje perduram, apesar da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores.

Em condições muito difíceis, no passado mais recente, lutou-se muito na Lisnave - Setenave, na ex-Renault, na Siderurgia, na ex-Quimigal, no Arsenal, nos Belos, na Indelma, na TST, no sector ferroviário; lutou-se e luta-se na Unicerve e na Petrogal.

Por contabilizar ficaram as grandes mobilizações dos trabalhadores da Administração Local e da Administração Pública e de diversos sectores mobilizados para grandes acções em Lisboa, por convocação da União de Sindicatos de Setúbal.

Não temos hoje a classe operária que fez história na Parry & Son no Barreiro ou no Seixal, mas temos hoje uma classe operária a formar



uma nova consciência na Auto-Europa, na Indelma ou no pólo de Palmela. Temos milhares de trabalhadores nos serviços e na Administração Pública que, em novas condições e perante novas realidades, exigem do nosso Partido formas inovadoras de organização e intervenção, como fizemos, por exemplo, no Arsenal do Alfeite, onde arriscámos em confiar nos mais jovens.

A melhor forma de preservar o legado histórico da nossa luta no Distrito de Setúbal é encarar as novas condições em que trabalhamos e agimos, tendo como objectivo o reforço do nosso Partido.

E não esperemos facilidades. Os tempos que se aproximam são de confronto e de combate.

Ainda esta semana o Governo decidiu agendar para Março e Abril algumas das peças mais graves do pacote laboral. Agendou para 11 de Março algumas propostas que constituem o ensaio para a fase seguinte, perspectivando para os primeiros dias de Abril a tentativa de consumação de algumas das peças que constituem o núcleo duro do pacote laboral, designadamente sobre o trabalho a tempo parcial, a alteração da lei das férias e do trabalho nocturno.

Não deixa de ter significado que no limiar do ano 25 da Revolução de Abril, acto e processo onde, para além da liberdade, os trabalhadores alcançaram importantes conquistas sociais e laborais, inclusive o direito a 22 dias de férias e respectivo subsídio, ao emprego estável, ao salário mínimo, à Segurança Social, à contratação, venha agora o Governo PS abalar o edifício jurídico-laboral consagrado e avalizado pela Constituição da República.

Esta tribuna, queremos apelar aos trabalhadores, ao movimento sindical unitário e às comissões de trabalhadores, a todos os homens e mulheres que se identificam com as grandes causas sociais, que se unam, mobilizem, tomem posição e lutem contra tais objectivos do Governo.

É porque os alvos principais são as mulheres e os jovens que os comunistas têm a responsabilidade acrescida de dar uma solidariedade geracional à nossa luta, ganhando as mulheres trabalhadoras e os jovens trabalhadores para uma batalha que tem a ver com o seu futuro, com o futuro do trabalho com direitos!

A mundialização capitalista

As velhas teses e os velhos sonhos de um capitalismo sem crises metamorfoseado progressivamente numa sociedade sem lutas sociais, numa sociedade harmoniosa, continuam a ser "vendidas" com novas roupagens procurando alimentar a passividade e a resignação, mas são contrariadas pela realidade todos os dias.

A livre circulação de capitais, o "laissez faire, laissez passer" à escala planetária e a desregulamentação geral servem os mais fortes, que esmagam as produções nacionais e liquidam milhares e milhares de empregos.

No plano social a mundialização é cada vez mais a mundialização da pobreza, do desemprego, das desigualdades sociais, da concentração da riqueza.

O capital financeiro dita as regras. Como já alguém disse, constrói-se uma nova "ordem" em que os «mercados financeiros se tornam os juizes e os jurados de toda a política económica», ao mesmo tempo que se procura difundir a ideia que o mercado financeiro sem fronteiras é fonte universal de prosperidade e guardião da razão económica. Isto é, guardião das grandes fortunas e das fortunas das mafias que nas praças offshore, ou paraísos fiscais encontram guarida causando prejuízos inenunciáveis aos sistemas fiscais.

E nesta lógica os estados dependentes da boa vontade dos investidores externos deveriam submeter-se às suas exigências para terem os seus investimentos...

Nós não aceitaremos esta pretensa "ordem" como inelutável, que cria cada vez mais desigualdades, mais pobreza, mais sofrimento e mais concentração de riqueza.

Estamos numa fase de brutal reestruturação do capitalismo que passou paulatinamente do capitalismo monopolista para o capitalismo monopolista de Estado e agora para uma fase que, há falta de melhor, poderíamos designar por capitalismo transnacional de Directórios de Estados em que sublinhamos de forma abreviada:

1) A crescente passagem das fusões, absorções... do nível nacional para o planetário...

2) Livre circulação de capitais e integração mundial dos mercados financeiros, com as decisões a serem executadas à velocidade-luz (no Ciberespaço dos mercados financeiros).

3) Integrações económicas em vários espaços planetários comandados por grandes potências ao serviço do capital financeiro.

4) Directórios planetários (G7); regionais eixo Paris/Bona; EUA/Inglaterra; EUA/Japão... ao serviço das transnacionais com as suas extensões operacionais (FMI/BM) e mais ideológicas Davos; OCDE...

5) Grande instabilidade e incerteza quanto ao futuro próximo quer em relação às Bolsas e ao capital bancário quer em relação à crise financeira e económica que está longe de estar resolvida.

Neste quadro de mundialização da ofensiva do capital, as lutas nacionais e a convergência das diversas lutas bem como a solidariedade a nível internacional são mais importantes do que nunca.

Lutando por objectivos concretos e imediatos, lutando por uma viragem à esquerda na política nacional, o nosso Partido tem por horizonte a construção de uma nova sociedade.

O seu reforço é fundamental. A Organização Regional de Setúbal, com muito trabalho e muita dedicação, tem prosseguido um importante trabalho de renovação e rejuvenescimento.

Aquilo que designámos por "Novo Impulso" na organização traduziu-se em mais de 45 Assembleias de Organização das quais 9 concluídas, em dezenas e dezenas de plenários de militantes, na criação de mais de 21 organismos, na reactivação de mais 20 e num significativo recrutamento.

(...)



Manuel
Guerreiro

Mulheres avançam na frente sindical Remar contra a maré

Nos tempos que vivemos, há mulheres e homens que, em conjunto, continuam "a remar contra a maré", a lutar contra as discriminações, exclusões, injustiças sociais, pela melhoria e aplicação dos direitos, por melhores condições de vida e trabalho. A luta desigual, travada entre os que têm de sua a força de trabalho que vendem para sobreviver e os grandes "empreendedores" detentores dos meios de produção, financeiros, de comunicação de massas, com isso "inspiradores" e protegidos dos poderes, por mais que seja abafada, declarada sem sentido, caduca e extinta, continua com renovados protagonistas.

As mulheres do comércio, escritórios e serviços assumem para si e para a classe uma posição de vanguarda nessa luta que importa divulgar, enaltecer e valorizar, tanto mais que muitas vezes elas têm dupla ocupação, quase sempre mais dificuldades e incompreensões a vencer.

Não é por teimosia, "alergia" a valores ditos novos, falta de informação e compreensão que as mulheres lutam contra as más condições de trabalho e de vida, as injustiças. É a consciência social e política, a necessidade e vontade de participar, ser eleitas, assumir a representação e a defesa dos seus interesses e dos colegas de trabalho.

Os homens e mulheres, muitas jovens, em consequência directa e muito positiva da luta travada, têm hoje mais instrução, mais informação, mais cultura, que lhes dão mais condições para se indignarem com as injustiças, as discriminações, as desigualdades, as penalizações, compreenderem e lutarem pelos valores da igualdade, da liberdade e fraternidade, por melhores condições de vida e trabalho.

O comércio, escritórios e serviços são sectores económicos onde é maioritário o trabalho feminino. Não por particularidades relativas às funções a desempenhar, mas antes por via duma acentuada discriminação do trabalho feminino, já que as empresas conseguem produzir o mesmo, e às vezes mais, com menos custos, à custa de salários mais baixos.

As grandes empresas dos Super, Hipermercados, os Grandes Armazéns e os Serviços, são hoje locais onde trabalham, no conjunto, dezenas de milhares de trabalhadores, dos quais mais de 80% e às vezes 90% são mulheres.

Elas ocupam todos os lugares e desempenham todas as funções, em especial as mais penosas, trabalhosas e mal remuneradas, até ao nível de chefia intermédia; daí para cima, ou há poucas ou nenhuma mulheres. As altas direcções, de alguns grupos, nem mulheres têm.

As mulheres, mais do que os homens, por discriminação praticada pelas empresas, auferem baixos salários e menos regalias, trabalham a ritmos tremendos, tantas vezes impostos pelos consumidores, designadamente às trabalhadoras dos balcões de atendimento, das caixas, dos serviços.

A mudança já começou

Nas principais cadeias e empresas, a mudança já começou, impulsionada por uma intervenção crescente das mulheres, escorada numa organização sindical e numa consciência cada dia mais enraizada no colectivo dos trabalhadores.

Na cadeia de supermercados **Pingo Doce** - cerca de 150 lojas a nível nacional, integradas no grupo Jerónimo Martins Distribuição -, tal como o **Feira Nova** e o **Recheio**, mais de oitenta por cento dos cerca de 7000 trabalhadores são mulheres. Vítimas dos salários baixos, de condições de trabalho nem sempre adequadas, agravadas por carregamento de pesos, horários que não são organizados, em muitas lojas, de

acordo com o estabelecido no contrato colectivo, contratadas às centenas em regime precário e a tempo parcial, com categorias profissionais que às vezes ficam aquém do que têm direito, meteram mãos à obra e são por certo, hoje, exemplo positivo de participação.

Dezenas e dezenas são delegadas e dirigentes sindicais. Não há acção sindical onde elas não estejam. Não há local de trabalho

onde haja condições difíceis onde elas não intervenham ou não tenham ajudado ou planeado intervir.

Motivos para essa intervenção não faltam, infelizmente.

No **CPH/AUCHAN** (ex-Pão de Açúcar), dos cerca de 4 mil trabalhadores a esmagadora maioria são mulheres.

As trabalhadoras, com salários relativamente baixos, enfrentam exigências de prestação de trabalho que não respeitam, em vários Hiper(s), em especial do Norte, as 40 horas, os dois dias de descanso por semana, os feriados, as ausências justificadas para dar assistência à família. O trabalho suplementar não é registado nem pago, sendo ilegalmente trocado por período de descanso, que por sua vez não é regularmente concedido, criando uma acumulação ilegal.

No **Hiper da Maia** e outros, por exemplo, esta sucessão de ilegalidades provoca que haja dezenas e dezenas de trabalhadoras que têm dias de descanso para gozar, os quais, se somados e gozados de seguida, as dispensariam de ir ao trabalho durante vários meses.

As mulheres constituem também nesta empresa a maioria dos dirigentes e delegados sindicais. Todos em conjunto interviram pela resolução dos problemas, esclarecendo, organizando e mobilizando os trabalhadores para lutarem pelo respeito e cumprimento dos direitos, por melhores salários, subsídios, férias e condições de trabalho.

O director do Hiper da Maia, onde há mais problemas denunciados, tenta calar as vozes incómodas das jovens delegadas sindicais procurando quebrar a ligação do sindicato aos trabalhadores.

A **Sonae**, que engloba as cadeias **Continente**, **Modelo**, **Modis**, **Modalfa**, **SportZone**, **Worten**, **Vobis**, **Bonjour**, **Maxmat**, **Max Office**, **Inventory**, entre outras, tem ao serviço, no seu conjunto, mais de 13 mil trabalhadores, sendo mais de 80% mulheres.

Muitas trabalhadoras são contratadas a termo e a tempo parcial - esta foi a empresa que, para baixar custos, primeiro generalizou o trabalho a tempo parcial, sem pagar subsídio de refeição -, sendo muitas vezes obrigadas a trabalhar para além do horário sem receber o pagamento suplementar, a gozarem as férias repartidas quando a empresa quer, a não usufruírem de direitos específicos para assistência à família ou para trabalhadores estudantes, a serem forçadas a cumprir horários que não respeitam o princípio contratual dos dois dias de descanso semanal preferencialmente consecutivos, coincidindo com o domingo, pelo menos quinze vezes por ano.

Na **Sonae**, tem sido difícil ao CESP e ao CESNORTE organizar os trabalhadores, conhecer em cada momento os problemas, intervir nos locais de trabalho, por via duma política de recursos humanos da empresa, na aparência muito aberta mas na prática centralizada, repressiva e altamente discriminatória e persecutória.



As batalhas ganhas - com a passagem a efectivos de milhares de trabalhadores, a resolução do problema contratual, com a integração nos quadros do Continente e Modelo de centenas e centenas de trabalhadores contratados pela empresa de trabalho temporário Polivértice, a intervenção mais esclarecedora e mais dinâmica - começa a romper a muralha e em vários Continentes e Modelos são eleitos e eleitas dirigentes e delegadas sindicais.

Os primeiros resultados começam a surgir com a denúncia pública das situações de discriminação e de menor respeito e atenção por quem trabalha.

De novo aqui são mulheres a "dar cara", por vezes encoberta, outras descoberta, na luta pelos direitos e interesses de todos.

Problemas comuns lutas vitoriosas

A cadeia de hipermercados **Feira Nova**, 16 lojas do Grupo JMR, conta com cerca de três mil trabalhadores, na sua maioria mulheres. Também aqui os salários são baixos, existem problemas de horários que se arrastam (com a exigência de compensação de trabalho ao domingo que não é remunerado como está previsto), de trabalho suplementar imposto aos trabalhadores contratados a tempo parcial (que só é pago àqueles que o exigem através do Sindicato, como aconteceu, ainda recentemente, no Barreiro), imposição de prestação de trabalho suplementar, não remunerado, designadamente à noite e ao fim-de-semana, repressão e discriminação.

De novo as mulheres assumem um importante papel, com os homens, na organização dos trabalhadores. Nalguns Hiper(s), apenas mulhe-

res são dirigentes, delegadas e activistas sindicais; noutros, também há homens a exercer tais funções, com as mulheres. Todos em conjunto já mobilizaram, organizaram e conseguiram o nivelamento dos salários e dos subsídios de refeição, a redução dos horários para 40 horas, com dois dias de descanso em cada semana idêntico ao que está em vigor para todas as cadeias.

Continuam a intervir, a esclarecer e a mobilizar os trabalhadores para a luta pela resolução dos problemas que ainda persistem e pela actualização do subsídio de refeição, melhores salários, mais dias de férias, etc.

Do **Carrefour**, a cadeia francesa número um em Hipermercados em numerosos países dos vários continentes, com 6 Hiper(s) e cerca de 3 mil trabalhadores em Portugal, apenas há ecos dos muitos problemas que afectam trabalhadores, em especial as mulheres. É comum as trabalhadoras serem despedidas no final dos contratos a termo, ou sujeitas a avaliação públi-

ca pelos clientes, num processo que as amedronta de tal forma que não se atrevem a exercer os seus direitos.

Nos **Mosqueteiros**, **Intermarché** e **Ecomarché**, cadeia de origem francesa que implantou em Portugal aqueles barracões pré-fabricados espalhados por todo o que é sítio - mais de 130 - com cerca de 4 mil trabalhadores, também a esmagadora maioria são mulheres.

Este grupo apresenta características específicas: cada loja, tem um "dono" com autonomia jurídica e pouco mais; no resto, tudo é centralizado e controlado, os problemas são muitos em todo o País.

Muitas lojas não cumprem o contrato colectivo, impõem condições de trabalho más, não respeitam os trabalhadores e os seus direitos. Para manter a situação recorrem aos despedimentos, sempre que lhe "cheira" que alguma "ovelha" fugiu do redil e se ligou ao sindicato, como aconteceu em Castro Verde, Elvas, Santiago do Cacém, entre outros.

Mas as "ovelhas" fogem em muitos sítios e o conhecimento e a intervenção crescem, alargam-se a frente de combate. Mulheres assumem-se contra as injustiças de que elas e todas as camaradas são vítimas; algumas sofrem as consequências directas, mas outras levantam-se e a batalha continua, cada vez em mais locais e com mais empenho e força.

No **LIDL**, a cadeia alemã, com mais de 80 lojas do **DISCOUNT**, centenas e centenas de jovens mulheres e também alguns homens são vítimas, desde a admissão, de discriminação e ilegalidades. É conhecido o inquérito a que as candidatas eram sujeitas, sendo questionadas, entre outras coisas, sobre se pensavam engravidar nos próximos meses...

Esta pergunta tinha a sua "razão de ser", ou não sejam as jovens, contratadas a termo, que carregam no duro, limpam parques de estacionamento, balneários, loja, etc., no intervalo do atendimento dos clientes. São elas ainda que correm a expor os produtos, a registar à caixa, a fazer inventários até de madrugada, a voltar a seguir para cumprir as horas necessárias, que são quase sempre mais de 8 por dia, não remuneradas.

Imagine-se que esta gestão alemã há tempos aconselhou um jovem, que tinha trabalhado uma noite sem auferir qualquer remuneração suplementar, a pagar os produtos que caíram no dia seguinte, no armazém, onde os havia acondicionado para fazer o tal inventário.

A denúncia e a intervenção sindical, protagonizada por mulheres, já produziu alguns resultados. A **LIDL** foi multada e obrigada a

cumprir as leis portuguesas, a respeitar os horários e os direitos dos trabalhadores, mas muita coisa continua mal e a exigir mais radical acção e intervenção.

Pequenas lojas grandes problemas

No **DIA/Minipreço**, os pequenos supermercados que se espalham às centenas pelo País, também há problemas com as mulheres, que se deslocam de loja para loja sem auferir quantas vezes o que têm direito. Continuam reclassificações profissionais por fazer, direitos por respeitar, mas há avanços com a aplicação do protocolo negociado e, à semelhança das outras empresas, propostas reivindicativas estão na mesa a reclamar a melhoria das condições de trabalho, dos salários, subsídios, horários, etc.

Na **Brisa**, está ganha a luta das mulheres e dos homens contra a discriminação que, a pretexto de dispensar as mulheres de trabalhar nos turnos da noite, as impedia de ascenderem, pelo menos, à categoria de portageiro principal. Nas hierarquias, acima de principal, não se conhecem mulheres, todos os cargos são ocupados por "aqueles homens".

Mas a batalha teve outra componente importante, traduzida na luta pela integração dos trabalhadores, a maioria mulheres, da empresa de trabalho temporário - **Psicoemprego** - nos quadros da **Brisa**.

Esta batalha está quase totalmente ganha, de tal maneira que "os rapazes da UGT", conhecidos por **SETACOOP**, que têm sido o "braço social de alguma hierarquia da empresa", já fazem papéis a reclamar o êxito desta luta, quando durante anos não tiveram voz nem acção para encostar à parede os "machistas" que mandavam na **Brisa**.

Na **GESTIPONTE**, a empresa que explora as pontes 25 de Abril e Vasco da Gama, também dos cerca de 160 trabalhadores a maioria são mulheres. Contratadas a

termo, sem estarem sindicalizadas, em 1998 aproximaram-se do CESP, envolveram-se na luta, fizeram readmitir quem já tinha tido o contrato rescindido, passar a efectivos quem reunia mais condições e avançaram pela primeira vez para a negociação, em curso, do Acordo de Empresa.

Neste curto espaço de tempo, duas trabalhadoras foram eleitas para dirigentes regionais do CESP e outras preparam-se para desempenhar as funções de delegadas sindicais.

Há dificuldades, problemas, mas estes exemplos não esgotam as experiências de trabalho colectivo, tenacidade, coragem e avanços na luta pela igualdade, pela defesa e exercício dos direitos, por melhores condições de vida e trabalho.

Poderíamos falar ainda das mulheres dos recibos verdes, empresárias em nome individual, que deram a voz e a cara para defender o direito a serem reconhecidas como trabalhadoras assalariadas; de mulheres profissionais dos escritórios, dos serviços e do comércio, mas estes são exemplos muito significativos de que vale a pena lutar, ter confiança num futuro melhor, mais justo, igualitário e fraterno.





Visitas fátuas

Depois de nos ter “brindado” com a 1.^a Governação Aberta, em Março de 1996, mais precisamente há três anos, o Sr. Primeiro-Ministro, António de Oliveira Guterres, regressa pela quarta vez ao Distrito. No passado fim-de-semana, foi à Feira do Fumeiro de Vinhais, estando anteriormente no Aeródromo de Bragança (em Agosto de 1997) a inaugurar as carreiras aéreas (por dois anos) e a entregar um cheque de 350 mil contos à empresa privada Aerocondor e no Parque da Natureza do Azibo (em Julho de 1998) a (re)inaugurar esse espaço, por várias vezes já inaugurado por membros do seu Governo.

Se a 1.^a Governação Aberta não passou de uma operação de marketing político, as restantes, incluindo a visita a Vinhais, ficaram-se por meras visitas fátuas. Quer dizer, são visitas que só duram uns instantes e só servem para a caravana/eleitoral/permanente do PS se pavonear, não tendo qualquer utilidade ou benefício.

É certo que o Primeiro-Ministro ou qualquer membro do Governo, se quiserem, podem vir sempre ao Distrito, mas também é verdade que a este Governo, o mínimo, que se exige é que cumpra as promessas que fez aos transmontanos.

O Nordeste Transmontano já não se compadece com visitas de contornos do tipo “corta-fitas”, à boa maneira do PSD.

Por isso mesmo, é oportuno aproveitar esta ocasião para (re)lembrar ao Sr. Primeiro-Ministro os compromissos que assumiu na sua 1.^a Governação Aberta.

Lembramos, por exemplo, a promessa dos 100 milhões de contos a aplicar no Distrito de Bragança, nos anos de 1997/98/99. Qual é, neste momento, o grau de aplicação desta verba? Foram realizados estudos e aprovado algum Plano de aplicação das mesmas? Qual a entidade ou estrutura responsável pela sua concretização?

A visita que Bragança esperava e continua aguardando com toda a expectativa é outra bem diferente. É de toda a justiça que este Governo regresse a Bragança para prestar contas do que prometeu, porque na altura até foi levado a sério.

Esperemos que essa visita se realize e, não seja substituída por um mega-comício de campanha eleitoral, acompanhado de um qualquer Quim Barreiros, onde a demagogia e o eleitoralismo esmagam tudo e todos, fugindo deliberadamente à prestação de contas.

Mesmo assim, a visita-relâmpago que o Primeiro-Ministro efectuou a Vinhais, no passado fim-de-semana, até podia ser útil se António de Oliveira Guterres aproveitasse

para esclarecer algumas questões como sejam:

– Por que é que é contra a criação da Universidade de Bragança?

– Por que é que é contra a instalação de uma Delegação da Polícia Judiciária em Bragança?

– Por que é que é contra a passagem a auto-estrada sem portagens do IP4 e do IP2?

– Por que é que é contra a construção de uma nova linha de caminho-de-ferro, no Nordeste, com ligação à Espanha?

– Por que é que é contra a extensão da Rede de Gás Natural à Região?

– Por que é que o seu Governo prometeu criar imensos postos de trabalho no Nordeste e, passado todo este tempo (3 anos), a montanha pariu um rato?

– Por que é que a política agrícola seguida pelo seu governo é tão ruínoza para os agricultores?

– Por que é que o IFADAP não despacha favorável e rapidamente os processos de construção dos Matadouros de Bragança e Vinhais?

– Por que é que ainda não implementou medidas de discriminação positiva (medidas aprovadas na Assembleia da República, em 1997), por forma a apoiar investimentos públicos e privados que favoreçam a instalação de novas empresas nomeadamente do sector agro-alimentar, na região?

– Por que é que o seu Governo não informa e esclarece com verdade sobre os propósitos espanhóis de instalar um cemitério de resíduos tóxicos nucleares em Aldeiadávila e utilizar para transvases os rios Douro, Tuela e Rabaçal?

São muitas as perguntas, tantas como as dúvidas. Mantemos a esperança de ser esclarecidos.

Um partido que se diz de esquerda tem a obrigação de não mentir e/ou iludir a verdade.

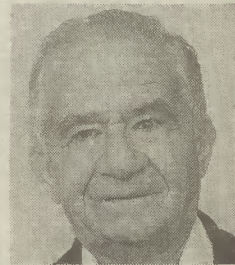
Visitas fátuas, não obrigado!

■ José Brinquete

A difícil procura da paz na Colômbia

Bem implantada nas selvas, vales e montanhas da Colômbia, uma guerrilha mal conhecida no mundo bate-se há mais de quatro décadas contra um exército armado e treinado pelos EUA.

O principal dirigente das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC, o comandante Manuel Marulanda Velez, ganhou com o tempo - hoje tem 69 anos - o perfil de um herói lendário da América Latina.



■ Miguel Urbano Rodrigues

Notável estratega e homem de acção, revolucionário profissional, Tiro Fijo - assim é conhecido por ser um atirador excepcional - participou pessoalmente de incontáveis combates e teve a cabeça a prêmio durante muitos anos. A sua morte foi anunciada vezes sem conto pela imprensa e pelo exército. Entretanto, ele logo reaparecia em algum lugar inesperado vibrando no inimigo golpes demolidores.

São comunistas os dirigentes das FARC, mas as circunstâncias da luta explicam a sua autonomia estratégica e tática relativamente ao Partido Comunista Colombiano.

As FARC funcionaram desde o início como guerrilha voltada para a autodefesa das populações, profundamente enraizada nas comunidades camponesas. Não pretenderam nunca, contrariamente a outros movimentos guerrilheiros, tomar o poder pelas armas. A amplitude da adesão popular permitiu-lhes, entretanto, libertar por largos períodos vastas regiões do país. Assim aconteceu com a chamada República de Marquetália, um território mais extenso do que muitas províncias portuguesas, onde o exército mal conseguiu penetrar durante anos.

As FARC estão conscientes de que o desaparecimento da URSS ao permitir o hegemonismo norte-americano sobre o planeta alterou profundamente a relação de forças preexistente, obrigando os movimentos revolucionários do Terceiro Mundo a repensarem estratégias e táticas.

Na sua Oitava Conferência, as FARC aprovaram uma plataforma tendente a «uma reconciliação e reconstrução nacional». Desse documento constam 10 Pontos fundamentais.

O prólogo do processo de paz foi moroso e complexo. Mas, de repente, o mundo tomou conhecimento de que Andres Pastrana, o novo Presidente da República, eleito pelo Partido Conservador, se havia encontrado com Marulanda. Este entregou-lhe então os 10 Pontos.

Numa entrevista concedida posteriormente a Patricio Echegaray, secretário-geral do Partido Comunista Argentino, o dirigente das FARC revelou a reacção do Presidente ao ler o documento:

«Pois, homem - disse então Pastrana - nestes dez Pontos tudo o que aqui se diz são obrigações do Estado para com os seus cidadãos.»

Tal desabafo é enganador e Marulanda sabia disso. Estava certo de que na mesa das negociações o governo levantaria obstáculos a cada reivindicação legítima das FARC. Estas abrangiam o essencial da sua Plataforma. Uma exigência básica da guerrilha levantou logo, nos encontros preparatórios, fortes objecções do exército: a desmilitarização integral de uma área de 42 mil km² escolhida para cenário do diálogo entre o governo e as FARC.



Funcionários públicos contra a destruição do Estado

Pastrana acabou, porém, por ceder e as tropas retiraram-se de uma zona quase desabitada de densas florestas, no Sul.

Finalmente, no dia 7 de Janeiro p.p., em San Vicente de Caguan, um decadente *pueblo* esquecido, principiaram as negociações oficiais. Na cerimónia de abertura estavam presentes observadores nacionais e internacionais convidados pelas duas partes.

Pastrana compareceu, mas não Manuel Marulanda. As FARC haviam tido conhecimento da existência de um plano ideado por forças da extrema-direita cujo objectivo era o assassinio de Tiro Fijo.

Não obstante a Agenda ser secreta, soube-se que as FARC colocaram na mesa os 10 Pontos. Conforme Marulanda havia dito na citada entrevista a Patricio Echegaray, foram discutidos os temas da terra, da saúde, da habitação, dos salá-



Cem mil pessoas manifestaram-se na Praça Bolívar, em Bogotá, nos finais do ano passado, contra a política imposta pelo FMI que gerou o mais elevado índice de desemprego registado nos últimos dez anos

rios e toda a problemática social e institucional de um país que é um caldeirão efervescente. Falou-se também da convocação de uma Constituinte, indispensável para a reforma do Estado.

Marulanda abstém-se sempre de apreciações críticas sobre os Acordos de Paz que puseram termo à guerra em El Salvador e na Guatemala, «porque as características e condições de cada lugar são diferentes». Mas deixou bem claro que na Colômbia «não haverá entrega de armas». As armas - disse a Echegaray - «continuarão a ser empunhadas até se conseguir a paz com justiça social (...) As nossas armas não nos estorvam; somos guerrilheiros, e também as terão as organizações de camponeses e de juventude e as juntas das comunidades. Não se diga então que as FARC não querem cumprir. Está aí a armadilha: no dia

em que o movimento camponês ficasse sem uma espingarda não haveria nada que fazer (...) Quando nos informam que urge fortalecer as forças armadas, que é necessário modernizá-las e prepará-las, apesar de nos dizerem que se trata de um desafio e que isso é para a paz, sendo assim, nós também precisamos de mais guerrilheiros, mais armas, mais dinheiro, de tudo mais para a paz. Assim o entendemos. Então de que paz nos estão a falar, se nem sequer dizem vamos desmobilizar parte do exército, reduzir o orçamento militar e outra série de coisas muito necessárias? Então, de que paz nos falam? Isso é o que tem de entender o povo e todas as personalidades com que falam, porque a linguagem não é clara».

A evolução dos acontecimentos não tardou a dar razão a Manuel Marulanda.

O Presidente Pastrana, pessoalmente, parece fazer jogo limpo. Na sua recente visita a Cuba - onde discutiu com Fidel e o venezuelano Chavez os problemas do Caribe -, deixou a imagem de um político honesto. Tem honrado os compromissos assumidos no processo de negociações. «Penso - declarou, após os primeiros encontros em San Vicente de Caguan - que estamos comprometidos, os dois lados, no processo de construção de uma nação pacífica». Não criticou a ausência de Marulanda e desabafou: «desejaríamos fazer a paz em paz, mas as condições actuais obrigam-nos a fazê-la no meio da guerra».

Confirmando que poderosas forças económicas e políticas estão empenhadas em sabotar o processo de negociações, as unidades paramilitares de Castaño lançaram em Janeiro uma campanha de terror contra aldeias supostamente ligadas às FARC. Centenas de camponeses foram assassinados numa orgia de barbárie.

As FARC retiraram-se então da mesa das negociações, informando que somente retomariam o diálogo quando o exército cumprisse o seu dever, intervindo contra os bandos paramilitares. Isso não aconteceu; na prática existe uma cumplicidade transparente entre o comando das Forças Armadas e os bandos terroristas da extrema-direita que chacinam camponeses indefesos.

A 7 de Fevereiro findou o prazo estabelecido para a desmilitarização da zona das negociações. Em Bogotá admitiu-se que o exército iria voltar. Pastrana decidiu, contudo, prolongar por mais 90 dias o período de distensão. As portas do diálogo não foram fechadas.

As perspectivas da retomada do processo de paz não justificam, porém, uma atitude de optimismo.

O domínio norte-americano

Oficialmente, os EUA adoptaram uma postura distanciada. Washington veria com satisfação na Colômbia um tipo de Acordo de Paz que, de algum modo, tomasse como modelo os de El Salvador e da Guatemala.

Tal saída não parece, contudo, provável. Os 10 Pontos das FARC expressam reivindicações

inaceitáveis para a engrenagem que na Colômbia, sob tutela norte-americana, controla o Poder.

O envolvimento dos EUA no país é avassalador. Os interesses norte-americanos no país - um gigante com 1.140.000 km² e 35 milhões de habitantes - representam muito mais do que a totalidade dos relativos ao conjunto dos cinco estados da América Central.

As chamadas exigências do combate ao narcotráfico encobrem mal uma política de dominação semicolonial humilhante para o povo colombiano. O ex-embaixador dos EUA, Frechette, pronunciava-se rotineiramente sobre as leis aprovadas no Parlamento colombiano e criticava em entrevistas e conferências de imprensa os actos do Governo. O anterior presidente, Samper, foi inclusive proibido de entrar em território norte-americano por suposta cumplicidade com o narcotráfico.

No tocante à «ajuda económica», a Colômbia é, depois de Israel e Taiwan, o país que recebe mais dinheiro de Washington a fundo perdido. Este ano o total previsto excede 420 milhões de dólares. Oficiais e tropas especiais das forças armadas dos EUA movimentam-se livremente, sem qualquer controlo pelo território colombiano. No momento, o número de «assessores» militares excede as três centenas.

A própria imprensa dos EUA salientou, entretanto, que as FARC têm respeitado escrupulosamente os compromissos assumidos durante a fase das negociações prévias. Da sua boa-fé faz prova a distribuição em San Vicente de Caguan no próprio dia 7 de Janeiro de milhares de tarjetas em que a organização guerrilheira tornava público o seu propósito de criar uma organização política adequada para a intervenção no sistema institucional em defesa da independência nacional: o Movimento Bolivariano para a Nova República.

A suspensão do processo foi uma decisão das FARC. Uma força combatente de mais de 7000 homens, que em 40 anos de luta ganhou uma auréola de invencibilidade, tende a encarar com muita serenidade e paciência o diálogo com o governo sobre uma paz difícil.

Pastrana não atingiu o ambicioso objectivo fixado. A interrupção das negociações de paz demonstrou que o Presidente da República não consegue controlar os poderosos grupos paramilitares terroristas, interessados na continuação da guerra.

O apelo de Marulanda ao internacionalismo militante

«Para nós é muito alentador que hoje, novamente, em muitos países, independentemente da derrocada do socialismo, os povos comecem a encarar as suas próprias lutas para conquistar o bem-estar de acordo com as suas condições. Essa é uma lei natural porque se levamos em conta que o socialismo caiu, as carências dos povos permanecem. O capitalismo pode sentir-se contente, mas não nós. Se o socialismo se tivesse desmoronado e a situação tivesse mudado, então, homem, haveria uma justificação, mas nada mudou, pelo contrário, a situação piorou. Então que perspectiva se abre aos povos: a luta e o caminho das transformações. Nessas condições também as vanguardas, em cada país, terão que tomar medidas, reunir e procurar caminhos, estabelecer princípios de solidariedade entre uns e outros, todo o tipo de solidariedades. No nosso caso, desde armas até ao gesto de um partido irmão que nos diz poder publicar um artigo nosso e divulgá-lo. Se um dia destes um médico nos diz «quero ajudar num posto sanitário», pois que venha, porque aqui há muito que fazer, tudo isso é parte da solidariedade. Nós podemos ajudar em algumas experiências, no intercâmbio, na moral, e em outros aspectos. Tudo isso faz parte da luta dos povos. Acreditamos ser indispensável tentar a aproximação de todas as vanguardas para ir projectando as lutas, porque o imperialismo está unido para impedir o desenvolvimento das lutas revolucionárias.

(Extraído da entrevista de Manuel Marulanda, comandante das FARC e membro do Comité Central do Partido Comunista Colombiano, a Patricio Echegaray, secretário-geral do Partido Comunista Argentino. Para a transcrição foi utilizado o texto divulgado por «Resumen», n.º 38, jornal editado em Barcelona pela Associação Latino-Americana de Cultura Popular.)

AGENDA

Reuniões e Plenários

1.ª Assembleia da Organização Regional do Alentejo

Pavilhão Polivalente do Bacelo, em Évora
Domingo, 28, 10h, com a participação de

CARLOS CARVALHAS,

que intervirá na sessão pública de encerramento, às 17h



5.ª Assembleia da Organização Regional de Viseu

Domingo, 28, 15h

Salão da Assembleia Municipal (Solar dos Peixotos)



3.ª Assembleia da Org. Regional de Viana do Castelo

Sábado, 27, 15h

Soc. Instrução e Recreio Darquense (Darque), com a participação de

HENRIQUE DE SOUSA e ANTÓNIO LOPES



6.ª Assembleia da Organização Concelhia de Aveiro

Sábado, 27, às 15h, na Biblioteca Municipal, com a participação de

AGOSTINHO LOPES



5.ª Assembleia da Organização Concelhia de Oeiras

Sábado, 27, às 14h30, no Aud. da Fac. de Motricidade Humana

com a participação de

JOSÉ CASANOVA



Assembleia da Organização Concelhia da Chamusca

Domingo, 28, 10h, Edifício Custódio (Mira)



5.ª Assembleia da Organização do Sector Público da ORL

Sábado, 27, às 10h30, no CT Vitória

PORTUGAL 2000

DEBATES PARA UMA POLÍTICA DE ESQUERDA



HOJE, 25 de Fevereiro

Política de Ambiente, o presente e o futuro

- debate moderado por Ana Carita e com a participação de

Almiro Lopes, Ana Maria Bettencourt, António Avelãs,

José Morgado, Lurdes Silva

Lisboa, Auditório da Casa do Fado e da Guitarra Portuguesa - 21h



Segunda-feira, 1 de Março

Novas tecnologias, trabalho e emprego

- debate com a participação de

Bragança de Miranda, Carvalho da Silva, Edgar Correia,

Francisco da Silva, Nuno Pinhão

Lisboa, Hotel Continental (R. Laura Alves), Sala Vasco da Gama, 3 - 18h

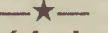
Hoje, no Porto

Auditório do CT da Boavista, 21h30

Debate sobre o livro *A «Aldeia-Mundo» e o seu Castelo*

de Philippe Paraire, recentemente lançado pelas Edições Avante

Intervenções de Carlos Aboim Inglez, Carlos Pimenta, Sérgio Ribeiro



68.º aniversário do «Avante!»

Lisboa - Jantar-convívio

no CT da Av. Duque de Loulé, dia 26, às 20h

com a participação de Sérgio Vilarigues

Tarrafal, um doloroso degrau para atingir o 25 de Abril
ROMAGEM AO MAUSOLÉU DOS TARRAFALISTAS

no Alto de São João

promovida pela URAP, Sábado, 27 de Fevereiro, 11h

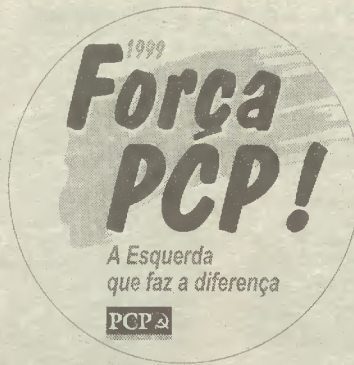
Faro
Encontro Regional da CDU

Sábado, 27, das 15 às 18h, no CT do PCP, com a participação de Luís Sá

Visita de eleitos na freguesia e no concelho
à FREGUESIA DE ALHANDRA

Dia 27 às 10h (Concentração no CT do PCP), seguindo-se às 13h almoço no mesmo local e debate com a população às 15h no Salão da JF

CDU



• ALMADA

Célula da Lisnave/Gestnave

- Hoje, dia 25, 17h, CT Concelhio

Célula dos Trabalhadores da CMA

- Hoje, 25, 17h30, CT da Amadora

• AMADORA

4.ª Assembleia da Organização da Buraca -

Sábado, 27, 15h,

Salão da Junta de Freguesia

Célula dos Trabalhadores da CMA

- Hoje, 25, 17h30, CT da Amadora

• LISBOA

Bancários Reformados

- Hoje, dia 25, 14h30, CT Vitória

• PORTO

Reunião de Quadros ligados

a tarefas de Fundos nas org.

concelhias e sectores profissionais,

com a participação de Emídio Ribeiro

- Sexta-feira, dia 26, 21h30, CT Boavista

• SAMORA CORREIA

Assembleia da Organização da Freguesia,

com a participação de Jorge Cordeiro -

Sábado, 27, 21h, CT de Samora

• SANTARÉM

Reunião com trabalhadores

comunistas da Administração Pública, com

a participação de Domingos Abrantes -

Sábado, 27, 15h,

CT de Santarém

• SINTRA

Assembleia da Organização

de Rio de Mouro - Sábado, 27, 16h,

CT de Rio de Mouro, antecedido de almoço-

convívio no mesmo local

(às 13h)

Comissão Concelhia de Sintra

- Hoje, dia 25, 21h, CT do Cacém

Militantes das freguesias de Sta. Maria

e S. Martinho

- Dia 26, 21h30, CT de Sintra

Militantes da Freguesia de Montelavar -

Dia 27, 21h30, CT local

Encontro Concelhio sobre o trabalho

autárquico - Sexta-feira, 5 de Março, 21h,

no Salão da Igreja de Rio de Mouro

• SOBRAL DE MONTE AGRADO

Reunião de Mulheres

- Hoje, 25, 20h

• TORRES VEDRAS

Militantes do concelho

- Dia 26, 21h30, CT

• V. FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes sobre a situação

internacional, com a participação de

Manuela Bernardino

- Sábado, 27, 16h, CT local

• V. NOVA DE GAIA

Assembleia Plenária de Olival - Dia 26

Assembleia Plenária de S. Félix Marinha -

Dia 27, 21h30, Junta de Freguesia

Assembleia Plenária de Santa Marinha -

Dia 27, 15h, CT

PORTO

Sábado, 27, 14h, CT da Boavista

Reunião sobre

o Associativismo Popular

Participação de Carlos Rabaçal

Porto, sábado,

27 de Fevereiro

JCP em luta pelo futuro

no Mercado Ferreira Borges

Arruada com concentração

na Praça da Batalha, às 15h

Desfile até ao Jardim do Infante

Intervenções políticas de José Pedro Rodrigues (JCP)

e do Secretário-geral do PCP, CARLOS CARVALHAS

Festa - Capoeira, jambés, malabarismo, grafitti...

Concerto entrada livre - às 22h, Merc. Ferreira Borges,

com os ZEN



Reuniões e debates

preparatórios do 6.º Congresso da JCP

PORTO - Organização da Fac. Letras da UP para discussão das

propostas Resolução - dia 25, 16h30, CT da Boavista; Debate

"A Juventude Trabalhadora" - dia 26, 21h30, JF de Campo;

Organização JCP Gaia - dia 28, 15h, CT Gaia; Plenário da Org.

Ensino Superior do Porto - dia 3 de Março, 21h, CT Boavista;

Debate sobre educação sexual - dia 26

LISBOA - Plenário da Org. do Ensino Superior de Lisboa sob o

tema «Políticas de Esquerda para a Juventude» - dia 3, 21h, CT

Vitória, com a participação de José Casanova; Colectivo Esc. Sec.

Luís de Gusmão - dia 27, 15h, CT da Graça; Colectivo de

Benfica - dia 28, 15h30, CT de Benfica; Colectivo do Secundário

da Freg. Vila Franca de Xira - dia 25; Colectivos de Alhandra e

Forte da Casa - dia 26; Plenário concelhio de Vila Franca de

Xira, com Luísa Araújo - dia 27, 15h30, CT de Vila Franca;

Debate «Encontro de culturas, partilhar ideais, combater o

rascismo» - dia 26, sede nacional da JCP; Colectivo de Alverca -

dia 2 de Março, 21h30, CT Alverca; Plenário concelhio da

Amadora, com Ricardo Oliveira - dia 27, 15h, CT Amadora;

Colectivo de Queluz - dia 27, 18, CT Queluz; Colectivo Zonas

Rurais do concelho de Sintra - dia 27, 16h, CT Sintra; Colectivo

de Algueirão-Mem Martins - dia 28, 21h30, CT Algueirão;

Colectivo do Secundário de Sintra - dia 2 de Março, 21h30,

CT Cacém; Colectivo de Tires - dia 1 de Março, 21h30, CT Tires;

Debate sobre o Tratado de Amsterdão - dia 26

AVEIRO - Debate sobre toxicoddependência em Espinho - dia 26

COIMBRA - Debate sobre toxicoddependência - dia 25

COVILHÃ - Sessão-debate sobre os 40 anos da revolução

cubana - dia 25

ÉVORA - Debate com José Casanova: «A actualidade do Ideal

Comunista» - Hoje, dia 25, às 21h30, no Monte Alentejano

FARO - Debate sobre «O Ideal Comunista» - dia 26

GUARDA - Debate sobre toxicoddependência - dia 26

SANTARÉM - Debate sobre toxicoddependência - dia 26

Comemorações do
78.º Aniversário do PCP

Jantar-convívio na MOITA

6 de Março, 19h, Pav. Municipal de Exposições, com Carlos Carvalhas

Almoço-convívio da Zona Norte de LISBOA

27 de Fevereiro, 13h, CT do Lumiar, com Rosa Rabiais

Almoço-convívio nas CALDAS DA RAINHA

7 de Março, 13h, CT, com Rosa Rabiais

Convívio - «Desmancha do porco» em TIRES

28 de Fevereiro, 12h, CT, com José Casanova

Almoço-convívio em VENDAS DE AZEITÃO

7 de Março, no G.M.U.P., com Octávio Teixeira

Jantar-convívio na MARINHA GRANDE

6 de Março, 20h, na Ordem, com Domingos Abrantes

Almoço-convívio em ÉvORA

6 de Março, 13h, no Páteo Alentejano, com Álvaro Cunhal

Exposição comemorativa na COVILHÃ

De 25 a 28 Fev. das 14 às 20h, no Teatro Cine

Jantar-convívio na COVILHÃ

6 de Março, 20h, no G.D. Águas do Canhoto, com Luísa Araújo

Almoço-convívio no SEIXAL

7 de Março, 13h, na Quinta Valenciana, com Álvaro Cunhal

Almoço-convívio em ALCOCHETE

6 de Março, 20h

Almoços-convívios em ALMADA

Almada (CT) Cova da Piedade (CT) Pragal (Rest. Rianço)

- 6 de Março, 13h

Quinta da Atalaia, Caparica, Charneca, Laranjeiro - 7 de Março, 13h

Jantar-convívio no BARREIRO

13 de Março, 20h, nos Penicheiros, com Álvaro Cunhal

Almoço-convívio em SESIMBRA

7 de Março, 13h, no CT da Quinta do Conde

(Inscrições abertas nos Centros de Trabalho das organizações respectivas)

Carlos Carvalhas hoje em visita ao Barreiro

O Secretário-geral do PCP visita hoje, dia 25, o Barreiro

com o objectivo de melhor conhecer a intervenção autárquica

na requalificação do concelho e as questões ligadas

ao local proposto pelo Governo para a Estação de Tratamento

de Resíduos Industriais Perigosos.

A visita tem início às 10h com uma recepção nos Paços do Concelho

e prossegue depois no Parque Industrial da Quimiparque,

Teatro Municipal e Parque Municipal dos Casquilhos.

TELEVISÃO

Quinta, 25

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.25 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 As Lições do Teneas
21.10 Grande Entrevista
23.10 Anúncios de Graça
23.45 Miguel Ângelo ao Vivo
01.00 24 Horas
01.50 Em Busca do Ouro Perdido
(de Ruggero Deodato, It/1995, com Bud Spencer, Philip Michael Thomas. Comédia)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.35 Revolta na Bounty
(de Frank Lloyd, EUA/1935, com Charles Laughlin, Clark Gable, Franchot Tone. Ver Destaque)
17.30 Euronews

Sexta, 26

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Chiquititas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
20.55 Casa Cheia
21.25 Uma Casa em Fancos
22.25 Docas
23.40 Serviço de Urgência
00.35 24 Horas
01.10 NBA

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 A Terra
16.35 Encontros Imediatos
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Espectáculo e Negócios
21.00 Portugalmente

Sábado, 27

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
11.35 Made in Africa
12.35 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Top+
15.05 Espelho Meu
15.35 Saber & Fazer
16.15 O Rapaz e o Mundo
17.00 Elite Model Look
18.05 Estrada Viva
18.40 Santa Casa
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Beira Mar-Sporting
23.00 Nash Bridges
00.05 24 Horas
00.45 O Vício do Jogo
(de Karel Reisz, EUA/1974, com James Caan, Paul Sorvino, Lauren Hutton, Burt Young, James Woods. Drama)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Cidade Louca
13.00 Contos Fantásticos
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2

Domingo, 28

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.05 Que Vida Esta
16.10 Sub 26
17.05 A Ferro e Fogo
18.10 Já que Falamos de Sexo
18.50 GLX
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
21.20 Jet Set
21.55 Débora
22.35 Julgamento e Castigo
23.40 Domingo Desportivo
01.10 Perigo Iminente
02.05 24 Horas

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.20 Um Mergulho no Mundo
12.10 Heróis em Acção
13.40 Evita Peron
14.30 Murphy Brown
15.00 Desporto 2
18.00 Jornal de África
18.40 A História de Nikita
19.30 Bom Bordo
20.05 Os Simpsons

Segunda, 1

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Malha de Intrigas
16.25 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Nós, os Ricos
21.35 Canções da Nossa Vida
23.00 A Guerra Fria
00.05 24 Horas
00.35 RTP/Financial Times
00.55 Máquinas
01.30 Amigos

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Rumo ao Sul
16.35 O Nosso Charly
17.30 Madeira
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jogo Falado
23.50 Novos Heróis

SIC

08.00 Buééré
11.00 SIC 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.30 Camilo na Prisão
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda dos Milhões
00.10 Duetos Imprevistos
01.15 Último Jornal
01.50 Casablanca
(de Michael Curtiz, EUA/1942, com Humphrey Bogart, Ingrid Bergman,

Terça, 2

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.40 Esmeralda
15.35 Malha de Intrigas
16.25 O Amigo Público
18.15 País, País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.00 Cromos de Portugal
21.45 Herman 99
23.55 Dharma e Greg
00.25 24 Horas
01.10 Sequest, Brigada Submarina

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 E Proibido Amar
(de Don Hartman, EUA/1951, com Lana Turner, Elio Pinza, Marjorie Main, Barry Sullivan. Drama)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Documentário
21.05 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 The Crown and the Country
23.20 Ler para Crer
00.20 À Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buééré
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.30 Camilo na Prisão
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Conversa da Treta
21.30 Cantigas de Mal Dizer
22.30 Torre de Babel
23.45 Esta Loira Mata-me

Quarta, 3

RTP 1

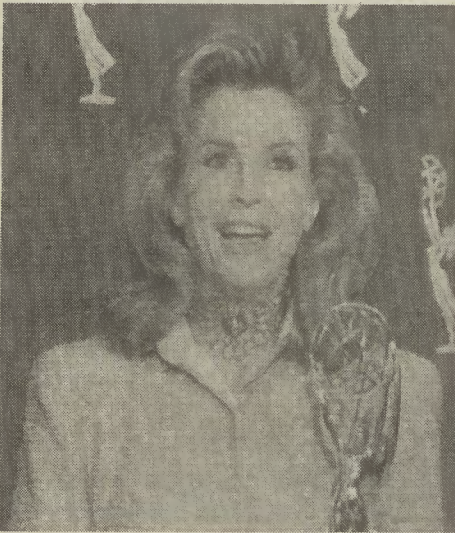
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
19.35 Futebol: Manch. United-Inter de Milão
21.45 Telejornal
22.45 A Última Caminhada
(de Tim Robbins, EUA/1995, com Susan Sarandon, Sean Penn, Robert Prosky. Ver Destaque)
01.00 Liga dos Campeões
02.05 24 Horas
02.55 Rotações

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Derrick
16.35 Páginas Negras
(de Patricia Highsmith
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.15 Tempos Modernos
21.05 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Zoom
23.45 Carlos Cruz
00.45 Poltergeist

SIC

08.00 Buééré
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.30 Camilo na Prisão
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Conversa da Treta
21.30 Cantigas de Mal Dizer
22.30 Torre de Babel
23.45 Esta Loira Mata-me



Helen Hunt e Candice Bergen voltam às nossas TV's com as séries que lhes deram prémios

18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
20.10 Eu, César
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Cruel Vitória
(de Nicholas Ray, Fr/1957, com Richard Burton, Curd Jürgens, Ruth Roman, Raymond Pellegrin. Ver Destaque)
00.40 O Século Americano

SIC

08.00 Buééré
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.30 Camilo na Prisão
18.00 Meu Bem Querere
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Um Sariho Chamado Marina
21.30 Ponto de Encontro
22.30 Torre de Babel
23.50 Donos da Bola
02.30 Último Jornal

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Terra, Conflito Final
23.00 O Colar da Morte
(de Lewis Teague, EUA/1991, com James Remar, Joan Chen, Mimi Rogers, Rutger Hauer. Acção)
01.00 Doido por Ti
01.50 O Mundo do Futebol
02.20 A Esquadra de Brooklyn

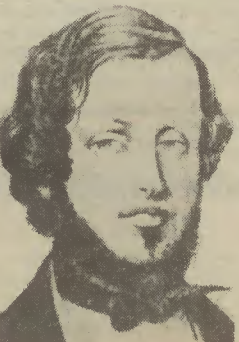
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 Noites Brancas
(«Adoro Sarihos», longa-metragem de Charles Shyer, EUA/1994, com Nick Nolte, Julia Roberts, Saul Rubinek, James Rebhorn, Robert Loggia. Comédia)

SIC

08.00 Buééré
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.30 Camilo na Prisão
18.00 Meu Bem Querere
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Um Sariho Chamado Marina
21.30 Ponto de Encontro
22.30 Torre de Babel
23.50 Donos da Bola
02.30 Último Jornal

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 Loss of Faith
(de Alan A. Goldstein, EUA/1997, com Daphne Zuniga, Linda Roy, John Ritter, Samantha Eggar. Drama)
01.30 Doido por Ti
01.50 Puerto Querido
(de Gabriele Salvatores, It/1993, com Diego Abantiunono, Valeira Golino, Claudio Bisio. Drama)
04.00 A Esquadra de Brooklyn



Em «O Lugar da História» esta semana fala-se de Garrett

18.40 Blake e Mortimer
19.10 2001
19.40 Os Simpsons
20.10 Horizonte
20.50 Caminho das Estrelas
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História - Almeida Garrett
23.35 Alió, Alió!
00.05 Crimes do Pior
00.35 Smith e Jones
01.00 Os Amantes de Maria
(de Andrei Kontchalovsky, EUA/1984, com Nastassja Kinski, John Savage, Robert Mutchum, Keith Carradine. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buééré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show Sic
18.00 Futebol: Alverca-Benfica
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.00 Ai os Homens!
23.15 Mulher
00.15 O Sexo e a Cidade
00.45 Dias do Paraíso
(de Terrence Malick, EUA/1978, com Richard Gere, Brooke Adams, Sam Shepard, Linda Manz. Ver Destaque)
02.50 Último Jornal

TVI

09.00 S.O.S. Urgências
09.35 Animação
13.30 Desporto
14.55 Acção em Acapulco
15.45 Um Dia, Um Desconhecido
(de Michael Miller, EUA/1994, com Robert Urich, Stacey Haiduk, Darren McGavin. Drama)
17.25 Acidente Explosivo
(de Dick Lowry, EUA/1990, com Daniel J. Travanti, William Daniels, Joe Morton. Drama)
19.00 Escola de Verão
(de Carl Reiner, EUA/1988, com Mark Harmon, Kirstie Alley, Dean Cain, Cameron, Gary Riley. Comédia)
21.00 Directo XXI
22.00 Corpo Perfeito
(de Douglas Barr, EUA/1996, com Amy Jo Johnson, Brett Cullen, Wendie Malick, Ray Baker. Drama)
24.00 Cyber: O Executor
(de Richure Pepin, EUA/1995, com Richard Norton, Stacie Foster, Steve Burton, Abby Dalton. Acção)
02.00 A Esquadra de Brooklyn

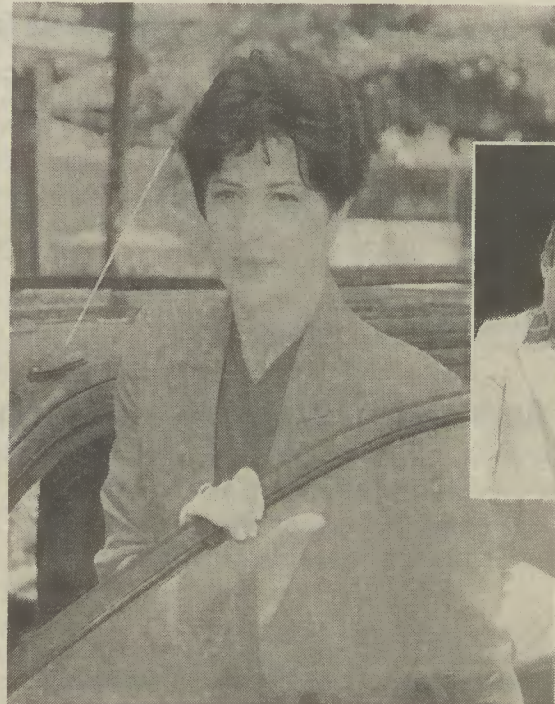
20.30 Onda Curta
(O Meu Amigo Rachid, de Philippe Barassat, Fr/1997: O Baile do Minotauro, de Lorenzo Recio, Fr/1997. Curtas-Metragens)
21.00 Artes e Letras - «Rod Serling» (Parte II)
22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Olhos nos Olhos

SIC

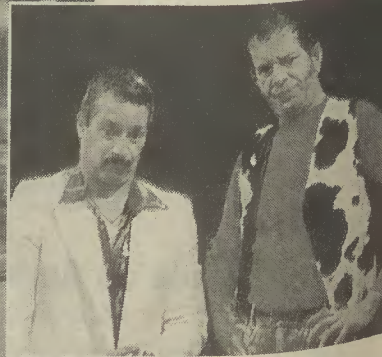
08.00 Buééré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.55 O Intruso Adorável
(de Lasse Hallstrom, EUA/1991, com Richard Dreyfus, Holly Hunter, Danny Aiello, Gena Rowlands. Ver Destaque)
16.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
17.30 Os Cinco Pestinhas
(de Arthur Hiller, EUA/1996, com Tom Arnold, David Paymer, Rhea Perlman. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
21.05 Polícias à Solta
21.30 Chuva de Estrelas
22.45 Hilda Furacão
23.40 Theima e Louise
(de Ridley Scott, EUA/1991, com Susan Sarandon, Geena Davis, Harvey Keitel, Brad Pitt. Ver Destaque)
02.15 Último Jornal
02.50 Dra. Quinn
03.50 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.10 Missa
13.00 Os Últimos Paraísos na Terra
14.00 Promessa Traída
(de Bill L. Norton, EUA/1996, com Cheryl Ladd, Nick Mancuso, Mike Farrell. Drama)
15.40 Os Últimos Dias do Paraíso
(de John McTiernan, EUA/1992, com Sean Connery, Lorraine Bracco, José Wilker. Drama)
17.35 Plumpf Chatos: Assassinos Chatos
(de Bob Koherr, EUA/1996, com Jennifer Rubin, Julie Brown, Paul Dinello. Comédia)
19.30 Futebol (Camp. de Itália)
21.15 Directo XXI
22.00 Culpado ou Inocente
23.00 Morte no Rio Grande
(de Rob Iscove, EUA/1993, com Victoria Principal, Peter Onorati, Sean Murray. Drama)
00.45 Sol e Toiros
(de José Buchs, Port/1957, com Manuel dos Santos, Ana Paula, Eugénio Salvador, Costinha, Leonor Maia. Drama)



Com os maus à beira do castigo, «Torre de Babel» vai continuar no 1º lugar do Top de Audiências...



... mas «Conversa da Treta», quem diria?!, está-lhe por perto...

Paul Henreid, Claude Rains, Peter Lorre. Ver Destaque)
04.15 Vibrações

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 A Justiciera
23.00 Na Mente da Vítima
(de Robert Iscove, EUA/1997, com Nicolle Sheridan, Stacy Keach, Peter Coyote. Drama)
00.50 Doido por Ti
02.35 A Esquadra de Brooklyn

23.15 Casos de Polícia
00.15 Balada de Nova Iorque
01.15 Toda a Verdade
02.20 Último Jornal
03.15 Vibrações

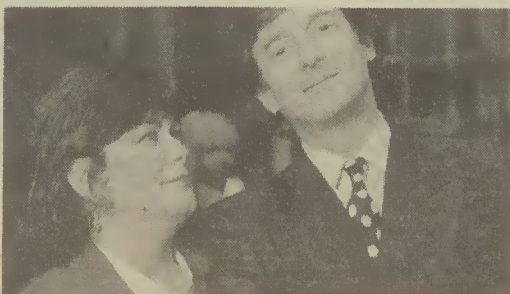
TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Sementes de Guerra
(de J. Christian Ingvordsen, EUA/1993, com Lance Henriksen, Billy Drago, Martin Kove. Drama)
24.00 Cal Squad, Grupo Antiterrorista
(de William Friedkin, EUA/1986, com Joe Cortese, Stephen W. James, Jack Youngblood. Acção)
02.30 Doido por Ti
03.10 Feedback

(de Jerry Rees, EUA/1991, com Kim Basinger, Alec Baldwin, Elizabeth Shue. Comédia Romântica)
02.50 Último Jornal
03.55 Vibrações

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.30 Quero Justiça!
22.00 Mr. Jones
(de Mike Figgis, EUA/1993, com Richard Gere, Lena Olin, Anne Bancroft, Tom Irwin, Delroy Lindo. Melodrama)
00.10 Os Vigilantes
01.10 Doido por Ti
01.45 Ponto Final
02.05 Lanterna Mágica
02.20 A Esquadra de Brooklyn



«Crimes do Pior»: sempre ao fim da noite, ao sábado

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Revolta na Bounty

(Quinta, 15.45, RTP2)

Em 1787, o navio *Bounty* parte para Tahiti com o objectivo de uma missão científica. O comandante do navio, *Blight*, com a crueldade dos seus comportamentos, suscita a indignação do oficial aspirante *Byam*. A tripulação partilha essa indignação e amotina-se sob o comando de *Christian*, desviando o barco para a ilha de *Pitcairn*. Perseguido pelo ódio de *Blight*, que foi recolhido pelo navio *Pandora*, *Byam* é levado a conselho de guerra, onde denuncia as crueldades de *Blight* e é absolvido.

Eis a melhor versão de todas as que foram até hoje realizadas sobre este mesmo tema, sobretudo pela brilhante interpretação de *Charles Laughton* no papel de *Blight* e pela intensa beleza da encenação de *Frank Lloyd*. Nos papéis principais, ainda *Clark Gable* e *Franchot Tone*.



Clark Gable e Charles Laughton enfrentam-se em «Revolta na Bounty», de Frank Lloyd



Richard Gere e Brooke Adams em «Dias do Paraíso», de Terrence Malick

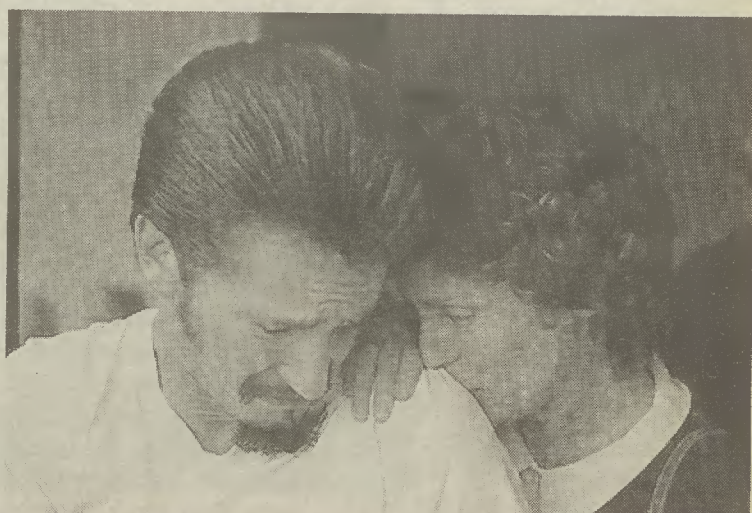
Cruel Vitória

(Quinta, 22.50, RTP2)

Adaptado do romance homónimo de *René Hardy*, *Cruel Vitória* é (apenas!) um dos melhores filmes que as televisões apresentam esta semana. Uma obra de *Nicholas Ray* que é uma amarga reflexão sobre a guerra e as suas inesperadas consequências nos que dela são os protagonistas mais visíveis: em plena II Grande Guerra, durante a «Batalha do Deserto», um comando britânico é encarregado da missão de capturar uma série de documentos do exército nazi num ataque ao Quartel General de Benghazi - o pano de fundo para o realizador escarpelizar as relações contraditórias entre dois homens (*Richard Burton* e *Curd Jurgens*, com excelentes interpretações) que o passado e o presente ligam a uma mesma mulher. Um filme em magnífico preto e branco, cujo formato em *cinemascope* se espera seja respeitado, como merece.



Susan Sarandon e Geena Davis em «Thelma e Louise», de Ridley Scott



Um dos momentos mais dramáticos de «A Última Caminhada», de Tim Robbins, com Sean Penn e Susan Sarandon

Dias do Paraíso

(Quinta, 00.45, SIC)

Segunda longa-metragem realizada em toda a sua carreira por *Terrence Malick* (a terceira, *A Barreira Invisível*, foi no passado Domingo galardoada com o Urso de Ouro no Festival Internacional de Cinema de Berlim, 20 anos depois!), *Dias do Paraíso* é outro destaque da semana já que, extremamente parco em diálogos, é um filme que apresenta um impressionante fôlego e mestria na forma como que se narra uma história em cinema. Uma história de fortes implicações sociais que se desenrola no princípio do século, pouco antes da entrada dos EUA na I Grande Guerra, na época da industrialização da agricultura nas grandes propriedades do Texas, com todos os problemas de mão-de-obra que gerou - e pano de fundo para os dramas de paixão e adultério vividos por três personagens (um operário de Chicago que para ali emigrou com a sua namorada e um rico fazendeiro local que se apaixona por esta), contados pelos olhos da jovem irmã do operário. Fabulosamente fotografado por *Nestor Almendros*, *Dias do Paraíso* conta ainda com uma das melhores partituras escritas para o cinema por *Ennio Morricone* e a presença de *Richard Gere*, *Brook Adams* e *Sam Shepard* em três excelentes papéis.

Os Amantes de Maria

(Sábado, 01.05, RTP2)

Primeiro filme realizado nos EUA por *Andrei Konchalowsky*, após o seu êxito internacional com *Sibiriade*, *Os Amantes de Maria* é um filme sensível, e por vezes brilhantemente encenado, que nos conta a história de um soldado regressado no fim da II Guerra Mundial à sua terra natal, *Brownsville*, *Pennsylvania*, após ter passado pelas agruras de um campo de concentração japonês. Ainda traumatizado pelos horrores da guerra, reencontra o seu amor de infância, *Maria*, com quem casa, mas o insucesso sexual leva o casal à separação. Destaque para a excelente e comovente interpretação de *Nastassja Kinski* e para a integração de cenas filmadas a «preto e branco» por *Konchalowsky* no interior de uma sequência do famoso documentário *Let There Be Light*, de *John Huston*, com que o filme abre.

O Intruso Adorável

(Domingo, 14.00, SIC)

As referências apontam a este filme excelentes qualidades no que se refere ao desempenho interpretativo dos principais actores e actrizes (ao que parece, nalguns casos, com criações acima da média) e também à escrita dos diálogos, ao mesmo tempo que é apontada ao argumento e à sua concretização fílmica a principal para ser possível considerarmos estar perante uma obra acabada. Por isso, esta história de uma jovem que procura trazer para o seio da sua família um homem que conheceu num curso no estrangeiro e que desde logo imaginou como sendo um potencial marido perde, por vezes, pela sua inverosimilhança desajeitada, a capacidade de insinuação junto do espectador, que se limita a admirar as notáveis criações de *Holly Hunter*, *Richard Dreyfus* ou *Danny Aiello*.

Thelma e Louise

(Domingo, 23.40, SIC)

Posto em cena com inegável brilhantismo por um realizador inteligente - *Ridley Scott* - que, além do mais, tem marcado as suas

obras por um inegável sentido do cinema aliado a uma perfeitíssima mestria técnica (como pode comprovar-se em filmes tão diversos como *Alien*, *Blade Runner* ou *Cristóvão Colombo*) este é um «filme de estrada» que tem a particularidade de ser protagonizado por duas mulheres - *Thelma* e *Louise* - que, fartas da monotonia e frustração da sua vida quotidiana, decidem gozar em grande um fim-de-semana, tudo acabando por se transformar num inquietante filme de *suspense*. Como principais protagonistas, *Susan Sarandon* e *Geena Davis*, desempenham aqui dois dos melhores papéis das suas carreiras.

Casablanca

(Segunda, 01.50, SIC)

Que poderá dizer-se mais?

CABO & SATÉLITE

Futebol de Sala



Não é muito popular entre nós - sobretudo porque, quanto a instalações, estamos conversados! - mas até tem um *Campeonato da Europa* e tudo. É o futebol de sala, cuja competição deste ano começou na passada segunda-feira e durará ainda até domingo próximo, agora nesta fase com as meias-finais e as finais. Pode acompanhar os desafios através do *Eurosport* e a partir do pavilhão de Granada, na qual a Espanha fará valer o seu papel de equipa favorita, com as vedetas *Javier Lorente*, *Paulo Roberto* ou *Vincenín Martínez*. Mas a Rússia, a Croácia e a Holanda também têm uma palavra a dizer. (*Eurosport*, quinta, às 17.30 e 23.00; sexta, às 17.30; domingo, às 20.30)

Uma obra rara de Abel Gance

Ambiciosa, como todas as obras cinematográficas do cineasta francês *Abel Gance*, *La Dixième Symphonie* (1918) é um filme que nos conta a trajetória difícil de um músico genial que experimenta grandes dificuldades em fazer reconhecer o seu mérito. Para este filme mudo, *Gance* encomendou a um jovem compositor, *Michel-Maurice Lévy*, a partitura original para acompanhar a sua projecção - mas a maioria das salas de cinema não tinham condições para tal e a película conheceu um

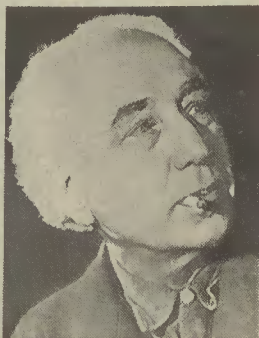
relativo fracasso. Uma cópia deste filme está guardada na *Cinemateca Francesa* e é essa cópia que é transmitida pelo canal *Arte*. A descobrir. (*Arte*, quinta, das 23.00 às 00.40)

Humor na GNT

É cada vez mais aliciante a alternativa que constitui, em relação a hábitos televisivos



criados, uma saltada de vez em quando ao canal brasileiro *GNT*, onde podemos assistir a excelentes entrevistas, interessantes programas culturais e também programas de entretenimento. Entre estes últimos, o conselho vai desta vez para «*TV Pirata*», um programa cómico da *TV Globo* que é uma lufada de ar fresco em termos de televisão. Frequentado por artistas de qualidade como *Cristina Pereira*, *Regina Casé*, *Cláudia Raia* ou *Debra Boch*, «*TV Pirata*» é, ao mesmo tempo, um gozo às estações de televisão. (*GNT*, sábados, das 21.30 às 22.30)



Lugar de resistência

De súbito, porque o tempo passa a correr, foi a emissão n.º 1000 do «Acontece», e eu não fiquei nada contente comigo. Desculpar-me-ão por ter posto a questão na primeira pessoa, numa de aparente egotismo, mas eu explico. O caso é que todos os dias lavo a cara, escovo os dentes, faço a barba, leio um ou dois jornais, arrisco-me (embora sob o pretexto de obrigações paraprofissionais) a assistir a pelo menos dois telenoticiários, tomo os dois ou três invariáveis cafés que se me tornaram símbolo da normalidade quotidiana, mas nem sempre assisto ao «Acontece». Pior: há semanas em que quase totalmente falho o «Acontece», quer por visionamento em tempo real quer pelo recurso ao videogravador que me permitira ver o programa no dia seguinte (isto não falando em que é possível agora ver o «Acontece» no dia útil seguinte, na RTP-África, desde que se receba a TV por cabo). E, com isto, privo-me do mais precioso momento de televisão entre quantos as estações portuguesas me fornecem.

Pensar-se-á que exage-

O exemplo e o contágio

Nesse sentido, «Acontece» é um lugar de resistência. Quem mesmo só de longe acompanhou desde o início o percurso da rubrica sabe, ou simplesmente pressente, que esta enfrentou dificuldades. Lembra-se de um momento em que se receu a sua extinção. Não terá esquecido intervenções na imprensa que hostilizaram «Acontece» invocando virtudes que poderia ter se fosse outra coisa, minimizando ou ignorando de todo o seu perfil verdadeiramente inovador

e perturbante da prática estupidificante que desde sempre tem sido a tônica da televisão portuguesa. É claro que algumas dessas salvas de morteiro terão sido disparadas pela

inveja, que é uma força que na nossa terra, e provavelmente também noutras, é capaz de mover montanhas. Mas não se pense que só inveja pela maior ou menor notoriedade que um outro alcançou: a inveja dos militantes da ignorância perante quem assuma o gosto por saber e, pior ainda, queira partilhar com outros o pouco ou o muito que saiba, é um terrível desencadeador de «as pequeninas coisas da maldade» de

que um dia falou Jorge de Sena.

De resto, para que se torne claro o papel de resistente que «Acontece» desempenha, basta lembrar o secular ódio à cultura que sempre caracterizou as forças dominantes da sociedade portuguesa. O exemplo mais recente e

mais nítido foi, como bem se sabe, o de Salazar, para quem seria de mais que a generalidade dos portugueses ultrapassassem em sabedorias o «ler, escrever e contar» (e, ainda assim, com a prudente vigilância da Censura). E não se suponha que já não há salazares por aí: o que sucede é que deixaram as botas e aderiram pragmaticamente a alguns sinais epidérmicos de democracia. Os rangéis que sustentam que uma TV cretinizante é que é democrática porque obedece aos desejos expressos por alegadas maiorais longamente manipuladas pela mediocridade mais não fazem que manter o país na apagada e vil tristeza que já indignava o poeta há quase quinhentos anos.

É contra isto que «Acontece» resiste e, resistindo, nos dá alento porque, como disse um dos seus convidados no Convento do Beato, todos os dias nos lembra que «nem tudo está perdido, que talvez nada esteja perdido». Paul Éluard escreveu que «il est contagieux l'exemple du courage». «Acontece» é também um caso de coragem, e é a força que decorre do seu exemplo que, acima de tudo, temos de agradecer-lhe.

TVISTO

■ Correia da Fonseca



ro, que se trata de um excesso, espécie de prenda de quase-aniversário que daqui envio ao programa de Carlos Pinto Coelho. Não é. Na verdade, se o escrevo hoje e não o escrevi há mais tempo a «culpa» não é da milésima emissão da rubrica, feita na passada quinta-feira a partir do Convento do Beato, em Lisboa. Não é. Por sinal, apesar dos muitos momentos altos que teve aquela emissão de formato gigante, alguns dos quais até capazes de suscitar um frémito de comoção, não foi por ela, tomada por si só, que se sentiram os decisivos méritos do «Acontece». Para deles nos apercebermos claramente, é preciso ser seu espectador regular, descobrirmos com uma quase maravilhada surpresa que neste nosso país a vários títulos pauperizado há ilhéus onde a ignorância convencida não é rainha absoluta, onde persiste não apenas o prazer da beleza mas também o gosto por saber da vida e do mundo através das vozes que mais profundamente os exprimem. Quer dizer: que, contra tudo quanto a restante TV nos sugere, continua a haver entre nós vida cultural e quem se interesse por ela. E é «Acontece» que diariamente nos traz essa informação.

Palavras

e Cromos



■ Urbano Tavares Rodrigues

Um coração a abrir-se entre a mata e a vila

Há livros que se admiram, mas permanecem distantes de nós; outros que amamos logo à primeira leitura e que se nos tornam íntimos, mesmo quando neles se erguem personagens e cenários de longínquas terras.

É o caso de *A Garota do Kalussowa* (1). Angola, no tempo da guerra colonial, é o grande espaço atormentado onde vemos surgir a floresta, a sanzala, com as cubatas aquecidas pela brisa que embala humidamente os palmares; depois a vila e a casa dos Vasconcelos, o acampamento dos contratados, a família branca de Buneka, ou Nina, a criança de cujo olhar, de cuja voz provém a história, este comovido, movente retrato de África e da colonização portuguesa.

Narrativa pardidária? Sim e não. Toda a literatura, mesmo quando se quer neutra, comunica uma ideologia, uma visão do mundo. E *A Garota de Kalussowa* não deixa de veicular uma mundividência. Mas é tão directa e natural a descoberta que a criança progressivamente faz de quem oprime e de quem sofre (Fernanda Vicente, a autora, foi aliás e continua a ser militante comunista, tendo já desfiado o rosário das fugas e das perseguições) que o livro pode cair em quaisquer mãos e nelas ser acolhido com enlevo e simpatia.

Porque, de facto, esta experiência (tornada em consciência) de uma bastardinha, mestiça já tarde aceite pelo pai branco e que, embora acarinhada, faz a travessia dos medos e das humilhações próprias da sua condição híbrida, descobrindo primeiro o mato e os

seus mistérios, depois a vila, a abafada existência pequeno-burguesa, entre os mágicos Kazumbis e os poderes da Senhora de Fátima, menina que roça pela guerra, teatro de tantos crimes, pela simples sensualidade africana e pela violência dos colonos, partilhada entre dois universos, dois apelos, vai aprender a sensibilidade ao rumor da mata que rodeia o quimbo, onde só se penetra de catana em punho, e onde pululam cobras e aves de todas as cores e parecem imensas as mulembas, as acácias rubras, as desconformes pedras, as lianas emaranhadas. Ela está já mais perto do Necas, seu pai, do tio Jójó, da irmãzita, mas não só recorda sempre Silvana, sua perdida mãe negra, e a avó Tchikóte, o músico Kimbolo e o seu Kissânge, como procura entender a gente do quimbo.

A feitiçaria cruel repugna-lhe, mas balança entre a ingenuidade e a bondade desse povo espeznhado de onde provém pelo lado materno e as rígidas hierarquias dos brancos, que, aceitando-a, não deixam por vezes de a discriminar.

Não vou contar-vos todas as peripécias deste livro de educação, que o é, a educação de uma rapariga hipersensível que, dia a dia, recebendo lições contraditórias da vida, lendo na natureza e nas pessoas a cartilha do amor e do ódio, após muitos incidentes e dramáticas reviravoltas do acaso, se vai tornando pouco a pouco uma jovem precoce, inimiga do preconceito, voltada para a lista fraternidade e para a compreensão dos outros.

(1) Editorial Escritor, Lisboa, 1999, 300 pp.

Fernanda Vicente

A GAROTA DO KALUSSOWA

ROMANCE



PRÉMIO REVELAÇÃO

FICÇÃO APE/IPLL

Recomendado pelo Júri

ESCAPARATE

DANÇA



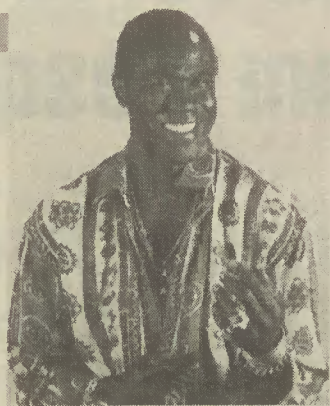
Espectáculo em Almada

Realiza-se amanhã pelas 21.45 no Auditório Municipal Romeu Correia (em Almada) um espectáculo de dança organizado pelo grupo «Gestos». Associação juvenil fundada em Dezembro de 97, «Gestos» conta com a colaboração de 14 elementos com ligações à Dança, Música, Artes Plásticas, Vídeo e Produção de Espectáculos através dos quais se pretende fomentar a intervenção cultural e acções de formação ou colóquios relacionados com a dança e outras expressões artísticas. Parte dos elementos que compõem esta associação recebe formação na área da dança contemporânea no Ginásio Clube do Sul, instituição que disponibilizou, desde o início, o espaço indispensável para os ensaios.

CANÇÕES

Ramiro Naka
na Culturgest

Realiza-se no próximo Sábado, às 21.30, no Grande Auditório da Culturgest, um espectáculo preenchido com música da Guiné-Bissau, com a participação do músico, autor, cantor, compositor e actor daquele país Ramiro Naka. O espectáculo terá como pano de fundo o *gombé*, uma síntese de influências guineenses, portuguesas e brasileiras, através da *mistura harmoniosa de tradição africana (percussões) de herança colonial (fado), de fraternidade brasileira (samba) e de parentesco com as Caraíbas (salsa) e que acompanha os momentos importantes da vida - nascimentos, iniciações, casamentos e morte*. Neste espectáculo participam, ainda, Elie Chemali (teclados), Hervé Laval (bateria), Michel Fernandes (percussão), Thierry Jasmin (baixo), Estevan Soares (guitarra), Dulcineia Bidjanque (coralista) e Nabou Diop (bailarina).



MÚSICA

Ópera no Coliseu

Estreou-se ontem no Coliseu dos Recreios (Lisboa) e prossegue até ao próximo Sábado (com récitas às 21.30) a célebre ópera «La Bohème», de Giacomo Puccini. A produção deste espectáculo estará a cargo da companhia da Ópera Nacional de Novosibirsk, com direcção musical de Alexei Liudmilin e encenação de Benedicte Ardiley (da Comédia Française).

Concertos na Gulbenkian

Integrados na Temporada de Concertos 98/99, realizam-se hoje e amanhã, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian (respectivamente às 21.30 e às 19 horas), dois concertos pela Orquestra Gulbenkian sob a direcção do maestro Muhai Tang, com a colaboração da violinista Sarah Chang. No repertório destes concertos estão incluídas as seguintes obras: *Variações Corais sobre uma Canção de Natal de J. S. Bach*, de Igor Stravinsky; *Concerto para Violino e Orquestra em Ré Menor, op. 8*, de Richard Strauss; e, ainda, *Sinfonia dos Salmos*, também de Stravinsky.

Os Segréis de Lisboa no S. Carlos

Realiza-se depois de amanhã, 27, às 21.30, no Teatro Nacional de S. Carlos, um concerto pelos Segréis de Lisboa, sob a direcção de Manuel Morais, e constituídos por Jennifer Smith (soprano), Alexandra do Ó (meio-soprano), Rui Taveira (tenor), António Wagner Diniz (barítono), Pedro Couto Soares e Olavo Barros (flautas), Miguel Ivo Cruz (violoncelo), Rui Paiva (cravo) e Manuel Morais (alaúde e viola de cinco ordens). O programa deste concerto será dedicado à Música Ibérica dos séculos XVII e XVIII.

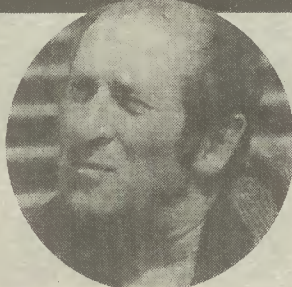
Teatro para
todos os gostos

Estreou-se na passada terça-feira na Sala de Ensaio do Centro Cultural de Belém e manter-se-á em cartaz até ao próximo dia 1 de Março um espectáculo teatral constituído por duas peças em um acto - «Desbarato» e «O que é feito de Betty Lemon?» - da autoria de Arnold Wesker. Com tradução de Maria Velho da Costa e Manuel Cintra e encenação deste último, a interpretação estará a cargo de Glicínia Quartim e Suzana Borges, sendo a cenografia de Luís Moura e Manuel Cintra, os figurinos de Tatão Amaral, a luz de Carlos Gonçalves e a música e banda sonora de Nuno Leão. Segundo o próprio Manuel Cintra, este espectáculo «*não aconteceu graças ao acaso mas a uma espécie de noção de destino: conheci Arnold Wesker um dia em que ele lia um excerto de uma peça sua. O seu ar brutal, como que talhado a escopro e martelo, conjugado com uma voz extremamente delicada e sensível e um grande sentido de humor, fascinaram-se de imediato. Desta aventura surgiram primeiro a minha encenação da sua mais recente peça para uma mulher, Carta a uma filha, e agora estas duas*».

Entretanto, no Teatro Taborda (Costa do Castelo, Lisboa) o grupo teatral A Lente - Teatro de Aumentar continua a levar à cena (às sextas e sábados pelas 21.30 e aos domingos pelas 16 horas) até 28 do corrente «O Mahabharata», numa adaptação e encenação de João Lizardo a partir do argumento de Peter Brook, Jean Claude Carrière e Marie Helène Estienne. Segundo texto de apresentação, «O Mahabharata» «*é uma longa epopeia da História Universal, cujo tema principal é o conflito e a disputa do poder entre as duas linhagens de Bharátidas, ou seja, entre os descendentes de Kuru e os descendentes de Pandu, que simbolizam o Bem e o Mal, respectivamente. A encenação é dominada por duas linguagens teatrais de forte tradição oriental: o teatro de marionetas e o teatro das sombras*».

Também no Teatro Municipal Maria Matos - numa co-produção com o Grupo Cassefaz e integrado no Ciclo das Gerações - está neste momento em representações (até 7 de Março) a primeira de três peças que compõem esse ciclo: «Uma Casa na Árvore», de Luís Assis. Nesta peça, «*expõe-se o confronto entre duas maneiras de ser, duas formas de estar, dois pólos diametralmente opostos: um velho sem-abrigo e um jovem programador informático. Representantes de duas gerações distintas que a força das circunstâncias leva a que se cruzem inesperadamente*». Interpretação de Fernando Gomes e Ivo Canelas nos principais papéis.

Finalmente, o Grupo Teatral «O Resto», numa iniciativa do Clube Português de Artes e Ideias, apresenta a sua segunda produção, «T 5». Com interpretação de Beatriz Cantinho, Carla Sampaio, José Mateus, Marco Horácio, Sandra Caldeira e Patrícia Portela, que é também autora dos textos e dos figurinos, os espectáculos realizam-se às 21.30 no Panteão Nacional (à Feira da Ladra, em Lisboa) até ao próximo Domingo.

Suzana Borges
e Glicínia Quartim

Arnold Wesker

«Uma Casa na Árvore»



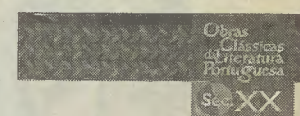
CINEMA

Fantasporto
- já indispensável

É já amanhã que terá início mais uma edição, a 19.ª, do «Fantasporto» - Festival Internacional de Cinema do Porto, que apresentará mais uma série de filmes situados na área do cinema fantástico e de terror. Até 6 de Março, com sessões no Rivoli Teatro Municipal - mas também no Auditório Carlos Alberto, no Complexo AMC Arrábida (Arrábida Shopping) e no Central Shopping -, decorrerão cerca de 400 sessões cinematográficas nas quais serão apresentadas 300 longas-metragens e 30 curtas-metragens, numa cada vez maior e diversificada oferta aos fiéis espectadores. Para além da principal secção de Alta Competição, entre as várias secções em que o festival se subdivide o destaque vai este ano para «In & Out», «Secção Première», os «Blaxploitation Movies», uma Homenagem a Hitchcock e, ainda, uma retrospectiva de Júlio Bressane, chefe-de-fila da segunda vaga do Cinema Novo Brasileiro.



LIVROS

O LIVRO
DE POEMAS
DE LUÍS DE MONTALVOR

de Arnaldo Saraiva

O Livro de Poemas
de Luís de Montalvor

Mais uma iniciativa da Campo das Letras para oferecer aos leitores portugueses a oportunidade de conhecerem autores e textos que o tempo parecia haver sepultado em pesado manto de esquecimento. A colecção *Obras Clássicas da Literatura Portuguesa - Século XX*, onde se vêm alinhando notáveis nomes de escritores e, sobretudo, de poetas, publica agora O Livro de Poemas de Luís de Montalvor, em edição de Arnaldo Saraiva. Um livro que para o seu autor foi um sonho não concretizado, não tendo conseguido este poeta, falecido em Lisboa em 1947 - nascera em Cabo Verde em 1891 - visto em livro os seus poemas, apesar da intenção de Fernando Pessoa em publicá-lo em 1927, coligindo os poemas escritos até 1916. É assim, também, uma lacuna editorial que se preenche, trazendo ao conhecimento este poeta modernista «escandalosamente ignorado e injustiçado».

Serafim Ferreira

LITORAL DO ESPANTO



Escritor

Litoral do Espanto

Ao fim de trinta anos, torna esta prosa ao convívio de leitores que usaram parte desse tempo a conhecer a obra de Serafim Ferreira. É um retornar ao passado em dois «tempos»: um, o tempo que passou entre esta segunda edição e a primeira, lembrando não apenas um texto mas o que a crítica dele disse então; o outro, a própria viagem de «autocarro» ao tempo já então passado, ao Porto das memórias do autor. Esta segunda edição, da Escritor, apresenta-nos um Litoral do Espanto prefaciado por Serafim Ferreira, que lhe juntou excertos da crítica literária que assinalou a primeira publicação da obra. Era num tempo em que a crítica literária existia em Portugal - a que se publicava ou a que, em cartas, anotava a opinião de destacados oficiais do mesmo ofício. Um livro a rever.

ATALHE DE FOICE

S. Remo e o credo

Em benefício das gerações mais novas, recordo que o Festival de S. Remo faz agora 49 anos de edições consecutivas e continua a ser o que sempre foi: uma maratona de música pimba à italiana. Surgido no pós-guerra e patrocinado pela RAI, o Festival cumpriu logo à nascença o desígnio dos seus mentores: servir anualmente às massas um guisado de pepineiras, bizzarria perfeitamente normal numa Itália que tanto foi capaz de engendrar a pizza, como a ópera ou o soneto. Em rigor, o sr. Berlusconi e todas as SICs que o andam para aí a imitar não inventaram nada: há 50 anos, lá das cálidas praias da Costa Azul italiana, já o Festival de S. Remo lançava a matriz televisiva na arte de empacotar baboseiras em três acordes.

Obviamente, o Festival de S. Remo foi uma das prioridades na grelha de programas da RTP, mal a televisão portuguesa pôs no éter as suas primeiras emissões. Ocupava invariavelmente o horário nobre, era anunciado com o fragor dum desembarque na Lua e deixava ao país a responsabilidade de matutar sobre os problemas das meninas que não tinham idade para amar (não estou a gozar, mas a citar, além de a versejar. Ou já não se lembram da Gigliola Cinquetti, nos seus 16 aninhos, chilreando «non ho l'età per amar te»?!...).

Para encurtar razões, o tempo foi passando e o Festival de S. Remo começou a remar para trás. Uma explosão de juventude e inteligência florindo à escala planetária, o Maio de 68, um aluvião de Bob Dylans e Jacques Brell, mais uns cabeludos de Liverpool – para só mencionar algumas referências do que revolucionou a cultura ocidental nos anos 60 –, acantonaram irreversivelmente o Festival de S. Remo nos seus piqueniques em smoking.

Eu disse irreversivelmente? Pois disse mal. Nesta vida, irreversível só a morte, como se prova pelas ondas de revivalismo que inundam de novo o mundo com velharias manipuladas pelos bonzos de sempre. Foi nessa onda que os actuais senhores da RAI se atiraram à empreitada de rejuvenescer o moribundo, escolhendo, o ano passado, algumas top models de curvas internacionais para fazerem de apresentadoras no Festival de S. Remo. Apesar das curvas, o evento voltou a não conseguir levantar-se a direito nas tabelas de audiência, pelo que os seus responsáveis deram uma de radical e cismaram meter no certame deste ano dois laureados com o Nobel. Segundo o El País, a ideia era reanimar o Festival através do escândalo e a dificuldade estava em encontrar Nobéis dispostos a alinhar. Quinze mil contos depois, conseguiram-no.

Cinco mil contos foi o suficiente para atrair um ancião italiano de 85 anos, Renato Dulbecco de seu nome e Nobel da Medicina em 1975, que calou as gargalhadas do pagode com a inatacável explicação de que «sempre gostei de experiências novas». Realmente, abichar 5 mil contos por sete minutos em palco, não se pode dizer que seja uma experiência com muito uso.

O outro laureado a aceitar o convite foi, nem mais nem menos, o Prémio Nobel da Paz Mikhail Gorbachov, que explicou ao La Republica só ter acedido a participar no Festival de S. Remo porque lhe tinham dado a oportunidade de «ler uma mensagem especial aos jovens de todo o mundo». Para Gorbachov, «este é o meu credo» e o que lhe interessa é «falar com os jovens, porque são eles que vão viver o amanhã, o próximo século».

Os jovens podem «viver o amanhã», mas quem exige viver, já hoje, com 10 mil contos só para estar sete minutos em palco é o Gorbachov dos «credos». Evidentemente que o preço não há-de constar na «mensagem especial aos jovens». Um artista como o Gorbachov sabe que o segredo é a alma dos credos.

Quanto a vender-se no Festival de S. Remo, o que é isso para um Nobel que já se deixou comprar por uma cadeira de pizzas?!... No fim de contas, é tudo massa.

■ Henrique Custódio



Antonio Galhordas, Ilda Figueiredo, Carlos Carvalhas, Margarida Botelho (dirigente da JCP), Heloisa Apolonia (dirigente e deputada do PEV), Blasco Hugo Fernandes (dirigente da Intervenção Democrática) e Luis Sá (da Comissão Política do PCP), na mesa que presidiu à cerimónia de anteontem

Formalizada a CDU para as eleições de 1999

A escolha certa para uma viragem à esquerda

Ilda Figueiredo encabeça a lista de candidatos da CDU ao Parlamento Europeu, seguindo-se os nomes de Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro, Manuela Cunha (pelo PEV) e Honório Novo. José Saramago figura em décimo lugar.

Ao apresentar publicamente, anteontem à tarde, num hotel de Lisboa, os primeiros nomes da lista da CDU, Carlos Carvalhas salientou a «muito elevada participação feminina», recordando que «o PCP comprometeu-se publicamente a dar esse sinal inequívoco, para o qual vem desde há muito preparando trabalho e como tem vindo a dar testemunho, com uma presença crescente de mulheres nas suas listas eleitorais». «Queremos nestas eleições que essa marca seja ainda mais visível e estamos a desenvolver esforços nesse sentido», frisou o secretário-geral do PCP.

Carlos Carvalhas fez questão de deixar dois sublinhados: «O primeiro, é que sem deixar de dar relevo a cada candidato individualmente considerado e nomeadamente, ao cabeça-de-lista, a CDU continua a considerar como valor primeiro o trabalho de equipa, mutuamente enriquecedor, o que só é possível entre quem comunga dos mesmos ideais, entre quem entende esta candidatura não como uma disputa de lugares, mas como um colectivo fraterno que se entreajudam para melhor defender os interesses nacionais e um novo rumo para a construção europeia.

«O segundo, é que a composição desta lista assenta numa grande experiência, com candidatos como os actuais deputados ao Parlamento Europeu, que têm atrás de si uma valorizada intervenção, que gozam de um justo prestígio e que são uma garantia de um trabalho sério empenhado e qualificado e em que o primeiro nome da lista é uma cidadã que ao longo da sua vida tem tido uma grande intervenção sindical, cívica e política, com uma experiência muito diversificada e com inúmeras provas dadas e que há

muito acompanha as questões europeias.»

Aos nomes revelados por Carlos Carvalhas «seguir-se-ão outros profundamente ligados ao mundo sindical e do trabalho, às actividades produtivas e grandes vultos da vida cultural do País», numa lista «que constitui uma garantia segura de um trabalho qualificado e profundamente empenhado no Parlamento Europeu, uma garantia segura de que no Parlamento Europeu a CDU conjuntamente com outras forças comunistas, progressistas e ecologistas, que assinaram o «Apelo Comum por um novo rumo da construção europeia», continuará a ser a que melhor defende um Portugal de progresso e justiça numa Europa de diálogo de culturas, de «coesão económica e social», paz e cooperação».

No acto público de apresentação do acordo que reconstitui a Coligação Democrática Unitária, para as eleições europeias e legislativas que terão lugar este ano, o dirigente comunista expressou «três grandes convicções»:

– «a convicção de que depende muito do nosso trabalho, da nossa determinação e do nosso esforço a conquista de um êxito eleitoral para a CDU»;

– «a convicção de que um maior número de portugueses e portuguesas, se quiserem ser justos, terão sólidas razões para dar o seu apoio à CDU, seja como protesto útil contra a política que lhes causa desgosto ou insatisfação, seja como apoio eficaz à construção de uma nova política»;

– e «a convicção, melhor dizendo, neste caso a certeza, de que nenhum resultado eleitoral está antecipadamente decidido, que está nas mãos dos portugueses e das portuguesas darem, com o reforço da CDU, um sinal forte de uma opinião, de uma vontade e de uma reclamação para uma efectiva viragem à esquerda».

«A escolha certa para uma viragem à esquerda» é a palavra de ordem que preside à intervenção eleitoral da coligação que «dá continuidade e insere-se na valiosa experiência de cooperação e coligação permanente existente entre o PCP, PEV, a ID e milhares de democratas independentes, no plano das eleições autárquicas e da gestão dos órgãos do poder local democrático», afirma-se no acordo ontem firmado em Lisboa.

Usar o veto na Agenda 2000

Portugal deve utilizar o seu direito de veto para bloquear as negociações da Agenda 2000 e sobre a Política Agrícola Comum, se os seus interesses forem prejudicados, defendeu Carlos Carvalhas à saída do encontro com o primeiro-ministro, na segunda-feira. António Guterres recebeu neste dia delegações dos partidos com representação parlamentar.

Para o secretário-geral do PCP, «Portugal não pode ser prejudicado, não pode ser um país com uma economia frágil a pagar o alargamento a Leste, o qual vai beneficiar sobretudo os países mais ricos». Carvalhas recordou que «a reforma da PAC feita em 1992, aquando da presidência portuguesa, prejudicou substancialmente Portugal», que é contribuinte líquido. Advogando a alteração do sistema de atribuição dos fundos estruturais, o dirigente comunista criticou o facto de apenas 20 por cento dos agricultores receberem 80 por cento dos subsídios.

«Com confiança e empenho»

Na sua primeira intervenção como cabeça-de-lista da CDU nas eleições para o PE, Ilda Figueiredo declarou aceitar a candidatura «com confiança e empenho» e «tentando prosseguir na senda da empenhada, qualificada e valiosa intervenção dos actuais deputados, integrada num enriquecido trabalho colectivo».

Ilda Figueiredo expressou «confiança no PCP, na CDU e nos seus apoiantes, que serão os grandes motores desta campanha, sem dúvida difícil, mas essencial para a defesa dos interesses nacionais, para lutar por uma Europa com uma nova dimensão social». Afirmou o seu empenho «em dar voz aos sectores económicos e sociais portugueses mais afectados por uma política europeia que se tem mostrado pouco interessada na construção da «coesão económica e social»».

Licenciada em Economia, Ilda Figueiredo tem 50 anos, é casada e mãe de três filhos. Prepara actualmente o doutoramento em «Educação e Desenvolvimento Humano», na Universidade de Compostela, numa colaboração com o Instituto Piaget, onde lecciona as cadeiras de «Educação e Política» e «Economia e Sociedade» e orienta trabalhos de projecto. Foi deputada à AR entre 1979 e 1991, e vereadora da CM de Vila Nova de Gaia entre 1983 e 1990. É vereadora da CM do Porto. Militante do PCP desde 1974, faz parte do Comité Central desde 1992.

